

# **CASALINHO DA AJUDA: DO BAIRRO À CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE**



**MAFALDA CATARINA BERNARDO MARTINS DA GRAÇA**

DISSERTAÇÃO DE NATUREZA CIENTÍFICA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU  
DE MESTRE EM ARQUITETURA, ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITETURA

**Orientação Científica:**

Professor Doutor José Luís Crespo

**Júri:**

Presidente: Professora Doutora Filipa Serpa

Vogal: Professor Doutor Pedro Rodrigues

**Documento Definitivo**

Lisboa, FA. ULisboa, fevereiro de 2020





DISSERTAÇÃO DE NATUREZA CIENTÍFICA  
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU  
DE MESTRE EM ARQUITETURA  
ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITETURA

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA:  
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ LÚIS CRESPO  
JÚRI DA PROVA:  
PRESIDENTE: PROFESSORA DOUTORA FILIPA SERPA  
VOGAL: PROFESSOR DOUTOR PEDRO RODRIGUES

DOCUMENTO DEFINITIVO

LISBOA, FEVEREIRO DE 2020

MAFALDA CATARINA BERNARDO MARTINS DA GRAÇA

**CASALINHO DA AJUDA:  
DO BAIRRO À CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE**



## *RESUMO*

As políticas de habitação social em Portugal têm vindo a evoluir desde o final do século XIX em vários sentidos, de acordo com o contexto político e socioeconómico.

Atualmente, devido à multiplicidade de formas de vida, às diferenças entre os estratos sociais e à mutação constante dos contextos, é exigido ao Arquiteto o repensar do seu papel enquanto agente social.

Este trabalho tem por objetivo a discussão de soluções para as políticas sociais de habitação que ofereçam respostas ajustadas aos contextos sobre os quais se intervém, por forma a promover a coesão no meio urbano.

Para responder a esta questão defende-se a importância da substituição das formas de governação hierárquicas por estruturas mais flexíveis, formadas por diversos atores cujo funcionamento em cooperação numa ótica de proximidade com as comunidades se reconhece como uma fonte de aprendizagem horizontal, tirando partido das mais valias que cada um pode aportar ao processo.

Valoriza-se então a arquitetura participativa, materializada em soluções de baixo custo que respondem às necessidades específicas da população, enaltecendo a sua ligação emocional ao local de residência e, por conseguinte, a sua vontade de investir na preservação do habitat.

Neste cenário, a habitação social desenha-se como um laboratório experimental, onde através de manifestações artísticas é estimulada a criatividade do arquiteto e das comunidades, contribuindo para a vitalidade local e, portanto, que se assumem como formas de regeneração urbana.

Após esta análise concluiu-se que o Bairro do Casalinho da Ajuda poderia beneficiar de pequenas intervenções táticas de baixo custo, como forma de requalificação arquitetónica e inserção socio espacial no tecido urbano envolvente.

**Palavras Chave:** Bairro, Casalinho da Ajuda, Comunidade, Arquitetura Participativa, Habitação Social



## *ABSTRACT*

Social housing policies in Portugal have been evolving since the end of nineteenth century in various ways according to the political and socioeconomic context.

Nowadays due to the multiplicity of lifestyles, the differences between social backgrounds and the constant change of contexts, the Architect is required to rethink his role as a social agent.

This work aims to discuss solutions for social housing policies that offer proper responses to the contexts in which we intervene, in order to promote urban cohesion.

To answer this question is considered the importance of replacing hierarchical governance systems by more flexible structures, formed by different actors whose cooperation with the communities is perceived as a source of horizontal learning, where advantage is taken of the value that each one of them brings to the process.

Therefore, we highlight the importance of participation processes, materialized in low cost solutions that respond to the specific needs of the population, enhancing their emotional connection to their place of living, hence their willing to invest in the preservation of the habitat.

In this scenario, social housing is considered as an experimental laboratory, where the creativity of architects and community can be stimulated through artistic expressions, which contribute to the vitality of the places and therefore assume themselves as a form of urban regeneration.

After this analysis, it was concluded that Casalinho da Ajuda could benefit from small, low-cost tactical interventions, as a form of architectural requalification and integration into the surrounding urban landscape.

**Key Words:** Neighborhood, Casalinho da Ajuda, Community, Participation in Architecture, Social Housing



## *AGRADECIMENTOS*

Este trabalho é o resultado de um percurso de vários anos na Faculdade, ao longo dos quais vivi possivelmente o melhor e o pior da minha vida.

Superei-me para conseguir atingir o que hoje apresento e não o poderia fazer sem o apoio de algumas pessoas que não posso deixar de mencionar:

Em primeiro lugar, sem dúvida

Aos meus pais, pela persistência da sua crença em mim e pela confiança e orgulho que me depositam;

Aos meus colegas, o melhor que levo da Faculdade: Catarina, Cartier, Faria, Guilherme, Inês, Joana, Martins, Teresa, Vera, por tornarem o percurso memorável;

Aos meus amigos de sempre, sobretudo à Teresa pelo incentivo constante, à Francisca pela compreensão e à Inês por sentir esta vitória como se fosse sua;

Por último ao meu orientador Professor José Luís Crespo, pelo apoio, acompanhamento e honestidade irrepreensível.



## ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
ÍNDICE GERAL.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
ÍNDICE DE TABELAS.....	XIV
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO.....</b>	<b>9</b>
I. A HABITAÇÃO SOCIAL E O BAIRRO SOCIAL O CONTEXTO PORTUGUÊS.....	11
II. A FUTURA CONCEPÇÃO DE BAIRRO SOCIAL - ADAPTAÇÃO DA ARQUITETURA ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E NOVAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO.....	49
III. O CONCEITO DE COMUNIDADE.....	71
IV. O ARQUITETO ENQUANTO AGENTE SOCIAL.....	81
<b>3. ALTERNATIVAS E RESPOSTAS.....</b>	<b>99</b>
V. ESTRATÉGIAS GLOBAIS DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DA ARQUITETURA SOCIAL DE QUALIDADE.....	101
VI. ARQUITETURA PARTICIPATIVA ENQUANTO FERRAMENTA AO SERVIÇO DO ARQUITETO E DA SOCIEDADE.....	115
VII. INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NO ESPAÇO ARQUITETÓNICO COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO LOCAL E AGREGAÇÃO SOCIAL.....	143
<b>4. NO BAIRRO DO CASALINHO DA AJUDA.....</b>	<b>165</b>
VIII. CARATERIZAÇÃO LOCAL.....	167
IX. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	179
X. ANÁLISE SWOT.....	187
XI. DIRETRIZES PARA UMA POSSÍVEL INTERVENÇÃO LOCAL.....	195
<b>5. NOTAS CONCLUSIVAS.....</b>	<b>201</b>
BIBLIOGRAFIA.....	205

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Bairro de Casas Económicas Duarte Pacheco, Braga, 1935-1939, SIPA/DGEMN.....	13
Fig. 2. Bairro de Casas Económicas de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1927 .....	15
Fig. 3. Habitação unifamiliar geminada no Bairro da Encarnação, estilo Português Suave, Arquivo Municipal de Lisboa, 1946 .....	17
Fig. 4. Bairro de Alvalade, Casas de Renda Económica, CML, Lisboa, 1945.....	21
Fig. 5. Tipologia de bairro CAR em construção, Arquivo do IHRU, 1977 .....	28
Fig. 6. Distribuição territorial dos bairros de promoção pública na cidade de Lisboa, IHRU, 2018 .....	32
Fig. 7. Uniformidade Tipológica no Bairro da Boavista, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019.....	38
Fig. 8. Estado de degradação dos espaços comuns no bairro “Pantera Cor-de-rosa” em Chelas, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019.....	39
Fig. 9. Relações com a rua das fachadas na “Zona J” em Chelas, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019.....	40
Fig. 10. Contraste entre o edificado destinado a realojamento e o mercado habitacional privado na Alta de Lisboa, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019 .....	42
Fig. 11. Primeiras habitações de cariz rural edificadas no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017.....	43
Fig. 12. Escala vertical das dos blocos habitacionais posteriormente construídos no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017 .....	44
Fig. 13. Diversidade morfológica no Bairro de Alvalade, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019.....	45
Fig. 14. Diversidade morfológica e tipológica no Alto do Restelo, Lisboa, fotografia da autora, novembro de 2019 .....	46
Fig. 15 Processo construtivo em Mexicali, México, 1976, Chistopher Alexander, The Production of Houses .....	53
Fig. 16 Apropriação do espaço reflexo da desadequação das formas construídas no Bairro da Quinta do Mocho, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014 .....	55
Fig. 17 “O bairro merece limpa o seu bairro como se fosse a sua casa”, painel afixado num poste elétrico no Bairro da Cova da Moura, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014 .....	61
Fig. 18 “Walkable Neighborhood”, Naperville, Illinois, placemarkers.com consultado em novembro de 2019 .....	64

Fig. 19 Desqualificação dos espaços exteriores no Bairro da Quinta do Mocho, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014.....	66
Fig. 20 Primeiras aplicações das ideias de UV (a) Plano Urbano de Radburn e (b) Plano de Chandigarh, Barcellos, 2001 .....	67
Fig. 21 Laços comunitários no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017 .....	72
Fig. 22 Apropriação do espaço público no Jardim Constantino, Lisboa, fotografia da autora, janeiro de 2020.....	76
Fig. 23 Segregação espacial no Bairro da Quinta do Mocho em relação à envolvente construída, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014 .....	83
Fig. 24 Apropriação da rua para atividades domésticas de acordo com os modos de vida no Bairro da Cova da Moura, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014.....	86
Fig. 25 Haiti Partner's Children's Academy, Haiti, Architecture for Humanity, 2012, archdaily.com consultado em novembro de 2019.....	90
Fig. 26 Visita ao Bairro da Quinta do Mocho, Lisboa, no âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, fotografia da autora, setembro de 2014 .....	92
Fig. 27 Las Barriadas, San Martin, Peru, 1963, wordpress.com consultado em dezembro de 2019 .....	118
Fig. 28 Las Urbanizaciones Populares de Arequipa, Perú, 1957, John F. C. Turner Archieve .....	119
Fig. 29 Projeto PIMP do Bairro da Horta Nova, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2019 .....	122
Fig. 30 Projeto Quinta Monroy, Chile, Alejandro Aravena / Elemental, 2004, archdaily.com consultado em dezembro de 2019.....	125
Fig. 31 Cidade de Nova Gurna, Egípto, wmf.org consultado em dezembro de 2019.....	127
Fig. 32 Vila Matteotti, Italia, Giancarlo de Carlo, 1974, divisare.com consultado em dezembro de 2019.....	128
Fig. 33 Ladder of Citizen Participation, Sherry Arnstein, connectionnewspapers.com/ consultado em dezembro de 2019.....	129
Fig. 34 Paper Log Houses, Shigeru Ban, Índia, 2001, archdaily.com consultado em dezembro de 2019.....	130
Fig. 35 Villa Verde Housing, Chile, Elemental, 2010, archdaily.com consultado em dezembro de 2019.....	132
Fig. 36 Aplicação do conceito de Superuse no projeto Recycled Playground, Holanda, 2012 Architecten, 2008, landezine.com consultado em dezembro de 2019.....	134

Fig. 37 Processo de construção do Projeto Diez Casas para Diez Familias desde a casa original até à construção modular com vigas de aço, México, 2009-2010, 2012 Architecten, "Design Like You Give a Damn: Building Change from the Ground Up" .....	135
Fig. 38 Cozinha Comunitária Terras da Costa, Almada, local de intervenção, Coletivo Warehouse e Ateliernob, 2015, archdaily.com consultado em dezembro de 2019 .....	136
Fig. 39 Cozinha Comunitária Terras da Costa, Almada, Coletivo Warehouse e Ateliernob, 2015, archdaily.com consultado em dezembro de 2019 .....	137
Fig. 40 Parque Intergeracional de Marvila, Lisboa, processo de construção, Coletivo Warehouse e Ateliernob, 2015, warehouse.pt consultado em dezembro de 2019 .....	138
Fig. 41 Parque Intergeracional de Marvila, Lisboa, Coletivo Warehouse e Ateliernob, 2015, mar-vila.org consultado em dezembro de 2019 .....	138
Fig. 42 Workshop "Projetar a Cidade com a Comunidade", Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017 .....	141
Fig. 43 Pintura mural no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017 ....	146
Fig. 44 Arte urbana no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017 .....	148
Fig. 45 Modular Parkour, América do Norte, GroundisLava, 2016, uneven-growth.moma.org consultado em dezembro de 2019 .....	154
Fig. 46 Decoração da vedação de um recreio para crianças pela população local, Harmen de Hoop, Europa, 2015, uneven-growth.moma.org consultado em dezembro de 2019 .....	155
Fig. 47 Transformação do Centro Cultural de Perth através de operações de Placemaking, Austrália, 2009, pps.org consultado em dezembro de 2019 .....	156
Fig. 48 Intervenções Temporárias no Espaço Público em Trekroner, Dinamarca, Kerstin Bergendal, 2011, kerstinbergendal.com consultado em dezembro de 2019 .....	157
Fig. 49 O Bairro da Rochinha, Jornal Extra, Brasil, 2010, jauregui.arq.br consultado em dezembro de 2019 .....	159
Fig. 50 Pintura Mural Colaborativa no Pátio no Bairro de Santos, Lisboa, Frame Colectivo, 2016, framecolectivo.com consultado em dezembro de 2019 .....	160
Fig. 51 Pátio Ambulante: carrinha de bombeiros e workshop, Lisboa, Frame Colectivo, 2014, framecolectivo.com consultado em dezembro de 2019 .....	161
Fig. 52 Pátio Ambulante: Atelier de Azulejos Translúcidos no Pátio Dom Fradique, Lisboa, Frame Colectivo, 2014, framecolectivo.com consultado em dezembro de 2019 .....	161
Fig. 53 Projeto "Conversas na Rua", Escola Superior de Teatro e Cinema, Amadora, Pantónio, 20018, cm-amadora.pt consultado em dezembro de 2019 .....	163
Fig. 54 Projeto "Conversas na Rua", Amadora, Odeith, 2019, cm-amadora.pt consultado em dezembro de 2019 .....	163

Fig. 55 Planta de Cobertura do Bairro do Casalinho da Ajuda, imagem da autora, setembro de 2014 .....	169
Fig. 56 Blocos de habitação em banda no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018 .....	171
Fig. 57 Diferença de cotas no interior do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, googlemaps.com consultado em dezembro de 2019 .....	173
Fig. 58 Relação dos arruamentos e estacionamento com o edificado no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018.....	174
Fig. 59 Hortas formadas pelos residentes em habitações de cariz rural no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018.....	175
Fig. 60 Vista da frente Oeste do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, googlemaps.com consultado em dezembro de 2019.....	176
Fig. 61 Campo de jogos inutilizado no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018 .....	177
Fig. 62 Jardim do Miradouro do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018 .....	177
Fig. 63 Vista sobre a Ponte 25 de Abril a partir do Jardim do Miradouro do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018.....	187
Fig. 64 Blocos residenciais em elevado estado de degradação no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018 .....	189
Fig. 65 Degradação dos espaços construídos no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018.....	190
Fig. 66 Bairro do Casalinho da Ajuda inserido na maquete de turma do Parque Urbano do Vale do Rio Seco, fotografia da autora, 2013.....	191
Fig. 67 Vista aérea do Bairro do Casalinho da Ajuda e sua envolvente, bingmaps.com consultado em dezembro de 2019.....	192
Fig. 68 Workshop “Projetar a Cidade Com a Comunidade”, Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017 .....	196
Fig. 69 Dia da Ação das Oficinas de Placemaking na Praça da Alvorada, em Fortaleza, Luciana Otoch, 2016.....	199
Fig. 70 Intervenções da Iniciativa Terra Amada, Viseu, 2016, portugalparticipa.pt consultado em dezembro de 2019 .....	200

## ÍNDICE DE TABELAS

Tab. 1 Tipos de edifícios por função e por número de pisos no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.....	170
Tab. 2 Alojamentos e ocupação no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.....	171
Tab. 3 População residente na cidade de Lisboa, no município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda por faixas etárias, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.....	180
Tab. 4 Número de famílias por composição dos agregados familiares, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.....	181
Tab. 5 Habilitações literárias por indivíduo na cidade de Lisboa, no Município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda, considerando apenas o ciclo de estudos completo, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 .....	182
Tab. 6 Atividades económicas por indivíduo na cidade de Lisboa, no município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 .....	183
Tab. 7 Setor de atividade da população empregada por indivíduo na cidade de Lisboa, no município de Algés e no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 .....	183
Tab. 8 Localização do local de trabalho face à área de residência na cidade de Lisboa, no município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 .....	184

# 1.INTRODUÇÃO



Este trabalho tem como finalidade a realização de uma investigação, materializada sob a forma de uma Dissertação Científica, cujo ponto de partida é o estudo da Arquitetura como meio para fomentar relações sociais, no contexto do Bairro, e a sua importância como contributo na formação do conceito de Comunidade. Pretende-se estudar e pesquisar formas de promover a introdução do Bairro do Casalinho da Ajuda no contexto urbano e arquitetónico de uma Cidade Global e tratar o tema da definição das fronteiras entre o Bairro Social e a Cidade, procurando perceber como promover processos de integração e qualificação.

A pertinência deste tema é uma questão intemporal. Trata-se de uma das estratégias fundamentais da providência estatal enquanto direito fundamental de todos – a habitação, que ganha especial relevo nos contextos atuais em que os níveis de pobreza aumentam e as condições de vida se agravam para grupos socioeconomicamente carenciados. No contexto específico da cidade de Lisboa, com o crescente aumento do valor das rendas, o mercado imobiliário torna-se inacessível a um número cada vez maior de indivíduos aos quais deve ser oferecida uma solução, e é neste sentido que devemos procurar alternativas para as políticas de habitação socialmente apoiadas.

Considera-se uma matéria de especial interesse porque é onde se materializa a Arquitetura enquanto obra que vai além da criação de objetos escultóricos onde as pessoas habitam e abrigam as atividades necessárias à sua existência.

De outra forma, o papel do Arquiteto deve emancipar-se do mero objetivo de imaginar espaços com base em conceitos abstratos para serem implementados em terrenos incertos, trata-se de conceber os palcos sobre os quais as vivências humanas vão ter lugar.

Desta forma, começou-se por se estudar como é que a Arquitetura, e, por conseguinte, o Arquiteto pode ter influência na vida das pessoas, da mesma forma que as pessoas podem ter influência na obra do Arquiteto, numa visão da Arquitetura enquanto prestação de um serviço à Comunidade. Foi o ponto

de partida para a questão: que ferramentas podem ser utilizadas na prática do Arquiteto e da Arquitetura que facilitem esta cooperação?

Nesta sequência, outras questões de trabalho e de investigação se levantaram: em que medida é que os Bairros Sociais podem estimular a criatividade do Arquiteto enquanto agente capaz de atenuar as problemáticas e os problemas aí existentes?

Depois de uma análise da evolução da habitação social no contexto português e da análise de casos paradigmáticos, como podemos conceber o Bairro, o Bairro Social, a Habitação, os Espaços Públicos de forma mais "humana", no sentido de promover a coesão social e territorial?

Como é que no âmbito da alteração dos tempos e de uma nova conceção de bairro social, o Bairro do Casalinho da Ajuda se poderá ajustar à copresença e convivência de moradores de diferentes características sociais, inserindo-se no tecido urbano envolvente? No sentido de construir uma Cidade Total como é que o Bairro se pode tornar parte integrante e atrativo da cidade?

De que forma a Arquitetura Participativa e as Intervenções Artísticas no Espaço Arquitetónico podem promover o sentido de pertença dos moradores e manutenção de bairros sociais com baixos custos?

Para dar resposta às questões supracitadas e apresentar hipóteses pertinentes, por meio da observação e estudo das relações interpessoais e do sistema de coabitação dos moradores do Bairro do Casalinho da Ajuda, propomo-nos a cumprir o principal objetivo deste trabalho: perceber como reabilitar, criar e desenvolver espaços no âmbito dos bairros sociais que fomentem o convívio intergeracional, entre pessoas com diferentes origens e modos de estar. Estes espaços devem permitir a criação de um sistema de inclusão no contexto arquitetónico que veicule a formação do conceito de Comunidade dentro do Bairro, mas que por outro lado possam ter pontos de atração que os torne diferenciadores e atrativos no mosaico urbano que compõe a Cidade.

Este conceito de Comunidade, tem por base as potenciais relações sociais criadas pelo espaço e isso requer, naturalmente, que este possa ser utilizado por todos sem restrições, por meio de estruturas flexíveis e evolutivas, possivelmente adaptáveis a diferentes condições e necessidades da população. Depende ainda de uma promoção da ideia de continuidade entre o Bairro e a Cidade: procura-se que este seja permeável por parte da população não residente, e assim, visa-se a construção um espaço servido e ao mesmo tempo servidor do Parque Urbano do Vale do Rio Seco.

Ora, isto implica, analisar o estado das estruturas físicas e as características da população local e sugerir possíveis diretrizes de intervenção com base no estudo de atuais estratégias de governabilidade urbana, tendo em vista a adoção de medidas para o local que proporcionem um maior nível de conforto e segurança à população local, em espaços que devem servir não só os residentes locais, como também a restante Comunidade.

Que pontos fracos apontamos ao Bairro do Casalinho da Ajuda sobre os quais deve incidir o nosso foco de intervenção? Que características distintivas apresenta de modo a que se possa promover a sua atratividade, qualificando-o por forma a integrar o Bairro na dinâmica da Cidade?

Em primeiro lugar, é de referir que após o estudo das políticas de habitação públicas desenvolvidas ao longo do último século no nosso país, verificou-se que a Cidade com que nos deparamos nos dias de hoje é marcada por desigualdades sociais e territoriais. Os bairros de habitação social encontram-se na sua maioria em avançado estado de degradação, apresentam estruturas físicas desadequadas aos modos de vida dos seus habitantes, o que lhes proporciona fracas condições de habitabilidade. Além disto, a sua falta de integração no tecido urbano envolvente afigura-se como um contributo para a exclusão social dos residentes.

Desta forma, e tendo em vista o cumprimento dos objetivos conceptuais anteriormente propostos: fomentar melhorias nas condições de vida dos residentes destes bairros, através do desenvolvimento do sentido

comunitário apresentam-se aqui, alguns pressupostos importantes e hipóteses que se pretendem desenvolver.

Presumindo o Arquiteto é um agente social capaz de atenuar problemas sociais e detentor de ferramentas que pode colocar ao serviço da Comunidade para melhorar as condições de vida da população, propõe-se um novo olhar sobre a conceção arquitetónica, que valoriza a participação das comunidades na criação dos espaços, apresentando ao Arquiteto oportunidades de aprendizagem e experimentação e estimulando a sua criatividade.

Defende-se no geral a utilização de medidas flexíveis e soluções *ad hoc* que tenham em conta o contexto físico local e as características específicas dos residentes e que se materializem em formas metamórficas, capazes de se adaptarem à evolução temporal e circunstancial.

Estes objetivos devem ser atingidos por meio de políticas com uma dinâmica *bottom-up* com ligação entre quem decide, implementa e vincula, que contemplem um sistema formal de planeamento e gestão territorial de acordo com um esquema de mediação entre os membros da comunidade e as autarquias bem como associações formalizadas que assegurem a gestão financeira e de recursos dos bairros sociais tendo em vista a valorização no espaço urbano global.

Estes espaços deverão ser concebidos em cooperação horizontal, visando o aproveitamento das competências de toda a comunidade. A Arquitetura Participativa e a conseqüente instrução dos moradores surge como uma possível solução que se torna uma forma de gerar relações de responsabilização e de identificação dos moradores para com o Bairro. Permite ainda trazer benefícios às autarquias na medida em que reduz os custos da construção e manutenção dos bairros sociais.

No âmbito da luta pela obra total, apresenta-se ainda como alternativa a apropriação dos espaços através de intervenções artísticas como elemento diferenciador e estruturador na Arquitetura, a Comunidade beneficia de um sentido de propósito e valor. Desta forma a Arte e Arquitetura convivem e

apoiam-se mutuamente enquanto elementos geradores e diferenciadores, não apenas de espaço, mas de espaço com qualidades únicas.

Em suma, considera-se que pequenas intervenções pontuais estratégicas e de baixo custo podem conduzir a uma melhoria nas condições de vida das populações carenciadas, o que implica melhorias gerais a nível socioeconómico.

Neste sentido, tirando partido da sua localização geográfica e características socio espaciais, o Casalinho da Ajuda é um Bairro onde se crê que seja possível e relevante a implementação deste tipo de estratégia.

No que diz respeito à metodologia a utilizar, primeiramente efetuou-se uma abordagem ao local de intervenção, caracterizando rigorosamente o objeto de estudo no que diz respeito às características morfológicas do seu edificado, à sua relação com a envolvente próxima e à composição da sua estrutura demográfica, através de dados do Instituto Nacional de Estatística; de observações *in loco*, com levantamentos fotográficos, por forma a tirar conclusões sobre as condições de habitabilidade locais e identificar potencialidades e oportunidades que pudessem servir de ponto de partida para a formulação de cenários de intervenção neste contexto específico.

Após o enquadramento do Bairro do Casalinho da Ajuda nas suas frentes histórica, arquitetónica e social, fez-se um diagnóstico geral e identificou-se os aspetos sobre os quais se pretende incidir o enfoque das diretrizes propostas, os principais problemas e anomalias, as questões a que se ambiciona dar resposta e, portanto, os temas a investigar na revisão da literatura e na análise de estudos e projetos existentes e tendo ainda em conta a informação recolhida junto dos moradores através de visitas ao local e conversas informais.

Ao longo de todo o processo de trabalho fez-se uma revisão bibliográfica dos principais conceitos abordados e definiu-se o quadro teórico e concetual do que viria a ser desenvolvido. Desta forma foram adquiridos conhecimentos que permitiram a formulação de respostas e hipóteses para as questões de trabalho levantadas.

Por fim, foram apresentadas as conclusões obtidas, resultantes da recolha e tratamento da informação, de forma escrita, na Dissertação de Natureza Científica.

## 2.ENQUADRAMENTO TEMÁTICO



## I. A HABITAÇÃO SOCIAL E O BAIRRO SOCIAL - O CONTEXTO PORTUGUÊS

---

Ao longo deste capítulo vai proceder-se a uma breve revisão da evolução das políticas de habitação pública ao longo do tempo, que foram fortemente determinadas pelas circunstâncias sociopolíticas. Serão analisados alguns casos paradigmáticos à luz do seu contexto, que refletem a importância da Habitação Social e do Bairro Social no tecido Urbano e Social, fundamentalmente da cidade de Lisboa, por forma a tirar-se conclusões sobre as condições de habitabilidade e coesão socio espacial do parque municipal público na área de estudo – o Bairro do Casalinho da Ajuda.

Por ser a tipologia arquitetónica com maior presença na Cidade, a construção da habitação não deve ser encarada somente como uma necessidade de suprir as carências residenciais da população, mas também como um ponto de fulcral importância enquanto veículo de aglutinação do tecido urbano.

Deste modo, tanto a habitação privada, como os projetos de promoção pública, determinados por condicionantes políticas e pelo contexto social, vão construir a morfologia da cidade e influenciar aspetos do estilo de vida da sociedade tal como a conhecemos hoje. Para Aldo Rossi (2001, p. 241), uma cidade é também “(...) a forma da sua política, os sinais de uma vontade.”.

Posto isto, a Habitação Apoiada pelo Estado é um dos pilares das políticas habitacionais da cultura ocidental, fundamental para o equilíbrio social das comunidades, que em Portugal se manifestou com o primeiro diploma de incentivo do Estado, há cerca de 100 anos: o programa “Casas Económicas”. Este programa resultou da intenção de assumir a exclusiva responsabilidade pela urbanização das cidades por parte dos municípios e ao seu abrigo foram construídos mais de 15 mil fogos por todo o território nacional.

Ao longo destes 100 anos as políticas públicas de habitação refletem o quadro ideológico vigente, com impacto no tecido edificado português e na forma urbana e arquitetónica até aos dias de hoje.

No final do século anterior já tinham sido ensaiadas medidas de incentivo ao aumento da intervenção do Estado, na problemática da habitação para classes desfavorecidas através do apoio à criação de sociedades anónimas dedicadas à edificação de casas para as classes laborais, às quais eram concedidas vantagens como cedência de terrenos, benefícios fiscais, infraestruturação à responsabilidade da autarquia local ou isenção de contribuição predial.

Mas é sobretudo a partir do início do XX que começa a surgir em Portugal a consciência de que a construção de habitações populares salubres contribui para a melhoria da saúde pública, bem como da segurança e ordem social, numa época em que o cenário habitacional português se caracterizava pela degradação, onde as condições de vida eram precárias, a alimentação escasseava e as doenças infecciosas proliferavam.

O crescimento demográfico resultante da revolução industrial levou à sobrelotação e ao declínio das condições sanitárias e de habitabilidade dos alojamentos. Nesse sentido, com a reivindicação social por parte das classes operárias latente, e com o aparecimento da consciência de que determinados modelos arquitetónicos poderiam ser associados a efeitos sociais, é constituído um campo social que defende o direito à habitação para as classes trabalhadoras, regido pelos seguintes princípios: salubridade urbana, saúde pública, moralidade e "boa conduta" e produtividade laboral, que se acreditava serem princípios essenciais ao equilíbrio das sociedades. Procurava-se conciliar o bem público com os interesses privados.

*"As "habitações salubres, cómodas e baratas" promovem princípios da ordem e da economia, que constituem a melhor garantia do sossego e um poderoso elemento de capitalização da riqueza nacional".*

(Diário da Câmara, 1890, p. 91 in Gonçalves, 2018, p. 45).

Outra das posições dominantes da época era a recusa pelo sistema de habitação coletiva e preferência pelo ruralismo característico do regime, materializado na construção da "Casa Portuguesa": conjuntos de moradias

unifamiliares isoladas com pequenos logradouros, uma vez que a habitação coletiva *"obriga os inquilinos a uma vida íntima e comum, quase sempre inconveniente, não consentindo além disso que cada família ou locatário tenha o seu pátio, elemento tão importante para a salubridade das habitações pobres e comodidade dos moradores."* (Diário da Câmara, 1890, p. 92, in Gonçalves, 2018, p. 45). Estavam assim obrigados estes empreendimentos a terem fontes, lavadouros, redes de saneamento e iluminação.

*"(...) em oposição aos grandes prédios («falanstérios»), considerados como um perigo para a ordem social e moral pelas ligações que proporcionam entre os moradores."*

(Ferreira, 1987 in Serpa, 2015, p. 120).



*Fig. 1. Bairro de Casas Económicas Duarte Pacheco, Braga, 1935-1939, SIPA/DGEMN*

Estávamos na presença de bairros simultaneamente habitacionais e educacionais, onde se pretendia a aculturação moral e ética dos habitantes.

Desta forma, a habitação era considerada um mecanismo impulsionador da reforma da sociedade e *"acção produtora determinativa de um aperfeiçoamento constante e de uma maior e melhor distribuição, consumo e circulação da riqueza de um país."* (Diário da Câmara, 1901, p. 2 in Gonçalves, 2018, p. 45).

*"O arquitecto, realizando o seu ideal de Arte na vivenda opulenta, não descursa, mas até com dedicação de apóstolo se ocupa, do grande problema da habitação operária. E só lhe interessa a estética? Não. Ele sabe bem da sua importância económica e higiénica..."*

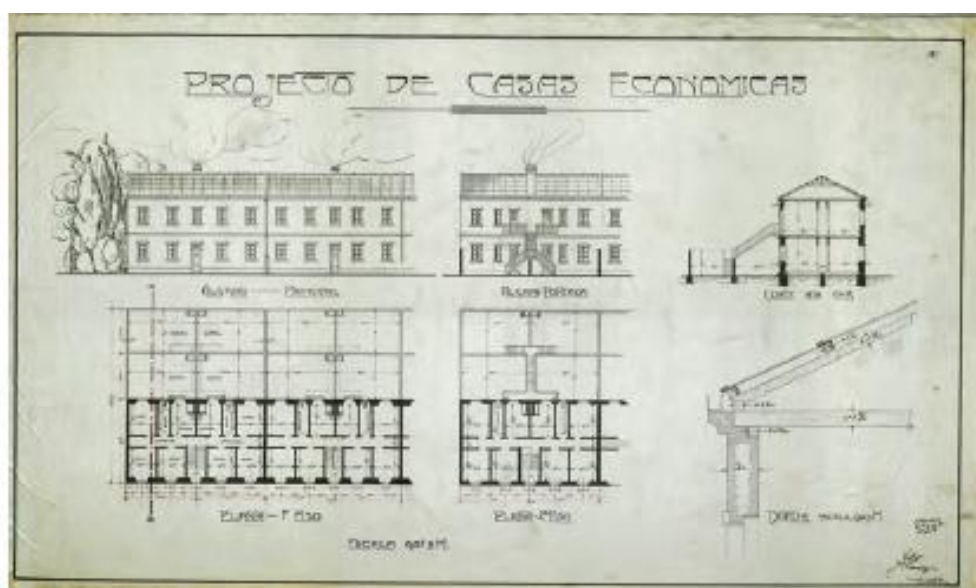
(Carvalho, 1908 in Gonçalves, 2018, p. 47).

A crise de emprego em Portugal, consequência do agravamento da situação económica causado pela Primeira Grande Guerra, levou o Governo a assinar a 24 de abril de 1918 o primeiro instrumento legislativo dedicado ao incentivo da construção de "Casas Económicas". Eram oferecidas vantagens fiscais a particulares, cooperativas, câmaras municipais e todas as instituições encarregues da construção de conjuntos habitacionais com adequadas condições de salubridade, com um valor máximo definido. Estas habitações deveriam ser construídas de acordo com as normas previstas no Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1903, onde estavam estipulados os parâmetros que definiam padrões mínimos de qualidade construtiva e ambiental e deviam ainda conciliar "higiene social" com "paz social".

Para obter o estatuto de "Casas Económicas", estas habitações deveriam ter um custo de construção inferior a 350\$/m<sup>2</sup> e serem construídas em alvenaria, tijolo, adobe ou betão armado; estruturas antissísmicas, duradouras, bem impermeabilizadas, com bom isolamento térmico, higiene e conforto. Estes aspetos deveriam ser verificados por uma comissão de casas económicas ligada às câmaras municipais (Gonçalves, 2018).

No que diz respeito à organização do fogo, o Regulamento da Construção e Venda das Casas Económicas estabeleceu que as casas seriam compostas

por “compartimentos habitáveis” (quartos e salas), “compartimentos não habitáveis” (cozinha e banho) e serviços (retrete, despensa e arrumações). Cada habitação destinada a uma família deveria ter pelo menos uma retrete, uma pia da cozinha e pelo menos três compartimentos, de acordo com o Diário do Governo de 1928. As divisões deveriam ser ventiladas e com pés-direitos mínimos de 3m no piso térreo e 2,80m nos restantes, a área ocupada pelas janelas devia corresponder a uma superfície mínima de 1/6 da área do compartimento e ter abertura para a rua, jardim ou espaço entre prédios. Traduziam-se assim estas casas numa procura pelo minimalismo, reduzindo espaços de circulação e eliminando espaços de transição. Quanto à decoração exterior, era marcada pela austeridade, característica transversal aos edifícios da Primeira República, com janelas de pequenas dimensões em tons claros e telhados com beiral.



*Fig. 2. Bairro de Casas Económicas de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1927*

Neste quadro, a nova metodologia para a prática de projeto de arquitetura passa aqui a estar assente em compromissos sociais e políticos que

relacionam diversos campos disciplinares, onde se torna imperativa uma reflexão sobre o papel do supérfluo e das normas clássicas.

Paralelamente ao plano das “Casas Económicas”, o plano de construção de “Bairros Sociais” do Ministério do Trabalho em 1919 veio estabelecer e consagrar o “Direito à Habitação”, que ditou a construção de inúmeros empreendimentos. Em Lisboa incluem-se os exemplos dos bairros da Ajuda e da Boa-Hora ou do Bairro do Arco do Cego como elementos estruturadores e modeladores da cidade.

Estes conjuntos deviam assegurar *“as condições próprias para o gozo da saúde, para o desenvolvimento físico, formação e educação moral e intelectual, aperfeiçoamento profissional e para o amparo, repouso e tratamento de doenças”*. (Diário do Governo, 1919, p. 641 in Gonçalves, 2018, p. 60) e de forma semelhante às *cités ouvrières* ou *garden cities*<sup>1</sup> os projetos deveriam integrar espaços públicos utilitários e de lazer comuns.

Porém, devido à incapacidade do sistema público de satisfazer as necessidades habitacionais do país, durante o governo de António de Oliveira Salazar, o Ministro das Finanças procurou envolver a promoção privada nas iniciativas no campo da habitação acessível a partir de 1928. As políticas ofereciam incentivos à fixação de rendas, expropriações e facilidades de acesso ao crédito, canalizando para este fim o património de instituições de beneficência. O Estado Novo detinha aqui um papel mais interventivo e era notório um maior empenho do poder local em promover a habitação para os seus habitantes.

Os municípios estavam ainda encarregues de assegurar a construção de ruas e infraestruturas de modo a aliciar a promoção privada à construção de casas económicas e à urbanização de zonas degradadas.

---

<sup>1</sup> Modelo de cidade concebido por Ebenezer Howard no final do século XIX no Reino Unido que consistia no desenho da cidade de acordo com um padrão concêntrico do qual emergiam espaços verdes desde o seu centro e espaços de lazer comuns, bem como cinturões industriais e agrícolas. Estas cidades seriam autossuficientes e conectadas umas às outras por forma a evitar os fluxos migratórios em relação às grandes cidades.

O Estilo Português Suave era prática normalizada e servia os interesses sociopolíticos do Regime, reflexo dos valores tradicionalistas do Estado. Era caracterizado por coberturas em telha, fachadas claras, vãos com molduras em pedra e portadas verdes em madeira, um alpendre coberto e ornamentos em ferro forjado, azulejos ou cerâmica com motivos tradicionais (Serpa, 2015).

Os bairros apresentavam pequenas dimensões e organizavam-se de forma dispersa e afastados dos centros urbanos, o que levou ao crescimento fragmentado e não harmonioso de conjuntos de pequenas dimensões, desligados da cidade consolidada.



*Fig. 3. Habitação unifamiliar geminada no Bairro da Encarnação, estilo Português Suave, Arquivo Municipal de Lisboa, 1946*

Chegados a 1933, a administração pública portuguesa ainda não tinha sido capaz de implementar uma política de habitação social capaz de produzir

alterações significativas no panorama habitacional nacional. Então, neste mesmo ano, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência torna-se o organismo responsável pela gestão do novo parque residencial público e encarrega-se da distribuição de casas a grupos socioprofissionais relevantes para a consolidação de fins económicos e sociais estratégicos. O Estado delineou ainda, uma divisão social e institucional do trabalho entre o Poder Central, o Poder Local, arquitetos, engenheiros, sindicatos e diversas instituições, ao passo que o financiamento das mesmas ficava a cargo do Fundo das Casas Económicas, financiado pela Caixa Geral de Depósitos. Em nenhum momento era admitida a participação dos moradores nas decisões da vida do bairro (Pereira *et al.*, 2018).

Contudo a construção de Casas Económicas não veio colmatar a necessidade das populações mais necessitadas uma vez que se destinavam sobretudo a famílias de operários, funcionários do Estado, famílias consideradas política e moralmente idóneas e famílias financeiramente capazes de pagar as amortizações e deste modo incrementavam o sentimento de desigualdade social.

Então, a partir deste momento, com a necessidade de realojamento das populações deslocadas devido a demolições no centro de Lisboa ou de residentes em alojamentos precários, o Governo autorizou o financiamento da construção de conjuntos de "Casas Desmontáveis" - Bairros da Quinta da Calçada, Boa Vista e Furnas. Eram habitações provisórias construídas em madeira ou lusalite, de área reduzida (cerca de 40m<sup>2</sup>), rapidamente edificadas em materiais de fraca qualidade construtiva, e executadas e administradas pelo município. O Estado Novo não era então proprietário das casas, mas em vez disso, os cidadãos proprietários ficavam encarregues do pagamento mensal de amortizações que possibilitavam a aquisição progressiva de casa própria, sendo que o título de proprietários lhes podia ser retirado em caso de "mau comportamento moral ou social", o que constituía um método eficaz de controlo político e social e permitiu a subsistência do sistema até 1945.

Além do investimento na habitação social, onde é de destacar a forte influência do arquiteto Raul Lino<sup>2</sup>, a década de 30 marca ainda um período de grande intervencionismo do Estado na infraestruturação do país, liderada pelo Engenheiro Duarte Pacheco<sup>3</sup> e pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicação. Investiu-se em eletrificação, construção de pontes e estradas de modo a urbanizar as periferias, construção de equipamentos públicos e reabilitação de monumentos (Pereira *et al.*, 2018).

A partir do Inquérito Habitacional de 1945, verifica-se que as condições de vida no País continuam precárias, e assim sendo, o Estado multiplicou o número de centros de produção de habitação de iniciativa pública destinados a grupos socioprofissionais específicos, enquanto dinamizava o aproveitamento de terrenos baldios.

Devido às condições económicas do pós-guerra e à degradação do parque habitacional, o programa de "Casas para Famílias Pobres" vem ampliar o âmbito de intervenção do programa de "Casas Desmontáveis"<sup>4</sup>. O Estado canalizava subsídios para a construção de casas por parte de entidades públicas, que assumiam então o papel de proprietário-senhorio e encarregavam-se do arrendamento das propriedades em condições ajustadas ao contexto do local e dos moradores. Tinham por objetivo criar alojamentos de transição para populações desalojadas, captando contributos de particulares e ajudas e materiais e mão-de-obra de agentes locais.

A distribuição destas casas era responsabilidade do Serviço Social dos Bairros Económicos, cujo objetivo era garantir que os candidatos reuniam condições morais, económicas e residiam em habitações degradadas, de forma a garantir a "justiça" no acesso à habitação social. Para além disto, e tendo

---

<sup>2</sup> Arquiteto português, 1879-1974, desempenhou cargos no Ministério das Obras Públicas e foi autor de inúmeros textos sobre a arquitetura doméstica popular como "*A Casa Portuguesa*" (1929), "*Casas Portuguesas*" (1933) e "*L'évolution de l'architecture domestique au Portugal*" (1937).

<sup>3</sup> Engenheiro autor de projetos dos Bairros Sociais de Alvalade, Encarnação, Madreus e Caselas, além de inúmeros projetos de obras públicas.

<sup>4</sup> Programa de habitação desenvolvido essencialmente para realojamento a título transitório e cujo objetivo seria atingir o acesso às "Casas Económicas", das quais beneficiava essencialmente a classe média, devido às exigências de acesso às habitações.

em vista o princípio da “moralização social”, era assegurada uma gestão no interior do bairro pelo fiscal, pelos próprios moradores e até pela Igreja (Pereira *et al.*, 2018).

As habitações localizavam-se tipicamente em zonas periféricas da cidade, em tipologias de casa unifamiliar de um só piso, ou plurifamiliar, com dois pisos. As expressões arquitetónicas eram diversificadas, adequando-se a localização geográfica ou o estilo do projetista, que nesta época procura adquirir alguma projeção social, porém, com uma imagem de unidade visualmente delimitada.

Em paralelismo com a evolução da organização dos serviços do Estado, e tendo em vista a limitação da construção de prédios de rendimento, foi criado também em 1945 o regime de “Casas de Renda Económica”, que fixava rendas máximas a cobrar *à priori*. O seu processo de construção tinha por base estudos específicos sobre o défice em termos habitacionais da respetiva zona de intervenção e deveria corresponder a uma área integrada pelos municípios nos seus planos urbanísticos e, portanto, alargava o leque de intervenientes na promoção pública da habitação aos municípios e impulsionou o modelo de propriedade pública do parque habitacional.

Este programa introduziu pela primeira vez a possibilidade de construção de fogos em altura, com o limite de rés-do-chão mais três pisos, contudo, não se tratava aqui de habitação coletiva, uma vez que não era valorizado o espaço comunitário e social, mas, por outro lado da construção de “casas com vários fogos” (Serpa, 2015). A primeira aplicação prática surge em Lisboa, no Bairro de Alvalade, iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e projeto de João Faria da Costa e de Miguel Jacobetty Rosa. Constitui-se como uma experimentação do conceito de minimalismo, à luz dos princípios modernos de funcionalismo e racionalização da casa, sem, contudo, comprometer os *standards* de habitabilidade (Tavares e Duarte, 2018).



*Fig. 4. Bairro de Alvalade, Casas de Renda Económica, CML, Lisboa, 1945*

Em 1952 é criado o Movimento Nacional de Autoconstrução (MONAC), ligado à Igreja Católica, que concedia aos chefes de família empréstimos para construir as suas próprias casas, bem como apoio ao nível de materiais locais e assistência técnica, com o propósito de gastar o mínimo de recursos possível (Freire e Borges, 2018).

Em 1958 foi aberta a possibilidade de concessão de empréstimos a beneficiários para a construção de habitação própria, considerada um fator de estabilidade e segurança familiar, assumindo, portanto, um importante carácter pedagógico.

Neste período multiplicam-se os núcleos de conhecimento especializado sobre a habitação para famílias pobres (como é exemplo o trabalho dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral), conduzindo à evolução das tipologias de fogo e de novos modelos urbanos, resultantes da experimentação de uma nova rede de arquitetos regionais informados

sobre as práticas internacionais dedicadas a estes programas, onde o foco de trabalho incidia maioritariamente sobre as grandes áreas urbanas.

*"casa económica não quer dizer casa que custe pouco dinheiro e que dispense um projecto cuidado, mas antes casa em que todas as suas disposições são muito bem aproveitadas e onde não existe desperdício nem de material nem de espaço utilizável"*

(Lino, 1992 in Antunes, 2017, p. 148).

Assim, só a partir da década de 50 a "Casa Portuguesa", assente em modelos de moradias unifamiliares com zonas verdes na periferia da cidade, deixa de ser a resposta tipo aos problemas da Habitação Social em Portugal e a construção em altura de edifícios geminados em banda passa a ser o modelo adotado. O Bairro do Viso<sup>5</sup> constituiu-se como um dos primeiros exemplos onde foi testada a solução da habitação coletiva que procurava uma expressão arquitetónica moderna adequada ao contexto do sítio específico onde se inseria, reflexo do estilo democrático resultante da queda de regimes ditatoriais com a II Guerra Mundial.

Além da insustentabilidade da habitação unifamiliar<sup>6</sup> isolada para as necessidades do País, o I Congresso Nacional de Arquitetura traz para a discussão a importância do projeto urbano, um projeto à escala do território, e desta forma os arquitetos paisagistas passam a ser parte integrante da equipa de projeto. A intervenção sobre o espaço físico adquire aqui uma nova escala, onde o arruamento, agora mais livre e permeável, passa a assumir um papel de integrador do conjunto habitacional, manifestando os

---

<sup>5</sup> O Bairro do Viso, de João Andresen, um dos defensores dos princípios urbanísticos do Movimento Moderno, demonstra uma interpretação mais informal do espaço urbano, materializadas em esquemas com amplos espaços verdes e percursos pedonais, símbolos de uma ideologia de vida estruturada a partir da comunidade e proximidade entre habitantes.

<sup>6</sup> Orientação legislativa do Estado Novo, que se opunha a tendências coletivistas e internacionalismo de costumes, criticadas por Salazar, que em vez de "encontros casuais da vida", considerava que o desejável seria uma casa pequena e habitada em plena propriedade pela família, de acesso independente inclusive.

primeiros passos na procura de estabelecer um sentido de Comunidade (Guerreiro, 2018).

Reflexo desta nova Era, e tendo como base as convenções do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, dá-se início a uma nova maneira de entender a Arquitetura, que valoriza o papel do Arquiteto enquanto agente social, da Arquitetura como meio de suprir necessidades reais das populações, e dos lugares como espaço de vivência da Comunidade, fruto das exigências da contemporaneidade vivida. Assim, é constituída uma rede de arquitetos regionais, residentes na sua área de intervenção, conhecedores da população local e do carácter da região encarregues da elaboração dos projetos, estudos e execução das obras.

Esta descentralização do Poder Público no campo da habitação fragilizava a sua coordenação efetiva e ação direta e comprometia a eficácia destas políticas de Habitação Social por parte do Estado, com repercussões no equilíbrio social e estabilidade da população portuguesa.

Por conseguinte, é constituído o "Grupo de Coordenação de Estudos da Habitação", que junta todas as entidades envolvidas na construção de habitações de carácter económico para debater assuntos relativos à construção de habitações e a sua implicação em problemas urbanísticos, além de ter sido responsável pela criação do Documento Base sobre a Unificação das Normas Mínimas e Categorias de Habitação (Agarez, 2018).

Além disto, é criada a Comissão para Estudo de Revisão da Legislação sobre Habitações Económicas, um trabalho que tinha como finalidade a uniformização das normas praticadas entre os diferentes programas de habitação social, as "habitações tipo", regidas por princípios orientadores sobre a economia da construção, resultantes de uma procura da compreensão da "família tipo", categorizada por um conjunto de características comuns.

Assim, tendo em vista a concentração do estudo da problemática da Habitação Social num único organismo, é criado o Fundo de Fomento da Habitação em 1969, integrando funções sociais e de construção de outros

programas, com vista a uma maior eficácia de atuação, economia de meios e racionalização de processos. Uma entidade centralizadora à escala nacional que se encarregava do problema da habitação das classes não beneficiárias de outros programas; era responsável por suprir necessidades especiais de realojamento decorrentes de catástrofes naturais e emergências políticas ou sociais, bem como de questões de qualidade urbana, sociabilidade, integração das comunidades no acesso a escolas, comércio e espaços de lazer. As suas competências passavam ainda pela expropriação de terrenos, execução de projetos, fiscalização da construção, e atribuição de fogos bem como conduzir Planos Integrados que se ocupavam da coordenação de intervenções mais abrangentes (Agarez, 2018).

O Fundo surge num contexto de revisão da legislação relativa aos Planos de Urbanização, com o intuito de controlar o desenvolvimento urbano e arquitetónico, e, portanto, um meio de controlo social, num contexto onde a construção clandestina se multiplicava. A disseminação de bairros de habitações precárias proliferava, muita da construção encontrava-se degradada e sobrelotada e sem cumprir os requisitos mínimos de segurança e salubridade, facto que era devido sobretudo à ausência de políticas habitacionais que visassem o benefício da maioria dos cidadãos, que se destinassem efetivamente às famílias carenciadas.

Esta situação torna-se insustentável para o regime e começa a ser cada vez mais evidente a necessidade de intervenção, de modo a elevar a imagem de Portugal perante a Europa. O Fundo de Fomento da Habitação afigura-se então como o principal eixo de políticas públicas habitacionais até ao fim da vigência do Estado Novo, em 1974.

*"O Ministério das Obras Públicas deve desempenhar papel decisivo na execução da referida política nacional da habitação, já que importa executá-la em coordenação com o planeamento urbano. De facto, é já indiscutível a necessidade de articular as políticas habitacional e urbanística [...] Este o principal motivo da criação do Fundo*

*de Fomento da Habitação, instrumento de política que visa contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos de habitação das caixas de previdência ou de quaisquer outras instituições semelhantes”.*

(Decreto-Lei nº. 49033, 1969).

As preocupações com a situação de degradação do parque habitacional resultam ainda num exaustivo levantamento sobre os núcleos de habitações precárias existentes em Lisboa, onde foram identificadas 22 000 famílias a viver em situações precárias.

Por conseguinte, em finais de 1970, o Gabinete Técnico de Habitação foi incumbido de apresentar um plano para a erradicação de barracas e projetar a construção de diversas urbanizações na cidade de Lisboa.

Estas urbanizações revelavam uma linguagem arquitetónica similar: um acesso vertical comum a convergir para corredores-galeria abertos ao exterior em grandes edifícios coletivos padronizados, de materiais de construção precários e com pouca capacidade de conservação. Eram espaços descaracterizados, segregados e monofuncionais, com uma linguagem estética modernista simbólica dos edifícios de habitação social construídos neste período.

Com a missão de ajudar o Estado a executar os novos conjuntos urbanos destinados a habitação permanente cedida pelas autarquias, em 1971 é constituída a EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) a fim de realizar obras convenientes à renovação urbana de Lisboa e promover um crescimento urbano ordenado. Veio a ser dissolvida em 2012 e durante o seu período de atuação promoveu um vasto conjunto de projetos de habitação apoiada que experimentaram linguagens arquitetónicas modernas (Serpa, 2015).

Em 1974, ano de Revolução, Nuno Portas foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1º Governo Provisório. Detinha um profundo

conhecimento da realidade do país e propunha-se a resolver rapidamente o problema da habitação, através de polos de trabalho de influência local - "Brigadas de Urbanismo".

Após a Revolução de Abril, é exigido ao Estado um papel mais ativo no tratamento do problema habitacional do país. Assim, o Programa de Política Habitacional de 1975 previu a construção de 100 mil fogos para suprir as graves carências habitacionais do final da Ditadura, destinados maioritariamente a Habitação Social e, portanto, a edificação devia ser eficaz, cumprindo os prazos estabelecidos e de baixo custo.

Para cumprir este objetivo, o Fundo de Fomento da Habitação foi responsável pela criação de um corpo técnico especializado designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) para, com o apoio das câmaras municipais, incentivar as populações residentes em alojamentos precários a colaborarem na transformação dos próprios bairros ou promover intervenções socio urbanísticas que permitissem o realojamento da população nas proximidades dos locais onde residiam, criando uma dinâmica de proximidade entre os habitantes e o poder local. Tratava-se de capitalizar a capacidade coletiva da comunidade a nível monetário e de recursos, através de uma metodologia *bottom-up* que dava voz à população e era composto por equipas multidisciplinares que envolviam não só moradores, como também engenheiros, geógrafos, sociólogos e grandes nomes da Arquitetura do século XX, como Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira, Manuel Tainha, Gonçalo Byrne, entre outros, que motivados pela crise na construção então vivida, tinham oportunidade de experimentar novas abordagens arquitetónicas (Bandeirinha *et al.*, 2018).

O SAAL afigura-se, então, como a primeira experiência de intervenção participativa na construção, ativando o poder reivindicativo vivido à época e constitui-se como uma referência até aos dias de hoje pela forma como se propunha a alterar o modo como a Habitação Social era concebida no País.

Surge então um dos períodos mais progressistas e amplamente estudados da Arquitetura Portuguesa, com a conceção de diferentes formas de

ocupação do território, desviadas do ideal de casa individual característico do Estado Novo e replicando soluções em altura, sóbrias e económicas, presentes por toda a Europa no período pós-guerra.

*"O 25 de Abril tornou possível a intervenção de movimentos populares de luta pela casa e pelo direito à cidade, movimentos durante muitos anos controlados: reprimidos. Para os arquitectos, abriu um campo vasto e urgente de projecto, fundamentado na participação directa e diversificada das populações. Para os que aceitaram a encomenda (...) a adaptação às novas condições foi difícil e também inesquecivelmente estimulante".*

(Vieira, 1986 in Antunes, 2017, p. 368).

Em oposição ao individualismo expresso nas casas tipo do Antigo Regime, a habitação coletiva e o equipamento social surgem agora como solução representativa do comunitário e do valor da interação social.

Contudo, a convergência de planos de iniciativa pública e privada constituía uma barreira ao ordenamento territorial das cidades numa visão abrangente, num cenário onde os movimentos de moradores começam a surgir e a protagonizar lutas reivindicativas contra a falta de condições habitacionais e contra o sistema de autoconstrução, que consideravam uma forma de exploração. Nas periferias dos centros urbanos multiplicava-se a construção clandestina e a ocupação ilegal de habitações devolutas.

Em 1976 o SAAL é extinto, sem que tivessem sido concluídas algumas das operações por si iniciadas, e é criada a Comissão para o Alojamento de Refugiados, para que, através de construções pré-fabricadas em materiais leves e económicos, fosse possível dar resposta à escassez de alojamento criada pelo retorno dos refugiados das ex-colónias. Algumas destas casas eram atribuídas em regime de propriedade resolúvel, por se considerar que era condição indispensável proporcionar aos agregados familiares a possibilidade de adquirir a sua própria casa, além de que a criação de novas habitações era um recurso para o incentivo à indústria da construção civil e

decorrente garantia da criação de postos de trabalho (Bandeirinha *et al.*, 2018).



*Fig. 5. Tipologia de bairro CAR em construção, Arquivo do IHRU, 1977*

Em 1982, depois de ter anexado a Comissão para o Alojamento de Refugiados para fazer face à descontrolada situação financeira resultante da falta de critério na construção, é extinto o Fundo de Fomento da Habitação e em 1987 é criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, para a manutenção do parque edificado público e a concretização do princípio instituído da venda gradual de casas de renda social aos seus inquilinos.

Devido aos incentivos económicos e fiscais à construção de habitação social<sup>7</sup> pela iniciativa privada e à municipalização da habitação, o Estado retira-se

---

<sup>7</sup> “São consideradas habitações sociais as habitações de custos controlados promovidas pelas Câmaras Municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma” (Diário da República, I Série, 17 Maio de 1983, 113, pp. 1791).

do papel de promotor direto e proprietário de habitação e concentra-se em responsabilidades de planeamento e regulamentação, o que fez com que as casas, por um lado, ganhassem em qualidade construtiva, mas por outro perdessem a sua inserção no tecido urbano (Agarez, 2018).

A somar ao exposto anteriormente, com as intervenções do FMI em Portugal, muitos dos processos em desenvolvimento à data sofrem perturbações, até que em 1984 surge o Instituto Nacional de Habitação para colmatar as funções que o Fundo de Fomento à Habitação tinha deixado em aberto, bem como estudar a situação habitacional portuguesa no sentido de contribuir para o financiamento de programas de interesse social.

Consequentemente, pode-se afirmar que até aqui, as políticas de habitação social respeitaram o seu papel a nível da construção, no entanto, uma má gestão e manutenção do parque habitacional público e uma política habitacional fragmentada, ditou futuras consequências nefastas a nível habitacional, económico e social no País.

Verifica-se então que grande parte da população carenciada continua a residir em habitações de extrema precariedade e a partir de então, o grande enfoque dos programas de habitação municipal torna-se o realojamento das populações residentes em barracas, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, e a sua colocação em fogos que cumprissem os mínimos de salubridade e higiene, sobretudo através do Programa Especial de Realojamento (PER) e do seu antecessor PIMP (Programa de Intervenção a Médio Prazo).

O PIMP tinha como objetivo a demolição de núcleos sem condições de habitabilidade, com carências higiénico-sanitárias que potenciavam a disseminação de doenças e o realojamento dos seus habitantes em novos fogos ou, em alternativa, a conceção de compensações sob a forma de indemnizações. Nestes novos bairros optou-se pela construção simples em banda e em quarteirão, em edifícios de maior verticalidade e com entradas e corredores independentes que favorecessem a separação dos edifícios em lotes. Para além disto, foi dado maior relevo ao planeamento dos espaços

públicos e à estética das fachadas do edificado, que se procurava afastada da monotonia característica das habitações em bairros municipais (Antunes, 2017).

O PER aparece como um complemento ao PIMP, que não tinha sido capaz de resolver na totalidade a questão dos bairros de barracas em Lisboa. Então, constitui-se como uma solução de emergência para realojar a restante população concentrada em alojamentos massivamente construídos nestes bairros precários em zonas periféricas da cidade e tem ação tanto a nível de novos projetos a serem construídos, como em intervenções complementares em núcleos já existentes, em ações singulares ou em parcerias com outros planos urbanos já existentes.

*"O problema da habitação, sendo, sem dúvida, um dos mais importantes, pelo reflexo na qualidade de vida das populações, encontra-se longe de estar resolvido, quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos. (...) A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e conseqüente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção".*

(Diário da República n.º 163/93, I Série, 1993).

Pelo exposto anteriormente, pode dizer-se que estes programas cumpriram o seu principal objetivo – a erradicação de um vasto número de barracas e habitações clandestinas (através da construção de edifícios em banda, de empenas profundas e organização esquerdo direito, pelo compromisso entre privacidade e economia de custos, em projetos que visavam garantir os mínimos em termos de habitabilidade e conforto).

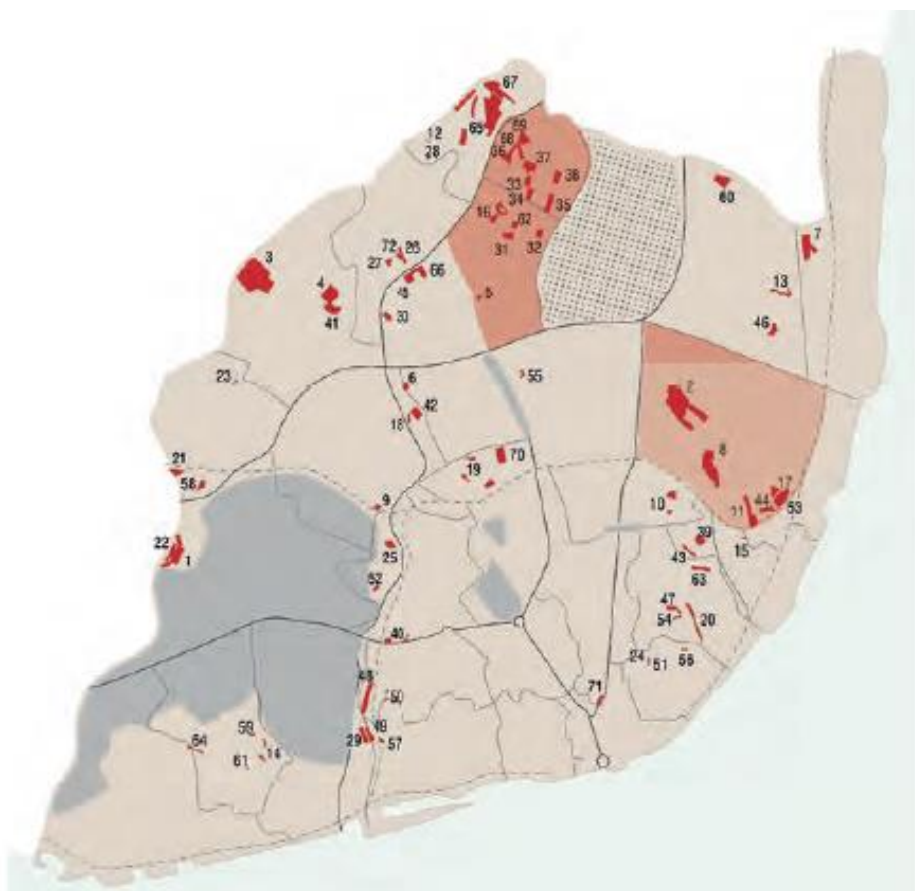
Porém, os seus objetivos não se esgotavam aí, aspiravam também a resolver o problema da inserção social das comunidades e a combater os fenómenos de guetização e da estigmatização em bairros precários e, por consequência, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos residentes, foram também criados espaços públicos, estabelecimentos comerciais, mobiliário

urbano e equipamentos públicos coletivos de saúde, cultura e lazer que potenciassem a integração dos conjuntos habitacionais no tecido urbano, por forma a assegurar a diversidade social e diminuir a segregação espacial.

*"A diversidade funcional nos projectos urbanos de cariz habitacional é um dos factores decisivos na capacidade de um conjunto gerar vida urbana."*

(Serpa, 2015, p. 233).

Em suma, apesar do incremento exponencial na construção de novos edifícios para habitação pública, com melhores condições de habitabilidade, na década de 90, os grupos carenciados acabaram por ser concentrados em grandes empreendimentos monofuncionais com um elevado número de fogos, em zonas periféricas da cidade (como se pode observar na figura 6), segundo um processo de guetização. Constituíam-se como conjuntos monótonos em termos de possibilidades de apropriação, devido à repetição de projetos-tipo e a uma limitação de áreas de construção, essencialmente ditada pela imposição da contenção de custos.



*Fig. 6. Distribuição territorial dos bairros de promoção pública na cidade de Lisboa, IHRU, 2018*

Dado o aumento súbito no número de fogos de habitação municipal em Lisboa, em 1995 foi criada a GEBALIS (Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa) com o propósito de gerir o parque habitacional municipal da Cidade. Estava responsável pela gestão, arrendamento, conservação e reabilitação do edificado e espaços públicos.

Apesar do decréscimo populacional no centro da Cidade, a construção de habitação continua a expandir-se em Lisboa, e em 1998 verifica-se uma forte reestruturação urbanística, com a regeneração da zona oriental da Cidade - a Expo98 -, bem com o grande projeto de promoção pública da Alta de Lisboa.

Este paradigma de incentivo à construção de habitação altera-se em 2002, com uma mudança de conjuntura resultante da entrada em circulação da nova moeda na Europa. O país, integrado na União Económica e Monetária, via-se obrigado a controlar as contas públicas de acordo com as diretrizes europeias e inaugura um período de menor intervenção pública no setor da construção, com uma maior dependência do mercado e uma maior participação dos municípios.

Em 2004 foi criado o programa PROHABITA que visava não só erradicar as barracas, como também resolver situações de carência habitacional através da reabilitação urbana. Às famílias era concedido um apoio financeiro para a construção e reabilitação de habitações e a utilização de prédios devolutos. Promove ainda a noção de construção sustentável através da concessão de incentivos, no caso dos bairros em avançado estado de degradação, e apoia a construção de equipamentos coletivos de interesse público (Serpa, 2015).

A crise económica vivida pelo país, a partir do final da primeira década do século XXI, inverte a tendência de crescimento do mercado da habitação, que a par de uma maior dificuldade no acesso à conceção de crédito à habitação por parte de instituições bancárias, precipita uma reorientação estratégica na política de habitação, gerando uma maior tendência para a habitação em regime de arrendamento.

Deste modo, foi criado em 2006, o Novo Regime de Arrendamento Urbano, um dos instrumentos com mais peso na transformação das políticas habitacionais no País, com o propósito de atualizar o valor das rendas antigas que se mantiveram congeladas durante décadas, salvaguardando os agregados familiares em situação de maior carência.

Contudo, como consequência das bonificações no crédito à habitação e da alienação de fogos aos arrendatários, assentes na ideologia do direito à habitação própria, estima-se que dos 200 mil fogos construídos para habitação social até à década de 70, apenas 120 mil são hoje propriedade municipal, de acordo com dados do INE (Inquérito à Caracterização da Habitação Social em Portugal, de 2015). Deste modo:

*"No bairro social, a venda de habitação ao inquilino, podendo parecer um caminho para a autonomia e responsabilidade, acaba por conduzir ao imobilismo habitacional para além de retirar um fogo ao património municipal ou estatal, impedindo a sua reutilização por outra família mais carenciada."*

(George *et al.*, 2009 in Vilaça e Ferreira, 2018, p. 359).

De outra forma, no período subsequente a reabilitação do edificado e do espaço público torna-se o principal instrumento de políticas urbanas, devido à degradação física do parque edificado mais antigo e à diminuta disponibilidade de oferta do setor público, resultante da alienação de património a arrendatários, referida anteriormente.

Esta mudança de paradigma manifesta-se em 2007 com a criação do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, devido à necessidade de intervenção no património urbano existente e à sua inadequação aos novos modos de vida, e deu-se através da intervenção em antigos bairros sociais, mas também em património disperso do Estado, adaptando-o a este fim. Com vista a repovoar os centros históricos e a requalificar e a incluir infraestruturas nos bairros sociais, foi criado o Regime Excecional de Reabilitação Urbana para zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística a custos controlados. Ao qual se juntam outros programas de incentivo à reabilitação do parque habitacional municipal, como com facilidades de crédito para a realização de obras de conservação e apoio estatal em casos de maior urgência (Xerez *et al.*, 2018).

O IHRU surge ainda com a missão de *"assegurar a concretização política definida pelo Governo para as áreas da habitação e da reabilitação urbana, de forma articulada com a política de cidades e com outras políticas sociais e de salvaguarda e valorização patrimonial, assegurando a memória do edificado e a sua evolução"* (Decreto-Lei nº 223/2007, de 30 de maio). Entre as suas atribuições destacam-se o planeamento das políticas financeiras do

setor, o financiamento de programas habitacionais de interesse social, o acompanhamento à execução de projetos e o apoio financeiro ao arrendamento urbano.

As estratégias prendiam-se com a substituição de infraestruturas e reconversão de áreas comuns para melhores padrões de eficiência energética, como o encerramento de galerias exteriores de distribuição, instalação de painéis solares, isolamento de fachadas, impermeabilização de coberturas e terraços ou a reparação de canalizações ou sistemas elétricos; a reconfiguração tipológica ou funcional da casa: uma reordenação dos espaços internos do fogo para responder às necessidades atuais de habitabilidade; a reconversão de espaços comerciais; a adaptação dos espaços a pessoas com mobilidade reduzida e ainda proceder a demolições, quando justificadas pela deterioração da qualidade construtiva ou por motivos de segurança da comunidade.

Além do edificado, um maior enfoque tem sido atribuído à reabilitação do espaço público, como forma de ação social, determinante no desenho dos suportes de vida social, reflexo de uma procura de “fazer cidade” ao invés de “fazer habitação” (Serpa, 2015). Verificam-se ainda algumas ações pontuais de manutenção, como a pintura de fachadas, a reparação de campainhas e intercomunicadores ou a substituição de elementos técnicos. Denota-se uma tentativa de quebrar com a monotonia das fachadas devido à perceção de que a imagem urbana dos bairros municipais potenciava a sua estigmatização.

Em 2010, decorrente da necessidade de concretizar um Plano Estratégico da Habitação a nível nacional, o Programa Local de Habitação propõe um conjunto de novos instrumentos: o programa BIP/ZIP, destinado a financiar operações de melhoramento em determinadas zonas degradadas ou bairros municipais - Bairros de Intervenção Prioritária/ Zonas de Intervenção Prioritária; um plano de Acupuntura Urbana para efetuar pequenas intervenções em fogos para a melhoria das condições habitacionais, financiadas pelas juntas de freguesia e o Programa Integrado de Gestão e

Requalificação dos Bairros Municipais, encarregue da sua requalificação, infraestruturação e gestão (Serpa, 2015).

Assim, pode concluir-se que o contexto político Português se manifesta nos programas de habitação social e conceção arquitetónica, e se apresenta como determinante no resultado do construído na cidade. Numa primeira fase, os projetos deveriam ser representativos da força do Regime, tendo uma função moralizante marcada pela ordem e pelo individualismo, ao passo que, no período da Democracia, verifica-se uma abertura a novas formas de conceção, construção e gestão do parque habitacional público, onde é valorizado o sentido comunitário.

Conclui-se ainda que o desenvolvimento de projetos no âmbito de programas distintos, com diferentes pressupostos e ideais, resultou numa diversidade de soluções, linguagens urbanas heterogéneas em termos de tipologia e formas de agregação e concetualmente pouco definidas. As propostas de grande escala resultaram numa parca integração no tecido urbano envolvente e consequentes efeitos adversos.

A cidade tornou-se assim um mosaico composto por fragmentos urbanos com diferentes morfologias que colocam em evidência a alternância entre lugares "urbanizados" e "por urbanizar" e criou aglomerados socialmente homogéneos.

*"Os processos ditos de "urbanização", "suburbanização", "desurbanização" e "reurbanização" acumularam-se ou justapuseram-se criando redes imperfeitas de acumulados..."*

(Portas, 2012, p. 183).

Assim sendo, a cidade com que nos deparamos nos dias de hoje é uma cidade descontínua e desigual, marcada por situações urbanísticas e sociais contrastantes que põe em causa os princípios da Democracia.

## **Análise de alguns bairros sociais em Lisboa**

Os bairros sociais presentes na cidade de Lisboa são na sua generalidade caracterizados pela sua localização periférica, uniformidade morfológica e tipológica do edificado e homogeneidade dos seus residentes, favorecendo a sua exclusão espacial e social no seio da cidade.

Suportando esta ideia, Nuno Portas afirma que:

*"A maior fragilidade da integração urbana e, conseqüentemente, a qualidade da comunicação, pode bem ser o relativo isolamento dos bairros periféricos (monoclassistas desde a sua criação). Na maioria dos casos faltou uma rede periférica que ligasse zonas residenciais de diferentes níveis económicos e possuidoras dos melhores equipamentos culturais e de lazer."*

(Portas, 2012, p. 153).

Tomando o Bairro como uma unidade urbana de estruturação e organização social, potencial criador de novas centralidades, sobre o qual a escala de intervenção pode incidir como uma forma de regeneração física e social da Cidade, proceder-se-á a uma breve análise de alguns bairros de habitação municipal da cidade de Lisboa, sobretudo em termos de organização espacial do seu edificado e dos espaços exteriores públicos e da sua inserção na malha urbana envolvente, a fim de se aferir se aportam algo à Cidade, se proporcionam alguma qualidade de vida aos seus habitantes e quais os impacto que estes fatores refletem na sua coesão socio espacial.

Procurou-se com os casos abordados representar uma amostra diversificada em termos de escala, período de construção, desenho urbano, capital social e localização geográfica, que possa ser representativa de outros bairros de semelhantes condições a nível do impacto territorial e social causado pelo seu desenho urbano.

Desta forma, partindo do princípio que o modo como se organizam as tipologias habitacionais altera a forma das sociabilidades, verifica-se em

primeiro lugar, que em grandes empreendimentos construídos para realojamento, o aumento da densidade do edificado corresponde a uma diminuição das interações, como podemos observar pelos exemplos do **Bairro da Boavista**, o **Bairro da Horta Nova** ou o **Casal dos Machados**.

Nestes bairros a falta de equipamentos recreativos, de lazer e espaços de comércio impossibilita a transferência das vivências sociais do interior da casa para o espaço público.

A dimensão arquitetónica destes bairros: a sua característica estética marcada por uma imagem homogénea, parcamente inserida na malha urbana envolvente, bem como a sua dimensão sociológica onde impera a concentração de populações desfavorecidas, tornam a perceção da sua imagem pública como zonas de conflitualidade, insegurança e atividades marginais, facto este que contribui para a criação de imagens negativas e estigmatizantes dos moradores nestes conjuntos habitacionais.



*Fig. 7. Uniformidade Tipológica no Bairro da Boavista, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019*

O mesmo se pode apontar a dois bairros situados em **Chelas – “A Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”**, ambos construídos após a revolução de abril de 1974, com o intuito de realojar a população residente em barracas na cidade de Lisboa e alguns retornados das ex-colónias.

Volvidos quase 50 anos da sua construção estes conjuntos urbanos, definidos por princípios de organização espacial pouco flexíveis apresentam hoje indícios de inadequabilidade às características da população e incapacidade de corresponder à evolução das suas necessidades, o que se manifesta numa fraca qualidade de vida urbana.

Os bairros compostos por conjuntos residenciais isolados e dispersos pelo território encerram com a Cidade uma relação avessa à ideia de continuidade urbana, onde os espaços públicos resultam da apropriação desorganizada de terrenos baldios.

Verifica-se que os espaços comuns, como fachadas, coberturas e acessos estão em francas condições de degradação e as suas apropriações são motivo de conflito pela inexistência de demarcação de fronteiras entre lotes nos enormes conjuntos edificados.



*Fig. 8. Estado de degradação dos espaços comuns no bairro "Pantera Cor-de-rosa" em Chelas, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019*

As tipologias edificadas encerram difíceis relações com a rua, com pisos térreos formalmente complexos e fachadas cegas, que se constituem como um obstáculo ao prolongamento da vida no interior dos edifícios para o espaço exterior.



*Fig. 9. Relações com a rua das fachadas na "Zona J" em Chelas, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019*

No interior dos edifícios, o esquema complexo e anárquico dos sistemas de circulação dificulta a criação de relações de vizinhança.

Após um olhar sobre os bairros acima mencionados, verificam-se alguns traços comuns. Constituem-se como espaços físicos e sociais que não funcionam em complementaridade com a Cidade, servem apenas os seus habitantes e raramente são atravessados por terceiros, estabelecem "ilhas urbanas" impeditivas da transversalidade urbana, social e viária.

Aqui a uniformidade tipológica representa um obstáculo à vitalidade local e à valorização programática e patrimonial dos bairros, onde a produção de emprego e o desenvolvimento económico e cultural são escassos.

A somar a isto, são zonas com uma imagem social negativa, incapazes de atrair classes sociais mais favorecidas que possam potenciar a valorização do património imobiliário local.

Inserido no âmbito do PER, o Plano Urbanístico do Alto do Lumiar teve um desenvolvimento particular em relação aos restantes bairros da cidade, resultante de um concurso público internacional promovido pela Câmara Municipal de Lisboa na década de 80 para a urbanização da **Alta de Lisboa**, foi um projeto onde a construção cooperativa integrou a habitação social com a habitação de mercado livre. Assim, aprovado em 1998, o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar viu a sua operação urbanística regulada pelo Município em conjunto com promotores privados, por forma a assegurar a sustentabilidade financeira da intervenção, bem como para promover a diversidade social e tipológica e diminuir a segregação espacial dos bairros municipais.

Em consequência, o promotor imobiliário ficou encarregue de dedicar uma parte do edificado ao realojamento da população oriunda de bairros de habitações precárias, em paralelo com a construção de fogos destinados à classe média, bem como de equipamentos coletivos com o intuito de integrar todas as valências da cidade num sistema de continuidade urbana.

Contudo, devido a atrasos na construção de equipamentos lúdicos e recreativos, acessibilidades e serviços, devido à crise na construção civil que se registou em Portugal no final do século XX e início do século XXI, a centralidade que se pretendia aqui criar na zona da Alta de Lisboa acabou por não se concretizar e a coesão urbanística deu lugar a um complexo de bairros heterogéneos e dispersos por um espaço descontínuo, numa zona demarcada do resto da cidade.

Constitui-se assim como um território marcado por ruturas espaciais e socioculturais causadas pelo realojamento da população residente nos antigos bairros, cujas relações de vizinhança foram cortadas pela transferência para prédios de verticalidade acentuada, onde é demarcado o contraste entre a população realojada e a população da classe média.



*Fig. 10. Contraste entre o edificado destinado a realojamento e o mercado habitacional privado na Alta de Lisboa, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019*

Também marcado pela diferenciação formal do seu edificado, o **Bairro Padre Cruz**, localizado na freguesia de Carnide, com cerca de 9 000 residentes, é um dos maiores bairros municipais da Europa.

O início da sua edificação deu-se em 1959 e ficou finalizada em 1962, também ele para realojar a população afetada pelas obras públicas a tomar lugar em vários pontos da cidade de Lisboa.

Apesar da sua localização periférica e fraca qualidade construtiva dos materiais utilizados no seu património edificado, as especificidades do desenho do projeto favoreceram a existência de relações interpessoais. A escala pedonal da rua, o quintal construído na parte dianteira das habitações e o facto de os alçados principais dos fogos se voltarem para a mesma frente de rua permitiu a transposição do espaço privado do interior da casa para o exterior.



*Fig. 11. Primeiras habitações de cariz rural edificadas no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017*

No Bairro estão presentes algumas coletividades, que surgiram naturalmente como espaços de convivência coletiva e manifestações culturais locais que tornaram o Bairro dinâmico e com uma identidade própria na freguesia de Carnide, um núcleo de vitalidade de relevo.

A partir da década de 90 do século passado, o Bairro conheceu uma nova fase de intervenção, com a construção de novos núcleos residenciais ao abrigo dos planos PIMP e PER, que se distinguem da antiga construção pela tipologia do edificado, de verticalidade muito acentuada e disposto em quarteirões de acordo com uma malha ortogonal. Desde 2005 deu-se início à última fase de intervenção local, no âmbito do programa BIP/ZIP com o objetivo de demolir as primeiras casas aí construídas e edificar um novo loteamento.

Após estas últimas intervenções verificou-se um aumento exponencial da população, mas não se regista entre os novos residentes o mesmo nível de interação social, relações de vizinhança ou participação ativa nas associações locais, possivelmente devido ao distanciamento criado pelas tipologias edificadas e a descaraterização dos espaços públicos intersticiais, também eles de grande escala, mas sem aparente função que permita a apropriação e usufruto pelos moradores.



*Fig. 12. Escala vertical das dos blocos habitacionais posteriormente construídos no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017*

O **Bairro de Alvalade**, por sua vez, erigido em 1945, no âmbito do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, com o desenho a cargo de João Guilherme Faria da Costa e Miguel Jacobetty Rosa, integra habitações construídas ao abrigo da política de Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, bem como prédios de rendimento de intervenções de cooperativas.

Desenha-se como um reflexo de uma visão mais integrada da promoção pública de habitação, inserida no contexto espacial da malha urbana envolvente e situada numa zona central da cidade, foge à tendência vigente para a descentralização de bairros de habitação municipal.

O seu edificado revela diversidade morfológica e tipológica, onde foram construídas também infraestruturas de apoio ao funcionamento urbano e a nível dos espaços públicos exteriores foram valorizadas as zonas verdes e a praça enquanto centro unificador local.

Desta diversidade funcional e de espaços urbanos resultou também uma diversidade social que favoreceu a integração socio morfológica do Bairro na Cidade e a criação de vitalidade urbana e relações de sociabilidade.



*Fig. 13. Diversidade morfológica no Bairro de Alvalade, Lisboa, fotografia da autora, outubro de 2019*

Já o **Plano do Alto do Restelo**, desenvolvido no seio da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e João Paciência e edificado entre 1971 e 1973, assume-se como uma reação aos grandes empreendimentos de tendência modernista, resultando num caso paradigmático de uma procura por novas formas de fazer cidade.

Deste modo, esta intervenção urbanística procurou a reintegração da conceção dos espaços públicos nos planos urbanos, com a valorização da

rua e da praça, definidas por quarteirões de elevada diversidade tipológica e formal.

Estas características do edificado e do espaço público tornaram o Bairro do Alto do Restelo um elemento ao serviço da cidade e não só dos seus habitantes.



*Fig. 14. Diversidade morfológica e tipológica no Alto do Restelo, Lisboa, fotografia da autora, novembro de 2019*

Conclui-se, portanto, que não obstante o reconhecimento do facto de existir um défice de estudos sobre a satisfação em relação à habitação, a opção por blocos de notável altura em bairros sociais de grandes escalas, entre as décadas de 60 e 80, corresponde à conceção de modelos culturais e arquitetónicos vigentes à época que hoje não se traduzem numa melhoria da qualidade de vida urbana dos seus habitantes.

Por outro lado, os complexos de grande porte, de verticalidade acentuada e dispostos em blocos longilíneos, servidos por galerias e acessos múltiplos, revelam altos custos de manutenção e maior tendência para a degradação com o uso. Além disto, as tipologias revelam fraca capacidade de

adaptabilidade e baixas áreas úteis dos fogos, o que torna inviável o autoinvestimento dos moradores na transformação do fogo.

De acordo com Portas (2012), as condições mais determinantes para o sucesso dos conjuntos habitacionais devem-se a três fatores: localização, dimensão e integração de atividades no contexto urbano; morfologia e tipos de edificação e formas de gestão e apropriação dos conjuntos, fatores que podemos encontrar nos exemplos de bairros mais bem-sucedidos em termos de vitalidade urbana e coesão social.

Após a análise a que se procedeu ao longo deste capítulo, verifica-se que na maioria dos casos, os bairros de habitação social encontram-se em zonas periféricas da cidade e são marcados por más condições de habitabilidade, facto resultante da ausência de políticas unificadoras que visassem a conceção da habitação de cariz social enquanto parte integrante do planeamento da cidade no seu cômputo geral. A dispersão das intervenções pelo tecido urbano e o acumular de políticas públicas para habitação, sem uma visão estratégica global a longo prazo, deram origem a projetos não concretizados e outros que se apresentam como um desafio aos municípios no sentido de intervir em zonas problemáticas, que concentram comunidades com carências socioeconómicas em empreendimentos edificados que proporcionam aos seus habitantes uma fraca qualidade de vida.



## *II. A FUTURA CONCEPÇÃO DE BAIRO SOCIAL - ADAPTAÇÃO DA ARQUITETURA ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E NOVAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO*

---

Finda a análise à evolução das políticas de habitação social em Portugal, nos últimos cem anos, e retiradas as conclusões sobre o parque habitacional público com que nos depararmos nos dias de hoje, proceder-se-á ao estudo das condições que podem enriquecer os espaços urbanos e melhorar as condições de habitabilidade e sociabilidade das comunidades, com base na unidade territorial do Bairro.

Um bairro é um pequeno espaço geográfico delimitado, com um determinado tipo de edificado e apropriação do espaço e com uma componente morfológica e sociológica, que se distingue dos espaços circundantes pelo confronto de escalas e estilos. Em termos da sua morfologia e dimensão o bairro é definido pela sua forma física, estrutura viária, eixos, e lógica do traçado; pelas suas fronteiras e limites, administrativos e simbólicos e pela sua escala. No que diz respeito aos seus aspetos sociológicos, um bairro deve ser capaz ser conotado afetivamente por quem o experiencia e criar sentimentos de confiança e solidariedade múltiplas, através da partilha de valores por identidades comuns, com o propósito de transmitir segurança e qualidade de vida aos seus moradores (Crespo, 2012).

Os seus princípios de regulação são a centralidade e a convivialidade, a nível morfológico e social respetivamente. Significa isto que um bairro é tanto mais relevante para o tecido urbano quanto mais aberto estiver a diferentes tipos de pessoas, utilizações e simbologias.

De acordo com esta linha de raciocínio, François Ascher considera que os espaços construídos devem ser marcados pela transversalidade, extensividade, diversidade e complexidade, em oposição a lugares com limites e fronteiras rígidas. Um compromisso urbano com o intuito de manter a coesão social e a complexidade funcional entre formas.

*"Daí que a nova cidade plural...exija um nível de compromisso na sua governância que possa oferecer aos cidadãos condições mais equilibradas e sustentáveis de mobilidade e habitat mereça assim o neologismo de Metapólis, ou seja, de pólis que inclui diferentes formas sociais e urbanísticas que mais convenham aos cidadãos para viver, crescer e mudar."*

(Portas, in Ascher, 2012, prefácio).

Outra característica de relevo neste contexto é a atratividade dos espaços. A atratividade permite o desenvolvimento local e constitui-se como um fator importante na medida em que fomenta uma correta apropriação dos espaços e evita a desocupação noturna e existência de atividades menos próprias e deste modo, destaca-se a importância dos espaços públicos enquanto espaços capazes de organizar as atividades que suportam, criando através da sua dinâmica possibilidades de apropriação que se refletem numa ligação positiva por parte dos seus utilizadores.

Afiguram-se assim, como elementos que condicionam as rotinas da população, as atividades que praticam, os circuitos por onde se movimentam e a sua aptidão para desempenhar determinadas tarefas.

*"Lugares urbanos mais atraentes para as classes criativas são aqueles que oferecem uma diversidade de experiências, uma variedade de actividades e possibilitam diferentes estilos de vida"*.

(Florida, 2002 in Balula, 2010, p. 45).

Neste contexto, e para que os espaços sejam equiaccessíveis, devem oferecer atividades do interesse de uma população de características heterogêneas, de diferentes faixas etárias, estratos sociais, uma vez que são estes os pontos que garantem a qualidade de vida num espaço urbano e permitem a construção do conceito de Comunidade. Deve ainda ser prezada a característica da adaptabilidade, evitando princípios de organização espacial

pouco flexíveis quanto à sua utilização e adaptáveis à evolução das necessidades dos diferentes tipos de utilizadores.

*"É consensual que a diversidade contribui para o enriquecimento da sociedade e é reconhecido que a diversidade é fundamental para o desenvolvimento e até para a própria sobrevivência da sociedade."*

(Cabecinhas e Cunha, 2008, p. 8).

No que diz respeito à habitação em si, não deve ser pensada unicamente de acordo com regras simplistas de eficiência, embora possa seguir alguns princípios básicos de governabilidade como um sistema de gestão bem definido; o uso de materiais apropriados, locais, económicos e duradouros, de estética agradável *"uma estrutura percebida como amigável segundo as suas propriedades biofísicas"* (Stephen *et al.*, 2008 in Salingaros *et al.*, 2011, p. 126), em vez da aceitação de uma estética industrial universal e homogénea, que não tem em conta o contexto e o local.

Por outro lado, existe ainda o desafio do planeamento urbano de acordo com o contexto socio espacial, mas ao mesmo tempo com consciência da pertença a sistemas de interesses coletivos, uma vez que *"A identidade cultural de um grupo só pode ser compreendida ao se estudar suas relações com os grupos vizinhos"*. (Cucho, 2006, p.14).

Assim sendo a futura conceção de bairro social deve ter em conta questões de segurança, habitabilidade, adequação de usos, funcionalidade, acessibilidade e relações com a envolvente próxima e funcionar em complementaridade com a cidade em oposição ao conceito de "ilhas urbanas". Deve ainda ter um *"carácter positivo de valorização patrimonial e de aproximação ao funcionamento padrão da cidade convencional"*. (Madeira da Silva *et al.*, 2012, p. 93).

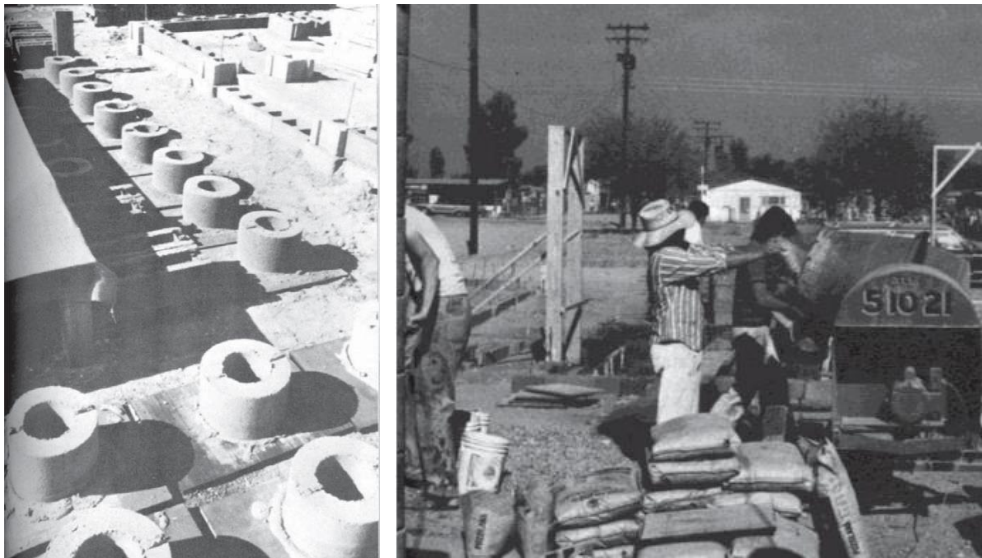
O uso de materiais locais permite um fluxo de recursos, o facto de serem mais económicos tanto em custo como em transporte torna-os mais facilmente regeneráveis ou substituíveis e ainda estimula a economia local.

Materiais fáceis de manusear por todos possibilitam alguma adaptabilidade futura à alteração de circunstâncias e execução de pequenas obras de melhoramento ou alteração por parte dos moradores.

Trata-se do conceito de "Arquitetura Evolutiva", cada vez mais difundido e hoje visto à luz das necessidades da busca pela durabilidade e sustentabilidade da construção, num contexto em que as formas de vida são marcadas pela efemeridade, pela mobilidade, emigração, preferência para o aluguer em vez da compra, desformatação do conceito de "família-tipo", agregados familiares em constante mutação ou envelhecimento demográfico. Torna-se emergente que as formas construídas apresentem hipóteses de transformação, de crescimento, de subdivisão, de incorporação de novos espaços ou apropriações por diferentes pessoas e atividades.

Este fenómeno abre inúmeras possibilidades de experimentação, de onde podemos destacar aqui o exemplo pioneiro de Christopher Alexander, que no seu projeto em Mexicali (Alexander *et al.*, 1985) introduziu um método inovador para produzir tijolos *in loco*, utilizando uma prensa manual e o barro local. Assim, foi estabelecido um suprimento local para todos os futuros residentes, que poderiam proceder autonomamente à transformação das suas próprias casas a baixos custos.

Christopher Alexander e outros concluíram, portanto, que a replicabilidade era um fator importante para este tipo de projetos, que não se deviam esgotar no momento e local de intervenção, enquanto que os moradores eram dotados de aprendizagens que lhes poderiam vir a ser importantes no futuro.



*Fig. 15 Processo construtivo em Mexicali, México, 1976, Chistopher Alexander, The Production of Houses*

Este processo constitui-se ainda como uma estratégia de manutenção nos espaços concentrada no utilizador, que não só reduz amplamente os custos para os municípios, como também previne a deterioração física dos espaços construídos, uma vez que existe uma conexão emocional por parte dos habitantes.

Para esta autogestão coletiva ser eficiente, é necessário estabelecer um quadro legislativo de responsabilidades para os residentes, tanto para a manutenção das suas casas, como dos espaços públicos, que contemple não só o seu direito a ter uma casa com condições de dignas de habitabilidade e espaços públicos de fruição, mas também os deveres quem têm em preservar as características dos mesmos para que possam continuar a funcionar harmoniosamente durante tanto tempo quanto possível, evitado a sua degradação e situações de vandalismo.

Trata-se de capacitar os membros de um bairro da responsabilidade de gerir coletivamente o seu espaço. Capacidade essa que o arquiteto deve promover através de desenhos que facilitem a visibilidade dos espaços, como pórticos,

pilotis, janelas, em vez de tentar concretizar uma visão utópica do edifício autónomo.

Deste modo, o tecido urbano deve conectar-se positivamente ao utilizador, ao invés de concordar com algum desenho abstrato do imaginário do Arquiteto, que não consegue acomodar a vida social, onde o “julgamento” dos resultados do projeto deve ser feito pelos seus utilizadores, em vez de críticos de arquitetura (Salingaros *et al.*, 2011).

Contudo, a questão da Arquitetura Social não se esgota no espaço edificado e muito menos na habitação, por outro lado, o conceito de Habitação Social emergente implica que no centro das decisões arquitetónicas e urbanísticas esteja não só o alojamento em si, mas também os arruamentos, alamedas, parques, a concretização ou reabilitação de equipamentos e melhoramentos que transformem a imagem da zona. O espaço público tem vindo a ganhar peso no debate público sobre a cidade enquanto local privilegiado para encontros e trocas entre os atores da vida social, de forma igualitária, não excludente e de livre acesso por todos, proporcionando oportunidades para interações coletivas.

Em termos de planeamento urbano, é essencial à vida da Cidade que os bairros antigos e as velhas construções sejam adaptados a novas utilizações, soluções que apresentem uma maior flexibilidade interna, capazes de albergar diversas apropriações.



*Fig. 16 Apropriação do espaço reflexo da desadequação das formas construídas no Bairro da Quinta do Mocho, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014*

É consensual, e fundamentalmente com as preocupações ambientais que estão na ordem do dia, que qualquer intervenção contemporânea não deve passar por fazer de novo, deve, por outro lado, procurar aproveitar as potencialidades do existente. Não se pretende, contudo, defender a utilização dos princípios urbanísticos de Haussmann, definidos pela equivalência formal entre o passado e o moderno, pela redescoberta de uma cultura local que sedimenta diferentes camadas de história, a partir da conservação da memória social e restauração de acordo com costumes e práticas sociais anteriores.

Ao invés dos princípios do "Urbanismo Haussmaniano", que privilegiam a recuperação dos valores das cidades tradicionais, agora surge-nos o conceito de "Reurbanização" como forma de criar cidade, atendendo às novas necessidades da sociedade, onde é infundado o uso sobre o território de uma estratégia uniforme de colmatação de vazios, em cidades onde dominam os contrastes e desequilíbrios entre indivíduos e modos de vida (Portas, 2012).

Nos últimos anos temos vindo a observar que as renovações operadas sobretudo nos centros das cidades suprimem as possibilidades de utilização

por determinados utentes e provocam, conseqüentemente, o domínio social de umas classes sobre as outras.

Em alternativa, devem ser operadas renovações, alterações, adaptações onde cada atividade e cada grupo social possa conservar o seu lugar e as suas necessidades, tal como defende Jane Jacobs (1984) no seu estudo sobre a importância de conservar prédios antigos a diferentes preços com o intuito de não limitar os tipos de populações e funções que se podem instalar, numa publicação intitulada "*The Death and Life of Great American Cities. The Failure of Town Planning.*". Para si uma cidade de sucesso é aquela que consegue conviver com os problemas dos seus bairros, que devem interagir entre si de uma forma integradora, respeitando a autonomia e identidade de cada um.

A grande maioria dos projetos de urbanistas defende a heterogeneidade dentro dos bairros como meio para enriquecer a vida dos indivíduos com uma maior variedade de contactos, promover a tolerância e a compreensão e melhorar o conhecimento recíproco, propondo aos mais desfavorecidos modos de vida alternativos que os possam ajudar na sua ascensão social.

Para Loïc Wacquant (1998) um gueto combina um confinamento espacial com fechamento social, proximidade ou distância física e proximidade ou distância moral, fenómenos estes que se tornam substanciais quando complementados com a homogeneidade dos indivíduos, em contraste com a heterogeneidade dos demais. Em zonas urbanas mais homogêneas, a partilha dos mesmos conceitos de ambiente e educação reduz as ocasiões de conflito e favorece a criação da sua identidade e das suas identificações.

Assim, apesar de cada bairro ter a sua "coloração dominante", as passagens entre bairros devem ser progressivas e nunca através de fronteiras que estabeleçam uma rutura radical, privilegiando-se a instalação de determinados serviços e de funções comuns. "*A dominante social e/ou particularidade funcional dum bairro constituem frequentemente o elemento atractivo ocasional para outras populações...*" (Gonçalves, 1988, p. 24).

Contudo, tem vindo a verificar-se que a convergência de pessoas com diferentes valores, modos de estar e estilos de vida em unidades residenciais tende a causar frustrações e conflitos. Será então a procura da heterogeneidade social dentro dos bairros o caminho?

Em resposta a esta pergunta, todas as considerações feitas a respeito de homogeneidade ou heterogeneidade dentro de um bairro devem interpretar-se à luz do contexto vivido. A proximidade espacial entre pessoas de diferentes classes sociais cria junto das classes desfavorecidas um sentimento de injustiça e aspiração à igualdade, que se por um lado pode gerar um sentimento de falsa ascensão social, pela imagem exterior percecionada, por outro, pode gerar por parte das classes mais altas uma demarcação em relação vizinhança de estratos sociais inferiores, o que não favorece a criação de solidariedades.

É nos espaços públicos que esta integração pode ser feita de forma mais subtil, uma vez que as formas de estar não são impostas, daí a pertinência da análise que se segue, do espaço público enquanto elemento fulcral aglutinador de diferentes realidades sociais, faixas etárias e estratos sociais.

*"Espaços que sugerem uma abertura e um livre acesso a todos (...) onde estranhos se encontram de forma igualitária e onde existe liberdade de expressão e de reunião entre cidadãos."*

(Warren, 2006 in Balula, 2010, p. 44).

Nas atividades sociais que praticamos diariamente, o ambiente físico é um fator que influencia a vários níveis e de várias maneiras distintas. Este tipo de atividades que tem lugar em espaços públicos podem ser divididas em três categorias, de acordo com Jan Gehl (2011) em "*Life Between Buildings*": atividades necessárias, atividades opcionais e atividades sociais.

Atividades necessárias são aquelas sem as quais não podemos viver e em que todos estão obrigados a participar, como ir à escola, trabalhar, ir às compras ou esperar por transportes públicos, entre outras; atividades

opcionais são aquelas cujo envolvimento resulta de uma vontade do participante, dependendo do tempo ou do lugar, como passear, apanhar sol, ou sentar-se no espaço público; finalmente, as atividades sociais são aquelas que dependem da presença de outras pessoas nos espaços públicos.

Ao passo que as primeiras têm lugar independentemente do espaço exterior, e as segundas dependem essencialmente de condições externas como o tempo favorável, as terceiras ocorrem dependendo das características físicas do espaço, como consequência direta das pessoas se deslocarem para e passarem tempo no mesmo lugar.

Posto isto, pode concluir-se que atividades que de facto envolvam sociabilidade são suportadas pelos espaços físicos e, portanto, um espaço é tanto mais ativo socialmente quanto maior qualidade apresentarem os seus espaços exteriores, e pese embora o facto de nos centros das cidades os contactos serem normalmente mais passivos e casuais, este tipo de relação não deixa de ser importante no planeamento urbano.

Assim, apesar do ambiente físico por si mesmo não ditar a qualidade, o conteúdo e a intensidade da interação, os arquitetos tem influência sobre a capacidade de as pessoas se encontrarem, criando os cenários onde as pessoas podem escolher as suas formas de contacto. A vida que ocorre entre os edifícios compreende um largo espetro de atividades que dependem da relevância, significação e atratividade dos espaços.

Atualmente, a segregação das funções na cidade e a prevalência do automóvel em detrimento do tráfego pedonal, tornam as cidades mais monótonas e acabam com algumas possibilidades de contacto, daí a necessidade de criar vida entre as formas construídas.

*"Life between buildings is both more relevant and more interesting to look at in the long run than are any combination of colored concrete and staggered building forms."*

(Gehl, 2011, p. 22).

Eventos sociais espontâneos podem ter lugar se as circunstâncias o propiciarem, uma vez que o ser humano por si só já tem a necessidade de procurar o contacto com outros seres humanos, pessoas são atraídas por pessoas e procuram eventos, ruas e caminhos onde estejam outras pessoas. O mero ato de ver e ouvir outros seres humanos, constitui só por si uma forma de atividade social porque nos dá a oportunidade de interagir a um nível mais profundo, dá-nos informação sobre o mundo e estimula-nos, inspira-nos a tomar a ação.

Desta forma, as nossas decisões de planeamento influenciam os padrões de atividades na medida em que projetam melhores ou piores condições à ocorrência de eventos exteriores e conseqüente criação de vida na cidade. A melhoria dos espaços físicos resulta, portanto, no aumento do tráfego de pedestres, maior tempo gasto na rua e um maior espectro de atividades ao ar livre<sup>8</sup>.

Deste modo, os sítios de permanência em espaços exteriores de eleição são usualmente bancos onde se possa contemplar uma boa panorâmica das atividades circundantes. Investigações mostram que os bancos voltados para as zonas de maior movimento são aqueles onde as pessoas preferem sentar-se, em oposição aos que estão em áreas mais calmas<sup>9</sup>.

William H. Whyte (2001), no seu livro *The Social Life of Small Urban Spaces* também defende uma relação direta entre a qualidade do espaço urbano e a densidade de atividades que lá têm lugar, e que pequenas alterações físicas no espaço podem conduzir a mudanças significativas em termos de usos, concluindo que é possível influenciar o número de pessoas que fazem uso dos espaços públicos, quanto tempo duram as atividades e que tipo de atividades se podem desenvolver.

---

<sup>8</sup> Um estudo levado a cabo pelo Royal Melbourne Institute of Technology em 1978 verificou a correlação direta entre a qualidade das ruas e a sua atividade.

<sup>9</sup> Investigação levada a cabo pelo arquiteto John Lyle e publicada em "Tivoli Gardens" *Landscape*, 1969.

Passando um olhar pela História, as cidades medievais são bons exemplos de vida social porque a cidade não foi planeada no papel, não era um objetivo por si só, mas em vez disso uma ferramenta construída para ser posta ao uso das pessoas.

Contudo, a comparação é difícil de ser feita. Hoje os padrões de vida social mudaram: as estruturas familiares assumem formas diversificadas, o envelhecimento demográfico é generalizado, os postos de trabalho são efémeros e a utilização do transporte individual está fortemente enraizada nos hábitos de grande parte da população. Os meios de transporte evoluíram, e se por um lado as pessoas podem facilmente aceder a pontos que outrora lhes estavam inacessíveis, por outro o ritmo de vida acelerado dificulta a criação de sociabilidades.

No entanto, mesmo na presença destes fatores, Jan Gehl (2011) defende que arquitetos e urbanistas podem ter um papel importante na maneira como pensam os espaços de modo a promover o contacto humano. O autor acredita que a ausência de paredes ou obstáculos visuais opacos, a redução das distâncias das deslocações, que facilite o andar a pé ao invés da preferência pelo automóvel, e resultante diminuição da velocidade de movimento, bem como a opção pela horizontalidade de planos em espaços de encontro, são fatores que favorecem a criação de sociabilidades, ao passo que quando as condições inversas ocorrem, a tendência é para o isolamento.

O estabelecimento de uma estrutura social com zonas comuns de diferentes dimensões permite a transição de espaços pequenos e mais privados para espaços e grupos gradualmente maiores, o que confere um sentimento de segurança aos moradores e de pertença ao bairro. Uma espécie de hierarquia que encontra na casa o espaço íntimo, nas relações com os vizinhos o espaço intermédio, e no bairro o espaço comum mais significativo.

Além do mais, espaços semipúblicos e familiares perto da residência garantem um maior sentimento de responsabilidade coletiva para com o espaço fora da habitação. O sentimento de que o espaço exterior também é pertença do indivíduo, tornando-se assim o espaço público parte do habitat residencial que será protegido ao mesmo nível do que a casa.



*Fig. 17 "O bairro merece limpa o seu bairro como se fosse a sua casa", painel afixado num poste elétrico no Bairro da Cova da Moura, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014*

Daí advém a importância de subdividir áreas residenciais em pequenas unidades, espaços públicos demasiado grandes, longe das áreas de residência, com falta de clareza na sua utilização e sem um sistema de transição gradual tornam-se *no man's land*, o que não significa que o esquema de transições entre si seja rígido ao ponto de impedir o contacto visual.

Por outro lado, quando as pessoas estão distribuídas no espaço de forma dispersa e os eventos afastados no tempo, assiste-se à desintegração dos espaços públicos e conseqüentemente o ambiente deteriora-se. O facto de as áreas perderem o interesse para os indivíduos torna-as mais propícias ao vandalismo e ao aumento da criminalidade, e uma vez que estes fatores se tornam um problema, as pessoas afastam-se cada vez mais da rua (Ascher, 2012).

Contudo, a concentração de edifícios num determinado espaço não significa a união de pessoas e a existência de eventos. Mais do que pela densidade da construção, a concentração de atividades em áreas residenciais é determinada pela localização dos edifícios e orientação das suas entradas em relação aos passeios e espaços de estar, e a sua relevância para a cidade implica que várias pessoas de diferentes estratos sociais e faixas etárias possam funcionar lado a lado e estimular-se mutuamente.

Para concluir, o que está em causa não é a proximidade dos edifícios, mas o facto de diferentes pessoas que vivem e trabalham em diferentes edifícios conseguirem usar os mesmos espaços públicos e integrar as mesmas atividades nos espaços entre os edifícios.

Estes espaços *in between* tornam-se mais ou menos convidativos dependendo da forma como se relacionam com o espaço privado e como a zona de fronteira é desenhada. Fronteiras flexíveis funcionam como elos de ligação que tornam mais fácil a movimentação das pessoas entre espaços públicos e privados, tanto fisicamente, como psicologicamente, pela ideia percecionada. A somar a isto, outras características que tornam os espaços públicos convidativos são o facto de conseguirem ser facilmente alcançados visualmente, a distância a percorrer e a qualidade dos acessos.

Atualmente verifica-se uma tendência para o enclausuramento da maioria das atividades e pessoas, numa busca excessiva pela privacidade que pode ser questionável em alguns casos em que poderia ser vantajoso que certas atividades a decorrer dentro de determinado espaço pudessem ser vistas da rua, funcionando assim num sistema de complementaridade entre espaços públicos e habitações, lojas ou serviços circundantes.

*"A solução para "o espaço defensável" tem sido o de privatizar ou abandonar as áreas públicas, tanto quanto possível... Isso, no entanto, leva a um crescente isolamento e em mudanças fundamentais, em direção a uma sociedade cada vez mais introvertida."*

(Salingaros *et al.*, 2011, p. 135).

Ainda de acordo com Jan Gehl (2011), os ambientes exteriores devem primeiro que tudo permitir aos seus utilizadores andar, estar de pé, estar sentado, ver, ouvir e falar - *Walking* é a forma mais informal de estar presente num ambiente público e apenas requiere um espaço livre de obstáculos, adaptado a pessoas com dificuldades de mobilidade, e com superfícies de pavimento em boas condições que facilitem a caminhada. Além disto, para uma pessoa estar disposta a percorrer a pé uma distância que pode vencer de outra forma, a “distância experienciada” deve ser menor do que a distância física real, o que significa que através de ruas sinuosas ou interrompidas, com pontos de interesse, o caminho percecionado por fases pode torná-lo mais interessante; *Standing* advém da necessidade de permanecer num determinado local e observar algo. Zonas de transição são primordiais para este objetivo, onde é possível observar tanto o espaço público como o privado, assim como zonas que ofereçam a sensação de proteção ao utilizador, normalmente ao pé de suportes físicos como colunas, árvores ou saliências em fachadas; e por fim *Sitting*, que requiere não só que as condicionantes externas sejam favoráveis, como também a criação de boas oportunidades para estar sentado, preferivelmente em espaços junto a fronteiras físicas. *The fear of the empty space*<sup>10</sup> torna sítios que ofereçam maior intimidade e segurança, como cantos ou nichos orientados para uma ampla visão da envolvente, lugares preferíveis para estar. É importante ressaltar que há que atender às demandas de pessoas com diferentes tipos de necessidades, como crianças ou idosos.

---

<sup>10</sup> Do latim *Horror Vacui*, expressão utilizada tanto em relação às Artes Visuais como na Psicologia. Para a Física reflete a ideia de Aristóteles que a Natureza abomina um espaço vazio.



*Fig. 18 "Walkable Neighborhood", Naperville, Illinois, placemarkers.com consultado em novembro de 2019*

Por fim, para promover de facto a interação entre indivíduos - *Seeing, Hearing and Talking*, devem ser evitadas ruas demasiado largas ou espaços demasiado amplos e preferidas zonas com um campo de visão desobstruído e com boas condições de luminosidade; ruas com demasiado ruído derivado do tráfego automóvel são geralmente desfavoráveis a conversas, sendo mais conveniente aquelas onde o ruído de fundo é menor, para que as pessoas se possam inteirar de toda a situação social, música, vozes ou passos; finalmente, sítios de encontro e permanência com espaços de estadia estrategicamente posicionados próximos uns dos outros e em ângulos que favoreçam a interação, tornam possível o ato de falar.

Pode então afirmar-se que a riqueza dos espaços públicos e a criatividade urbana depende da densidade de interações entre atores sociais e da interligação entre atividades urbanas, que podem ser fomentadas através da primazia de edifícios multifuncionais num sistema viário que privilegie o peão.

Todos estes fatores vão alinhar-se na busca da condição primária de todo o uso de espaços públicos: a segurança, para a qual contribuem o número de pessoas presentes no espaço, boas condições de iluminação e em algumas situações um reduzido volume de tráfego automóvel, sobretudo no caso de crianças ou idosos.

Contudo, lançando um olhar crítico sobre estas perspetivas de Gehl acerca do espaço público, há que considerar que a sua aplicabilidade nem sempre é possível e que devido a condicionamentos de ordem espacial hoje o modo de atuação prende-se com intervenções mais pontuais. Hoje, a continuidade a que devemos aspirar é composta por várias descontinuidades, tanto físicas como sociais e a falta de "espaço urbanizável" dita a adoção de algumas formas que à partida não seriam propícias a criação de sociabilidades, que os arquitetos devem procurar suplantam com soluções engenhosas.

Com o desenvolvimento dos meios de transporte e sistemas de armazenamento de bens, informação e pessoas, as aglomerações desenvolvem novas formas e constituem-se agora como vastas conurbações, extensas, descontínuas, heterogêneas e multipolares. As cidades expandem-se para as periferias e absorvem áreas cada vez maiores, diluindo os limites físicos entre a cidade e as áreas rurais e as pequenas cidades procuram estabelecer ligações com os aglomerados de maior dimensão. Assistimos, portanto, a uma Metapolização, de acordo com Ascher (2012).

Isto resulta numa disponibilidade do solo cada vez menor e por isso atualmente, o paradigma em vigor para responder à questão do alojamento de famílias com menos recursos, defende que a sua distribuição deve ser feita de modo equilibrado através da reabilitação de fogos em diferentes zonas dispersas no tecido urbano. A opção por conjuntos habitacionais de menor escala, em áreas relativamente centrais da cidade resulta usualmente no estabelecimento com a evolvente de uma maior relação de integração, promovendo, portanto, uma melhor inserção social dos seus habitantes e em habitações mais desejáveis, que proporcionam maior qualidade de vida aos seus utilizadores.

As diretivas mais recentes apontam como intenção para promover a inclusão social e territorial através das políticas públicas, garantir o acesso à habitação às famílias em situação de carência através da criação de condições de incentivo à reabilitação, em detrimento da construção de novo edificado.

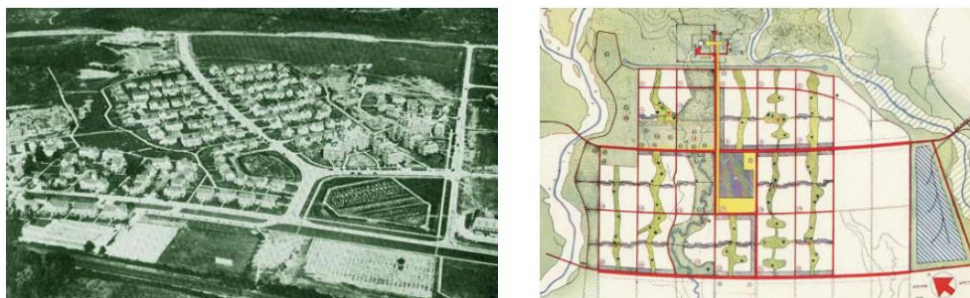
Apesar das limitações da redução dos custos de construção, o projeto habitacional público, inserido num contexto social e político, pela ausência de um cliente direto com requisitos específicos, constitui-se como um campo aberto à experimentação, promotor de avanços conceptuais e da criatividade do Arquiteto, influenciador de modos de estar e habitar.

É ainda de acrescentar que a discussão em torno das políticas sociais para habitação não se deve esgotar no espaço privado da habitação, uma vez que o espaço público é essencial ao desenvolvimento de atividades humanas. Verifica-se, contudo, uma linha comum entre a maioria dos bairros de habitação social em Lisboa: a carência de espaços comuns públicos que propiciem atividades sociais onde possam ser estabelecidas interações e trocas entre os habitantes de uma Unidade de Vizinhança.



*Fig. 19 Desqualificação dos espaços exteriores no Bairro da Quinta do Mocho, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014*

De acordo com Clarence Arthur Perry, inspirado por Ebenezer Howard<sup>11</sup>, uma Unidade e Vizinhança é definida pelas seguintes características: Tamanho, que deve ser adequado à demanda populacional requerida pela escola primária; Limites, com ruas suficientemente largas para facilitarem o tráfego e evitarem a penetração pelo tráfego de passagem; Espaços Públicos, compostos por um sistema de pequenos parques e espaços recreativos planejados de acordo com a necessidade dos moradores; Áreas Institucionais, concentradas num local central; Comércio Local, adequado às características da população e situado preferencialmente na junção de ruas de tráfego e adjacente a outras áreas de comércio de outra unidade de vizinhança; e por fim um Sistema de Ruas desenhado como um todo para facilitar a circulação interior pedonal e desencorajar o tráfego automóvel (Oliveira e Szücs, 2006).



*Fig. 20 Primeiras aplicações das ideias de UV (a) Plano Urbano de Radburn e (b) Plano de Chandigarh, Barcellos, 2001*

Na figura 19 podemos observar dois exemplos das suas primeiras aplicações. Em *Chandigarh*, a UV seria definida a partir de uma estrutura em xadrez de grandes vias hierarquizadas e pensadas para um trânsito rápido e mecanizado. O "setor", assim denominado por *Le Corbusier*, foi estabelecido como unidade básica a ser replicada, com dimensões variando em torno de 800x1000 metros. Cada setor era servido por um sistema interno de vias de circulação de veículos e dividido por uma via ao longo da qual se

---

<sup>11</sup> Urbanista inglês cuja obra *Garden Cities of To-morrow*, de 1898, resultou na fundação do movimento das cidades-jardim.

encontravam os espaços de comércio. A via comercial cortava uma faixa de espaços livres que atravessava a cidade, onde se localizavam as escolas e demais equipamentos comunitários (Barcellos, 2001).

Este conceito idealizado pela primeira vez em 1923, que define a Unidade de Vizinhança como uma área residencial delimitada, hoje em dia pode ser contestado. Volvido quase um século, com a difusão generalizada do uso do automóvel e consequente mobilidade acrescida das pessoas, que não limitam a sua vida à sua área de residência, será sensato procurar unidades residenciais autossuficientes?

O conceito de bairro autossuficiente vai contra os pressupostos até aqui defendidos, no sentido de fortalecer o sentido de comunidade e promover a integração social no tecido urbano, uma vez que se uma unidade residencial é autossuficiente, os seus moradores não sentem a necessidade de se deslocar para o exterior, perdendo assim oportunidades para trocas e estímulos decorrentes do contacto com outras pessoas com diferentes padrões de vida.

Podemos concluir então que nos últimos anos, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e das tecnologias de comunicação, é impossível que a forma urbana evolua neste sentido tão restrito, uma vez que o centro geométrico da cidade já não é necessariamente o seu ponto mais acessível, porém, o reconhecimento da sustentabilidade como prioridade no desenvolvimento das cidades, faz com que o automóvel perca lugar em detrimento da circulação pedestre e de transportes públicos no planeamento urbano futuro.

Assim, talvez volte a fazer sentido que as ruas se aproximem mais do formato imaginado por Perry, sobretudo no que diz respeito à predominância do tráfego pedonal no interior dos bairros e à conceção da cidade em função da circulação pedonal, como manifestação de qualidade de vida.

*"As relações de vizinhança são as formas mais simples de associação humana. Estas relações de trocas interpessoais e culturais são importantes para o desenvolvimento*

*humano. Os princípios contidos no conceito de UV buscam principalmente a recuperação da vida social local.”.*

(Oliveira e Szücs, 2006, p. 9).

Em suma, à luz dos princípios no “Novo Urbanismo” e a fim de “*Oferecer habitação à cidade e cidade aos seus habitantes*” (Serpa, 2015, p. 364), o Bairro do futuro idealmente deve ser marcado pelas seguintes características: ter uma dimensão suficientemente pequena ou aspetos atrativos que favoreçam o andar a pé; oferecer atividades cívicas que proporcionem diferentes pontos de encontro e interações; conter em si uma diversidade de usos que incite a vitalidade local; descrever um ambiente seguro para o peão, onde a circulação automóvel é permitida, mas não privilegiada; estabelecer relações de proximidade com pontos de interesse, comércio e serviços e uma boa rede de acessibilidades, num conjunto composto por várias centralidades, que funcione num sistema de complementaridade com a Cidade.

Conclui-se que perante um contexto em permanente mutação, onde as estruturas sociais são cada vez mais diversificadas e com o aumento dos níveis de mobilidade espacial e social, a adaptabilidade e a flexibilidade devem ser princípios a ter em conta na conceção urbanística e arquitetónica, que deve ainda valorizar os recursos humanos, naturais e patrimoniais, tirando partido das potencialidades locais para criar espaços com os quais diversos tipos de utilizadores se conectem positivamente e que alberguem diferentes formas de vida.

Assim, ao invés de um desenho abstrato do Arquiteto, o planeamento urbano deve ter por base um espírito reflexivo, mais próximo do utilizador, que tem em conta o local e o indivíduo a quem se destinam as intervenções, ao mesmo tempo que mantém a consciência da pertença a um sistema de interesses global por forma a conceber espaços que promovam a interação e coesão social.



### III. O CONCEITO DE COMUNIDADE

#### ARQUITETURA AJUSTADA À DIVERSIDADE SOCIAL

---

Como visto anteriormente, a vitalidade dos espaços urbanos e a qualidade de vida que os espaços residenciais proporcionam aos seus habitantes depende das interações por si incitadas, das oportunidades de criação de sociabilidades perante a diversidade social que se manifesta nos tecidos urbanos atuais, tendo em vista, neste contexto, a coesão social e resultante bem-estar geral. Trata-se, no fundo, das fundações do conceito de Comunidade que será abordado adiante.

Em primeiro lugar, importa começar por esclarecer este conceito. A questão da definição do conceito de Comunidade é relativamente recente, uma vez que só em finais do século XIX se começa a dar relevância ao estudo das relações humanas, porém, desde aí, tem sido uma questão amplamente discutida e aberta a várias áreas do conhecimento, que pode ser encarada sob diversos pontos de vista.

Antes de mais, podemos dizer que Comunidade implica vida em comum, a partilha de algo por um conjunto de indivíduos.

Ferdinand Tönnies (1980, p. 17) vai mais longe e afirma que é uma *"expressão da vontade humana e suas forças"*, *"relações de afirmação recíproca"*, uma união de um grupo formada por esta relação positiva de forças vivas com uma vontade comum.

Para este autor, a Comunidade aparece primeiro do que a Sociedade, a Comunidade é a *"vida real e orgânica"* e a sociedade é a *"forma ideal e mecânica"* (Tönnies, 1980). Assim, Comunidade consiste na vida que experimentamos efetivamente quando estamos inseridos numa *"totalidade orgânica"*, num grupo natural de indivíduos, em oposição ao que representamos de forma geral quando estamos englobados num conjunto global de pessoas.

Pressupõe um entendimento comum, resultado de um desejo partilhado pelos seus membros, não necessita de ser construído, precede qualquer acordo. Implica um sentimento recíproco e vinculante que mantém as pessoas unidas apesar dos fatores que as separam, não resulta de um compromisso ou acordo alcançado por pessoas com opiniões diferentes.

*"... comunidad es la vida en común (Zusammenleben) duradera y auténtica; sociedad es sólo una vida en común pasajera y aparente. Con ello coincide el que la comunidad deba ser entendida a modo de organismo vivo, y la sociedad como agregado y artefacto mecánico."*

(Tönnies, 1887 in Alvaro, 2010, p. 1).

Göran Rosenberg entende o conceito como "círculo aconchegante" de pessoas, não derivado de uma lógica social externa ou de uma relação de interesses, uma "formação" intuitiva" num ensaio publicado por si em "*La Nouvelle Lettre Internationale*" em 2000 (Bauman, 2001). Já Robert Redfield (1971) afirma que uma Comunidade é fiel à sua natureza e visivelmente distinta de outros agrupamentos humanos; é pequena, na medida em que possibilita a interação entre todos os seus membros e é autossuficiente porque "*oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela*" (Redfield, 1971, p. 4).

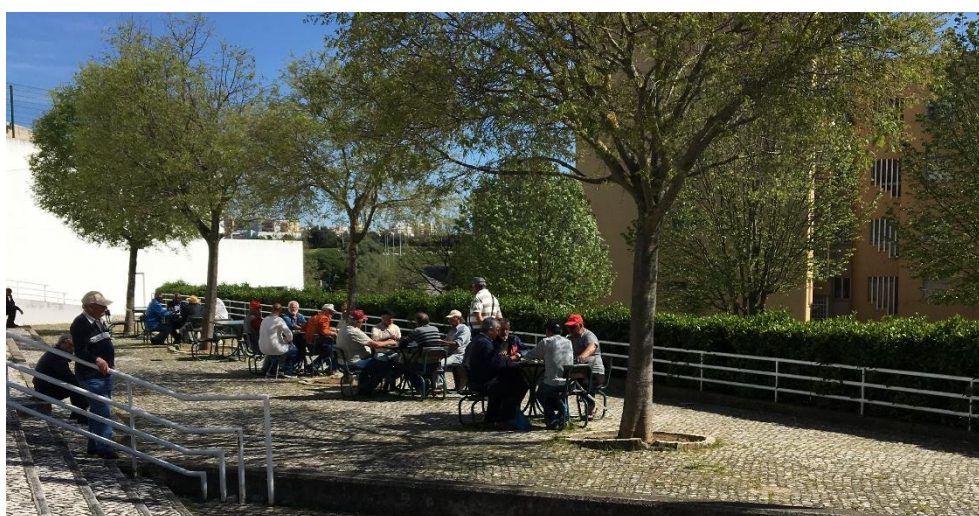


Fig. 21 Laços comunitários no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017

À medida que as vias de transporte e os meios de comunicação se desenvolvem e a interação com diferentes realidades se intensifica, estes conceitos começam a ser postos em causa. O contacto com outras comunidades passa a estar mais acessível e a ter um peso bastante relevante, que faz com que a fronteira entre o "dentro" e o "fora" se dilua.

Ao invés das comunidades descritas por Tönnies e Redfield, os aglomerados sociais hoje são mais heterogéneos e a unidade não é mais "natural", precisa de ser "construída" e necessita de ser ativamente "protegida". Mais do que de "ilhas de entendimento natural", hoje as comunidades tratam-se de círculos penetrados por uma larga diversidade de pessoas e informação.

Mais recentemente Eric Hobsbawm (1996) tem vindo a defender esta ideia. Observou que *"homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza, para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo"* (Hobsbawm, 1996, p. 40). Defende, pois, que a pertença a um determinado grupo já não é algo natural e inato, é então algo que buscamos, que construímos, que tem de ser criado.

Essa busca do sentimento de pertença segue o propósito do encontro da sensação de segurança, necessária para a continuidade da espécie e dos habitats. O valor da Comunidade original residia na intenção de dotar os indivíduos da capacidade de escolha através da igualdade de recursos, bem como providenciar segurança coletiva contra infortúnios individuais, soluções globais para problemas particulares.

*"...um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas..."*

(Bauman, 2001, p. 21).

Por outro lado, a individualização característica da modernidade:

*"Ele é, ao mesmo tempo, um vetor da emancipação dos indivíduos, que estimula sua autonomia e os torna portadores de direitos, e responsáveis pelo futuro e*

*obrigados a dar à vida um sentido não mais predeterminado a partir de fora.”.*

(Fitoussi e Rosanvallon, 1996 in Bauman, 2001, p. 25).

O “entendimento natural” que definia a Comunidade de outrora, regulado pela tradição, é agora substituído pela tendência que acompanha a sociedade moderna para criar uma rotina artificialmente projetada, decorrente da necessidade de ressuscitar um “sentido de comunidade” nas estruturas sociais atuais, que de acordo com Burnham é necessário para a manutenção da ordem (Bauman, 2001). Ao longo da História verifica-se que o envolvimento mútuo não só produz efeitos benéficos a nível individual, como também conduz a melhorias nas condições de vida gerais, pela procura de um bem comum.

Hoje os pontos de orientação que sugeriam uma situação social mais rígida e duradoura, fundações do conceito de Comunidade de outros tempos desapareceram: permanência no mesmo trabalho por vários anos, famílias-tipo com agregados familiares fixos, conceito de “lar” único e para a vida toda, no fundo um conjunto de biografias compartilhadas ao longo de uma história por um longo período de tempo e com expectativa de continuidade e interação frequente.

Em vez disso, assiste-se a um enfraquecimento dos laços e a uma diminuição das lealdades pessoais em detrimento de uma valorização excessiva da intimidade e da privacidade, da falta de constrangimentos à liberdade de movimentos impostos pela Comunidade. Assiste-se a uma diminuição do compromisso para com o outro e tendemos a investir na autopreservação, na nossa segurança individual e na defesa dos nossos bens, da nossa casa e a tornar estranho tudo o que seja exterior a eles.

Isto leva a que não exista um compromisso a longo prazo e que o “seguro comunitário contra o infortúnio individual” possa ser dispensado e assim é subtraído o valor das nossas ações a longo prazo e diminuída a qualidade das nossas interações (Bauman, 2001).

Apesar da perda da importância do lugar físico, da extraterritorialidade, a identidade cosmopolita continua a ser formada pela uniformidade de interesses e semelhanças globais entre modos de estar e padrões de conduta, uma vez que todos os indivíduos sentem a necessidade de fazer parte de um grupo e de saber que as suas aspirações, desejos, projetos são compartilhados por outros, o que lhes confere um sentimento de segurança. A Comunidade tem o poder de dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos, por serem reiterados pelos semelhantes em seu redor. A esta confirmação da validade das escolhas pessoais pelo poder do número chamamos aprovação social, então a nossa Comunidade diz-nos o que é "socialmente aceitável".

Em suma, a busca do sentimento de pertença a uma comunidade, deriva da necessidade básica do ser humano de se sentir seguro. Philippe Cohen (1999) aponta a "violência urbana" entre as três causas principais da ansiedade e da infelicidade, bem como o desemprego e o abandono na velhice.

Podemos então falar de "lugares de compartilhamento do bem-estar conjuntamente conseguido" em que a união é sentida como real, mas sem as imposições da realidade, sem uma rede de responsabilidades éticas e compromissos a longo prazo. Estes lugares são acessíveis apenas a alguns, que acarretam consigo a responsabilidade de lutar para que sejam uma realidade geral, dado que todos os direitos advêm de uma luta ou reivindicação coletiva.

A ditadura do lugar torna-se obsoleta e a proximidade já não garante densidade ou intensidade de interações, não existe a garantia da durabilidade das filiações, a menos que os indivíduos tomem a decisão de torná-las duradouras e essa decisão carece de incentivo para que possa ser repetida sistematicamente ao ponto de se tornar "natural". O indivíduo tem a seu cargo a defesa do lugar e o simbolismo que lhe atribui depende das associações que consegue estabelecer.

Assim, o lugar perde relevância em termos físicos, mas ganha em valor, ganha significação. Para Richard Sennett *"o sentido de lugar baseia-se na*

*necessidade de pertencer não a uma sociedade em abstrato, mas a algum lugar em particular; satisfazendo essa necessidade, as pessoas desenvolvem o compromisso e a lealdade”*(Sennett, 1999, p. 15).

A importância da clarificação deste conceito reside no estudo do objeto de trabalho do Arquiteto. É à escala da Comunidade que o Arquiteto deve intervir, tendo em conta a individualidade de cada cidadão na criação de espaços comuns que defendam valores identitários partilhados – espaços comunitários.

Posto isto, é imperativo redefinir a atitude do Arquiteto no sentido de adaptar o seu projeto às características de cada lugar, determinadas entre outros fatores, pelo seu capital humano e, portanto, conhecer as comunidades a quem se destinam as suas intervenções.

O desafio consiste, então, em permitir que a Individualidade de cada um se expresse no seio de uma Comunidade de pessoas com interesses comuns e formas de vida partilhadas, inserida numa Sociedade global, definida por traços dependentes do tempo e do espaço.



*Fig. 22 Apropriação do espaço público no Jardim Constantino, Lisboa, fotografia da autora, janeiro de 2020*

Ora, a estas particularidades que os contextos temporal e espacial infligem nos seres humanos chamamos de evolução e exige-nos que repensemos os métodos de intervenção e planeamento, que não podem ser estanques sobre algo que está em constante mutação.

E se por um lado as mutações que se verificam nas sociedades dependem de transformações causadas pela evolução temporal natural, pelo desenvolvimento do conhecimento, pelas transformações nos habitats, as comunidades têm características e especificidades próprias imensuráveis.

Perante esta situação, é crucial a procura de um novo paradigma para o planeamento urbano que considere que a principal característica das cidades atuais é a mutação constante, a heterogeneidade. A Globalização é um fenómeno, apesar de ter permitido a movimentação de pessoas e a disseminação do conhecimento, não nos tornou numa espécie de entidade homogénea, apenas tornou possível a coexistência e a transformação de diversas heterogeneidades a um ritmo vertiginoso.

A emancipação em relação aos condicionalismos temporais e espaciais causados pelo desenvolvimento dos meios de transporte e vias de comunicação, se por um lado permitiu comunicações à distância e espaços bastante mais acessíveis, por outro enfraqueceu os laços das comunidades locais. As comunidades tornam-se cada vez mais complexas, na medida em que um local já não é lugar obrigatório de práticas sociais, o indivíduo tem inúmeras possibilidades de escolha e esse facto veio causar novas formas de segregação e problemas de coesão social.

A diversidade dos grupos sociais e os seus perfis de vida diferenciados tornam-se menos evidentes, colocando ao Arquitecto ou Urbanista a questão de como, através do seu trabalho, suportar os diversos interesses dos diversos grupos e identidades.

Trata-se de uma "Sociedade Comutativa", onde o meio em que um indivíduo nasce não determina onde vai pertencer, uma vez que a sua experiência social não se constrange ao seu núcleo. A interação entre indivíduos e organizações pertencentes simultaneamente a uma multiplicidade de redes

com a consciência da pertença a um sistema de interesses coletivos constitui a nova forma de Comunidade.

Nuno Portas incita a esse olhar íntimo e questiona "*(...) que sabemos do lado dos habitantes? Que significa o habitat da família nuclear para os mais jovens e para os mais idosos? Que significam as relações de vizinhança face aos condicionamentos étnicos, de formação, emprego e renda se, sobretudo, à diversidade e distâncias-tempo dos locais de estudo, trabalho e lazer dos seus membros? (...) que papel têm os regimes de acesso à casa – da renda social à aquisição ou à autoconstrução? E quais são hoje os "equipamentos de proximidade" (...)?* De facto, o que parecia simples há cinquenta anos é hoje difícil de catalogar e, ainda mais, de reduzir a zonamentos e parâmetros. (...)" (Portas, 2005, p. 263).

Henning Bech observa que as cidades em que a maioria de nós vivemos hoje em dia são "*conjuntos grandes, densos e permanentes de seres humanos heterogêneos em circulação*" (Bech in Bauman, 2001, p. 131).

Todavia, a diferença por si só não é digna de ser perpetuada, este pluralismo cultural só pode ser considerado um benefício por si mesmo se aportar valores que melhorem a qualidade de vida de cada cidadão individualmente e a qualidade da sua existência partilhada. Para Jeffrey Weeks "*a ampliação das oportunidades de vida e a maximização da liberdade individual.*" (Weeks, 2008, p. 195).

Não deve ser sinónimo de segregação em relação ao alheio, de perpetuação da separação e isolamento e criação de inseguranças, deve por outro lado promover a interação e a abertura à diversidade, contribuindo para o enriquecimento e união geral.

*"A universalidade da humanidade não se opõe ao pluralismo das formas de vida humana; mas o teste de uma verdadeira humanidade universal é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade".*

(Bauman, 2001, p. 126).

Somos todos interdependentes, construir barreiras com os outros não nos leva a controlar a nossa vida. Vivemos numa comunidade formada pela diversidade das individualidades, onde cada um tem a capacidade de escolha para em conjunto, a partir do compartilhamento mútuo, atingir o bem comum.

De qualquer forma, o reconhecimento da variedade cultural é o ponto de partida para um processo político de diálogo e negociação com vista a um acordo conveniente à maioria, que não deve privilegiar uns em detrimento de outros. Uma comunidade de interesses comuns e responsabilidades partilhadas em relação à igualdade dos direitos humanos.

Consequentemente podemos falar de novas atitudes em termos de planeamento urbano em relação ao futuro, novos projetos e diferentes modos de pensamento e ação, trata-se do "Neourbanismo". Os instrumentos de gestão territorial que definiam planos a longo prazo característicos do Urbanismo Moderno como os Planos Diretores Municipais ou os Planos de Urbanização deixam agora de fazer sentido.

O Neourbanismo, em oposição ao Urbanismo Moderno, regido por regras de zonamento, funções, densidades ou alturas, privilegia os objetivos, decorrentes das necessidades de determinados atores com um conjunto de interesses (Ascher, 2012).

Exige-se agora uma atitude mais reflexiva em que, através de processos heurísticos possamos descobrir novas formas de intervir sobre o território com base na experimentação, avaliação e descoberta. Os planos urbanísticos a que devemos aspirar agora delinear são qualitativos: estabelecem regras sobre características desejáveis para um determinado local, contexto, ambiente sobre acessibilidade, disponibilidade de serviços ou equipamentos, que sejam eficientes para a coletividade em questão.

A importância do conceito de feedback veio a afigurar-se como uma revolução no planeamento urbano, a noção de modificar o que precede pela

avaliação dos efeitos causados pelos antecedentes, o que implica uma avaliação permanente dos resultados das ações. Através destas avaliações sucessivas podem ser lançadas hipóteses provisórias para agir em contextos incertos e posteriormente aferir a sua validade.

Resulta assim numa forma de urbanismo mais criativa, mais liberta de constrangimentos normativos *à priori*, condicionado apenas pela necessidade de gerir os recursos estrategicamente e preservar o património natural e cultural. Em vez de repetir modelos do passado, o bom desempenho atinge-se agora por meio de uma atitude mais reativa, capaz de enfrentar a evolução e variedade de circunstâncias.

Terminado este capítulo, pode inferir-se que as comunidades com as quais nos deparamos atualmente não correspondem a um aglomerado de indivíduos estático e homogéneo, mas, por outro lado, representam-se como agregados heterogéneos de pessoas com diferentes interesses e padrões de vida. Perante o enfraquecimento dos laços e crescente individualização inerentes à mutação constante dos contextos, cabe ao Arquiteto, a conceção de espaços comuns que defendam valores simbólicos e identitários partilhados pelos diferentes indivíduos para responder à necessidade básica dos sentimentos de segurança, pertença e integração.

Posto isto, perante esta diversidade das estruturas sociais e diversidade de contextos culturais e económicos, cabe ao Arquiteto adotar uma nova atitude face ao planeamento urbano, que em vez de obedecer a uma série de normas previamente estabelecidas pelos modelos clássicos, deve procurar trabalhar à escala da Comunidade e responder às necessidades específicas do lugar e das pessoas em causa.

#### *IV. O ARQUITETO ENQUANTO AGENTE SOCIAL*

---

Como visto no capítulo anterior e perante uma sociedade onde a incerteza dos contextos e diversidade dos modos de vida são questões de ordem, a criação de interações e sociabilidades que nos permitam falar em Comunidade, não podem ser atingidas por meio de uma atitude distante ou de estratégias genéricas por parte do planeamento.

De outra forma, é exigida a reformulação da prática arquitetónica para uma conceção à escala da Comunidade, para alguém e num determinado contexto específico.

Assim sendo, começar-se-á por abordar o papel da Arquitetura enquanto condição determinante na qualidade de vida da população, nomeadamente no que diz respeito à relevância habitação e da habitação de cariz social nos contextos urbanos. Perante este cenário seguidamente serão abordadas as responsabilidades e potencialidades inerentes a esta prática profissional e que repercussões podem causar a nível territorial e social.

Posto isto, para compreender o papel do Arquiteto enquanto agente social, começar-se-á por abordar a palavra Cidade enquanto conceito agregador. A Cidade é composta por agrupamentos de pessoas que não produzem bens do setor primário, o que leva à conseqüente necessidade de serem efetuadas trocas. Essas trocas representam um forte potencial de interações entre os seus intervenientes, de onde deriva a componente sociológica inerente às disciplinas da Arquitetura e do Urbanismo.

Segundo Indovina (2006, in Nicolau, 2012), a cidade é o somatório da morfologia (forma física, paisagem urbana e património urbano) com a condição urbana (sociabilização, serviços sociais, vida quotidiana e cultura).

Desde há cerca de dois séculos, ocasionado pela Revolução Industrial, o crescimento que se tem vindo a verificar nas cidades, intimamente ligado à evolução dos transportes e meios de comunicação e à circulação de informação e pessoas, deu origem a uma série de mutações do ponto de

vista sociológico nas cidades que geraram alterações profundas na sua análise e entendimento.

Para François Ascher (2012), em "*Novos princípios do urbanismo, Novos compromissos urbanos*", a Modernização é marcada por três tipos de dinâmicas socio antropológicas: a Individualização, o indivíduo representa-se a si próprio, em vez de ser identificado pelo grupo a que pertence, condição esta que vai ditar diferentes lógicas de apropriação do domínio individual; a Racionalização e a conseqüente valorização das escolhas do Homem e dos seus projetos individuais em detrimento da tradição; e por último, a Diferenciação Social causada pela diversificação nas escolhas dos indivíduos.

Assim, devido a fatores como: a generalização do trabalho feminino assalariado, aumento no nível de instrução e escolaridade, aumento da esperança média de vida e conseqüente envelhecimento demográfico, menor dimensão média das famílias e modelos familiares distintos e aumento do poder de compra e da procura por atividades culturais e de lazer, multiplicaram-se as discrepâncias sociais que se fazem notar nas cidades e aguçaram a luta pelos lugares. Estas novas formas de ser, estar e pensar ditaram o fim do futuro previsível e planeável.

Contudo, partindo do princípio de que o espaço físico construído e a percepção do território em que habitamos têm influência sobre os comportamentos humanos, pretende-se fazer com que cada indivíduo se possa reconhecer nos espaços onde se move a diferentes escalas, desde a casa, passando pelo bairro, à cidade. Como Nuno Portas defende:

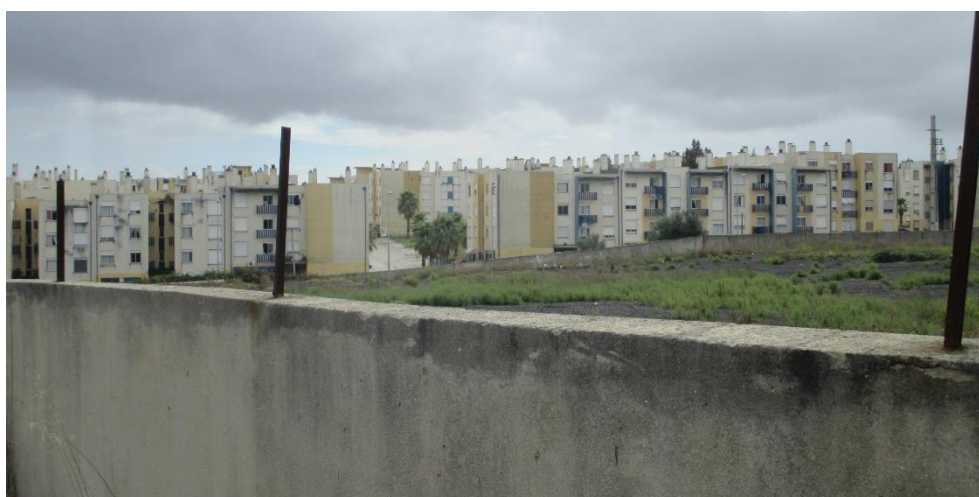
*"(...) se possam (re)identificar e valorizar pelo desenho dos espaços colectivos e pela escolha acertada das tipologias de edificação para as diversas formas de viver e factividades do quotidiano (...)"*.

(Portas, 2005, p. 261).

Neste sentido é de ressaltar a importância das tipologias habitacionais, por construírem o tecido dominante em termos de edificado e da habitação social em concreto pelo que representa no contexto socioeconómico e pelas potencialidades que apresenta aos arquitetos. A aposta na Arquitetura Social de qualidade constitui também ela uma forma de valorização do espaço urbano e um laboratório para procurar soluções para problemas globais, estimulando a criatividade do Arquiteto.

Desenha-se assim a Habitação Social como forma de conduzir à coesão socio espacial, na procura de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as consequências do não investimento em políticas públicas para habitação se manifestam em repercussões a nível social, com o aumento dos níveis de pobreza, marginalidade e criminalidade, mas também económico, com os custos associados à degradação do património imóvel municipal.

Em relação a Portugal, como já visto anteriormente, os bairros de habitação social constituem-se na sua generalidade como aglomerados que de forma generalista servem apenas os seus habitantes, não são desenhados em complementaridade com a Cidade, estão desintegrados na paisagem urbana e os seus edifícios não apresentam relações francas com a rua, o que constitui um obstáculo ao prolongamento da vida quotidiana para o exterior e dificulta a leitura dos espaços públicos.



*Fig. 23 Segregação espacial no Bairro da Quinta do Mocho em relação à envolvente construída, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014*

Deste modo, as formas de apropriação dos espaços e a reestruturação de modos de vida são condicionadas pela negativa, comprometendo a possibilidade de outros padrões de vivência social e urbana e limitando a integração e mobilidade social. Em vez disso, a rejeição do contexto social por parte dos moradores fomenta a conflitualidade. *"A desqualificação social das pessoas repercute-se sobre o habitat no seu conjunto e contribui, assim, para tornar mais visível o fenómeno da segregação urbana"*. (Brune e Rhein, 1994 in Pinto e Gonçalves, 2000a, p. 106).

A segregação socio espacial e a interiorização de uma imagem pessimista acerca do local de residência contribui para a construção de uma identidade negativa por parte dos indivíduos que ali habitam, onde o bairro se constitui como um símbolo de estigmatização e exclusão social. Esta situação limita as formas de apropriação do espaço, condiciona possibilidades de enraizamento e dá origem a cenários de conflitualidade e vandalismo como forma de afirmação.

*"Tudo se passa como se os habitantes, e em particular os adolescentes desocupados, quisessem oferecer ao olhar público a imagem da podridão da sua cidade, uma podridão que se lhes transmite e com a qual se identificam. Assim, participam eles próprios na construção da imagem negativa da sua cidade, reforçando-lhe os traços desvalorizadores. Na realidade, não fazem mais do que aplicar a eles mesmos o julgamento dos outros, aqueles que, no exterior, designam a cidade como um gueto"*

(Paugam, 1995 in Pinto e Gonçalves, 2000a, p. 110).

Assim sendo, a vida social dos residentes em bairros de habitação social está confinada ao bairro e como forma de compensar a segregação socioeconómica formam-se sólidos laços de vizinhança e um forte enraizamento local, onde as fronteiras estabelecidas com o exterior *"não são um facto espacial com consequências sociológicas, mas um facto sociológico que adquire uma forma espacial"* (Simmel, 1999 in Sá, 2012, p. 25).

Portanto, há que valorizar a preservação da identidade simbólica dos espaços nas nossas intervenções arquitetônicas como forma de conservar uma memória coletiva que reflete a cultura urbana de uma determinada comunidade. Desta forma, a atitude de projeto não deve ser uma atitude distante e cada pedaço de cidade deve ser estudado e concebido de acordo com as suas características e particularidades.

*"We depend on our surroundings obliquely to embody the moods and ideas we respect and then to remind us of them. We look to our buildings to hold us, like a kind of psychological mould, to a helpful vision of ourselves. We arrange around us material forms which communicate to us what we need — but are at constant risk of forgetting what we need — within. We turn to wallpaper, benches, paintings and streets to staunch the disappearance of our true selves."*

(Bottom, 2008, p. 57).

Para Hassan Fathy (2009), a Arquitetura é uma "Arte Comunitária" que deve refletir os hábitos pessoais e tradições de uma comunidade, usando a tecnologia para servir valores e as necessidades da população, que acordo com um princípio de "flexibilidade evolutiva". Não estamos, portanto, a falar de uma arquitetura sem arquitetos, uma vez que o Arquiteto é o detentor das ferramentas que permitem dar forma a esta Arte, ao mesmo tempo que serve as preocupações globais de "construir cidade".

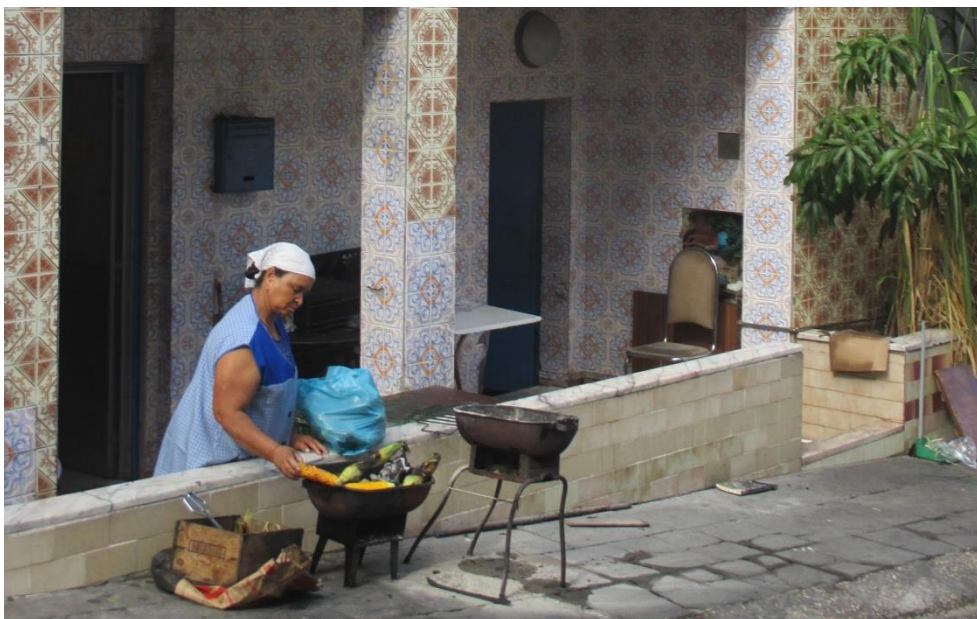
Neste cenário, o que se exige ao Arquiteto é a capacidade de resolver problemas à escala local, que respondam também a uma necessidade global, promovendo o cultivo de relações naturais de significação positivas com os locais que sirvam o objetivo da continuidade dos esforços de conservação urbana.

Posto isto, a fim de valorizar o património edificado e social dos bairros de habitação social e aproximá-los ao funcionamento padrão da cidade contemporânea é necessário proceder a intervenções no sentido de

desenvolver soluções tipológicas e construtivas adequadas, que respondam aos desejos e necessidades dos moradores, às normas de edificação expressas nos regulamentos em vigor, mas que conservem a identidade dos bairros, adaptando as estratégias de acordo com o contexto e especificidades de cada local e valorizando o seu capital social.

*"...um bairro não é uma coisa palpável nem tangível, mas sim algo aproximativo que se vai fazendo e desfazendo de forma conjuntural e dinâmica."*

(Cordeiro e Figueiredo, 2012, p. 19).



*Fig. 24 Apropriação da rua para atividades domésticas de acordo com os modos de vida no Bairro da Cova da Moura, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2014*

Em suma, pode concluir-se que para intervir sobre a Cidade atual, é, pois, fundamental, entender que a narrativa urbana é composta por uma componente morfológica e outra sociológica e que a regeneração física dos espaços é um passo no caminho para a regeneração social.

*"Insistiremos, além do mais, no facto de não existir relação automática e unívoca entre uma dada forma espacial e um efeito social particular, mas que há entre eles toda uma gama possível de compatibilidades e imposições."*

(Remy e Voyé, 1994 in Sá, 2012, p. 22).

A importância da Arquitetura e do Urbanismo reside então no facto de conceber os espaços adequados às práticas sociais. Exige, portanto, este "Urbanismo Social", o compromisso de entender a cidade como uma narrativa morfológica e sociológica que reflete e condiciona a qualidade de vida de uma determinada população.

Assim sendo, o trabalho de "fazer arquitetura" deve ser encarado com modéstia, com o intuito de prestar um serviço à comunidade e não com o propósito de criar uma peça de arte. O valor artístico da Arquitetura reside então no modo como consegue responder a uma necessidade da população, visa suprimir uma carência física de um "palco" para relações humanas.

Por conseguinte, o Arquiteto, e tal como afirma Kevin Lynch (2007, p. 151), é alguém capaz de criar espaços que *"sugerem a ação ao mesmo tempo que a limitam"*. Interfere na vida dos cidadãos e as suas ações influenciam o futuro de um habitat, uma vez que perduram por décadas no território. Está inserido num novo paradigma que entende a cidade na sua microescala, com as suas diferenças e particularidades.

A somar ao exposto, nos últimos anos tem vindo a refletir-se cada vez mais sobre o papel do Arquiteto. Devido a cenários de catástrofes naturais, alteração das estruturas demográficas, elevados níveis de pobreza e com todas as preocupações relacionadas com as alterações climáticas e escassez de recursos é perentória a imposição de gerir os solos de forma consciente e estratégica e necessário que os valores da prática do trabalho do Arquiteto se orientem para uma vertente social.

Como afirma Oscar Niemeyer, após largos anos de prática profissional:

*"Passei a vida debruçado na prancheta, mas - sempre repito - a vida é mais importante do que a arquitectura. E isso explica o facto de eu dizer aos jovens que não basta sair da faculdade como um óptimo arquitecto, mas como um Homem que leu, que conhece as misérias da vida e que contra elas se vai manifestar".*

(Niemeyer, 2005, p. 322).

A expansão do conhecimento da Era da Globalização levou ao entendimento geral de que a ação do Homem condiciona tanto a realidade do presente, como das gerações futuras. Nós, enquanto profissionais da Arquitetura devemos estar consciencializados sobre o facto de as nossas ações terem repercussões a nível ambiental, climático, económico, territorial e consequentemente sobre o bem-estar das sociedades.

Posto isto, e estimulados por condições adversas, tanto a Arquitetura como o Urbanismo, enfrentam novos campos de atuação. Do desafio de conciliar ética com estética, nasce o estímulo para a criatividade, a oportunidade para experimentação, o incentivo à mudança. Historicamente momentos de crise afiguram-se como possibilidades para a abertura de novos caminhos, tanto no que diz respeito à criatividade, como em termos de valores, que aqui se espera que caminhem no sentido da conquista do respeito e igualdade entre todos os seres humanos.

*"When making the city more attractive in the knowledge economy the local authorities can invest in the creativity of their population. But a word of warning: creative cities cannot be constructed from the ground up. The roots of creativity, in fact, always lie in the existing, historically developed urban environment."*

(Hospers, 2003 in Balula, 2010, p. 43).

Abordar-se-ão então alguns projetos e nomes que contribuíram para a visão totalitária que hoje temos destas disciplinas, como áreas do conhecimento

com influência sobre o ser humano e as suas condições de vida e sobre o planeta e os seus recursos.

Em primeiro lugar importa ressaltar Bernard Rudofsky, que em 1964, através do seu projeto *Architecture Without Architects*, exposto no Museum of Modern Art de Nova Iorque, deu a conhecer a sua perspetiva em relação à Arquitetura, contando com o apoio de outros arquitetos modernistas relevantes no panorama internacional, como Walter Gropius, Pietro Belluschi, José Lluís Sert ou Richard Neutra. Pretendia mudar a visão das pessoas sobre a Arte ao atribuir um sentido de belo que poderia estar associado ao senso comum, em vez de estar associado a uma conotação "heroica" do arquiteto ou artista, dava, por outro lado, voz àqueles que não tinham formação ou recursos financeiros para "usufruir de Arquitetura".

O conceito *Less is More*, "fazer mais com menos" já tinha sido amplamente difundido, desta feita tratava-se de "fazer mais com nada". Rudofsky acreditava que havia muito a aprender com a arquitetura dos não arquitetos, com as construções espontâneas derivadas das necessidades de abrigo das funções da vida quotidiana desenvolvidas com baixos recursos pela população.

Este projeto, a seu tempo, constituiu um motor de mudança cultural que permitiu uma maior abertura no campo de visão da Arquitetura, e mais do que isso, deu visibilidade à arquitetura dos mais desfavorecidos. Surge então a noção de que a Arquitetura resulta de necessidades humanas e não deve ser circunscrita ao autor, tem uma função comunitária de procurar o que é melhor para o bem-estar comum.

Depois disto, pode destacar-se outro momento marcante em 1972 com a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, onde resultado da forte exploração de recursos decorrente do crescimento industrial, se começa a formar a consciência de que a Natureza não é uma fonte inesgotável e que o modo como usamos os recursos tem de ser controlado. A cidade da revolução industrial ficou marcada por um grande crescimento espacial e demográfico, que levou à segregação das funções e

à diferenciação social, contexto onde se desenvolve o Estado-Providência e serviços públicos de planificação das cidades de forma mais racional.

Esta consciência reflexiva sobre os problemas ambientais tem vindo a tornar-se cada vez mais significativa, à medida que a degradação do habitat natural do Homem se torna evidente e hoje a qualidade do meio ambiente é considerada um dos direitos fundamentais do Ser Humano.

Mais recentemente, em 1999, foi fundada a associação *Architecture for Humanity*, composta por arquitetos e designers de todo o mundo, com a missão de combater as crises sociais resultantes de catástrofes naturais, ou das necessidades de construir abrigos para as populações mais carenciadas. Atualmente contam com ajudas financeiras externas e já colaboraram em projetos um pouco por todo o mundo, onde procuram aliar o bom design à construção de qualidade e duradoura, que garanta a segurança dos seus habitantes, sempre com preocupações com um cariz de inclusão social.



*Fig. 25 Haiti Partner's Children's Academy, Haiti, Architecture for Humanity, 2012, archdaily.com consultado em novembro de 2019*

Esta vontade de proporcionar uma habitação digna a cada Ser Humano é no momento atual uma preocupação global e a consciência de que o Arquiteto pode desempenhar um papel ativo na defesa do Direito à Habitação, e, portanto, na melhoria das condições de vida do outro, é algo engrandecedor, mas sobretudo uma missão que acarreta uma enorme responsabilidade.

O Arquiteto, enquanto ser sensível, deve manifestar-se contra a falta de dignidade nas condições em que alguns vivem, não deve, contudo, ter a pretensão de agir globalmente, mas pensar que agindo localmente pode contribuir para a melhoria nas condições de vida de alguns através de uma solução que possa ser replicada para e por outros.

Não se trata aqui de fazer caridade, mas em vez disso, de com o apoio do Estado ou de Organizações Não Governamentais intervir de forma relevante em situações de pobreza, exclusão social ou catástrofes naturais, situações estas que vão ser cada vez mais expressivas nos tempos futuros.

A fim de cumprir esta missão é necessário um trabalho que só por meio da realidade experimentada dos fenómenos conseguimos entender e assim procurar soluções eficazes para a sua resolução. O contacto com a Comunidade, o envolvimento de todos na conceção de espaços comuns e a colaboração entre profissionais de diversas áreas de especialização são princípios vitais para lidar com este tipo de situações.

Thomas R. Fisher inspira-nos através de pensamentos que tem publicado sobre a procura de soluções para problemas atuais, centrados no papel que o Arquiteto desempenha em relação ao futuro da Humanidade:

*"Think broadly about your skills. Get engaged in your community. Do what you love, even if you have to volunteer initially, for it will eventually turn into a paying job, which you may have to create yourself. Imagine the world as you think it should be and then act, in everything you do, as if the change has already happened. Pay attention to what people - and the planet - really need and then create a practice that meets those needs, even if it*

*looks nothing like a traditional architecture firm. If you stay focused on the work that needs doing in the world, you will discover that there is more than enough for you to do and that the world will find a way to help you do it."*

(Fisher, 2008, The American Institute of Architects).

Como acima referido, Fisher reflete sobre aspetos relativos aos princípios e valores inerentes à nossa profissão, as nossas responsabilidades e sobre o que representam as nossas ações enquanto profissionais para a sociedade.

Não existe, contudo, a nível da formação uma resposta eficaz que abarque esta problemática, na medida em que apesar de compreendermos a nossa responsabilidade a nível técnico, parece que durante o ensino o papel social do Arquiteto não é abordado da mesma forma, como parte integrante das suas responsabilidades.

Apesar de ser uma questão de uma magnitude imensurável, devemos compreender que estamos a atuar nos cenários sobre os quais se vai desenrolar a vida das pessoas e que o nosso trabalho pode produzir um efeito positivo sobre a qualidade de vida das comunidades, sobretudo daquelas que mais necessitam.



*Fig. 26 Visita ao Bairro da Quinta do Mocho, Lisboa, no âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, fotografia da autora, setembro de 2014*

Hoje, com a consciência das desigualdades sociais presentes no mundo, amplamente veiculada pelos meios de comunicação, existe a consciência de que há muito a ser feito e que o Arquiteto enquanto detentor de conhecimentos técnicos específicos pode desempenhar um papel social de relevo na luta pelo Direito à Habitação e, no fundo, pelo respeito pela dignidade do Ser Humano.

*"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."*

(Diário da República, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 1º).

De acordo com o Regulamento de Deontologia da Ordem dos Arquitetos (2001) *"qualquer que seja a forma de actividade, deverá o arquitecto ter consciência do carácter essencial da sua actividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade de que faz parte, devendo ter sempre presente que a arquitectura é uma profissão de interesse público"*, e portanto pode considerar-se que um dos maiores deveres da profissão é o que temos para com a Comunidade, o respeito pelo Homem e pela Natureza. O artigo 3º diz que: *"constituem deveres do arquitecto para com a comunidade:"*

*a) Orientar o exercício da sua profissão pelo respeito pela natureza, bem como pela atenção pelo edificado pré-existente, de modo a contribuir para melhorar a qualidade do ambiente e do património edificado; (...) e) Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente, ao urbanismo e à edificação;*

Junta-se ao exposto anteriormente o entendimento de que ao proporcionar melhores condições de vida aos mais necessitados, estamos também a contribuir para o nosso bem-estar geral enquanto sociedade, na busca de

um futuro com maior segurança e convivência social e tal como afirma Fisher no seu livro *Ethics for Architects – 50 Dilemmas of Professional Practice*:

*"It may seem less costly to tolerate people living on the streets than to build supportive housing for them, but it is not true. When we add up the expense of emergency room visits, the price of police calls, and the impact of criminal activity, it ultimately costs much more to have homeless people on the streets than to create shelter for them. The same can be said for other social ills we think we cannot afford to cure."*

(Fisher, 2010, p. 24).

Porém, encontramos entraves ao por em prática estes princípios, na medida em que as causas sociais são maioritariamente apoiadas por Organizações Não Governamentais, que substituem o papel do Estado, detentor dos recursos necessários para fazer valer os direitos humanos.

Os arquitetos, através do seu campo de ação, podem promover mecanismos para dotar as comunidades desfavorecidas de conhecimentos técnicos adaptados aos meios e tradições populares, ao mesmo tempo que têm a possibilidade de mostrar às pessoas outros estilos de vida e promover a justiça social.

Podemos ainda adotar atitudes conscientes a nível ambiental como a reutilização de materiais, que reduz os custos de construção, enquanto preserva recursos naturais e tirar partido das condicionantes territoriais existentes.

O Arquiteto deve ser sensível ao que o rodeia, aos outros, ao ambiente, aos problemas globais e estar consciente das repercussões do seu trabalho para o futuro das sociedades, de acordo com os princípios que Thomas Fisher enuncia na sua obra *"Architectural Design and Ethics – Tools for Survival"*:

*"Instead of superfluous form, make everything count;  
Instead of quantity, focus on qualities;*

*Instead of throwing away, reuse or recycle;*  
*Instead of ignoring sources, attend to the source of everything;*  
*Instead of consuming things, treat everything as sacred;*  
*Instead of wanting more, seek doing with less;*  
*Instead of expensiveness, focus on affordability;*  
*Instead of excluding others, provide everyone a place;*  
*Instead of cutting us off from nature, connect us to it;*  
*Instead of reducing the ecological diversity of a site, improve it;*  
*Instead of creating objects to possess, build community;*  
*Instead of specialized things that can only have one use, make them multi-functional;*  
*Instead of radical experiments, see everything in evolutionary terms;*  
*Instead of focusing on abstractions, attend to what is real"*

(Fisher, 2008, p. 33).

Consideramos, portanto, que a fim de cumprir o código deontológico da sua profissão e conciliar a ética com a estética, o sentido moral com o formal, o Arquiteto pode operar em muitas outras frentes para além de empregar a sua técnica ao serviço do ofício da construção.

Resumidamente, além das preocupações artísticas inerentes à profissão de um Arquiteto, que vai deixar a sua marca física na paisagem urbana, procurando, portanto, que seja tão agradável quanto possível e diferenciadora de um trabalho meramente funcionalista pelas oportunidades que proporciona, a fim de cumprir o seu dever deontológico, deve ainda ter em conta as repercussões ambientais do seu trabalho, a preservação do património físico e cultural e dos recursos naturais.

Constitui-se ainda como um agente social na medida em que pode desempenhar um papel no sentido de lutar pela equidade social e respeito dos direitos humanos: a uma habitação digna e acesso a espaços para práticas culturais e lazer. A oportunidade de trabalhar junto das comunidades pode gerar benefícios económicos, criar postos de trabalho ou oportunidades

de ensino junto das comunidades mais desfavorecidas que vão contribuir para o aumento da segurança e bem-estar geral.

*"In recent years, a desire for social change has provided a strong stimulus for the development of architecture. (...) a renewed belief in social responsibility of architecture guides architects (...) Their projects - are typically the result of close collaboration with members of the community and future users. (...) These architects address community need with innovative, low-budget, and adaptable designs without sacrificing aesthetics. In these works, one also sees an expanded definition of sustainability encompassing larger social and economic issues."*

(Lepik, 2010, contracapa).

Contudo, cabe ao Poder Central e Local estabelecer as políticas públicas para habitação, ao abrigo dos quais os arquitetos vão fazendo uso dos seus conhecimentos técnicos e desenhar os espaços que melhor sirvam as necessidades sociais contemporâneas, tal como afirma Paul Goldberger em *Why architecture matters*:

*"It is not the architect's role to solve the problem of housing the poor. It is the architect's role to give the poor the very best housing possible when society decides it is ready to address this urgent problem. (...) it is the job of architects to design the best buildings, the most beautiful and civilized and useful ones, but society must be willing to address these problems before the architect can do his or her best work."*

(Golberger, 2009, p. 35).

Para finalizar, tendo por base a análise desenvolvida nos capítulos anteriores acerca da habitação social, ao longo deste capítulo pode concluir-se que a

falta de investimento neste setor do urbanismo pode manifestar repercussões a nível político, económico e social.

Desta forma, partindo do princípio já anteriormente enunciado de que as conceções arquitetónicas e urbanísticas têm influência sobre as práticas sociais, os bairros de habitação social apresentam-se como oportunidades para os arquitetos estimularem a sua criatividade e através de uma experiência sensível de imersão na realidade social dos locais sobre os quais intervêm, contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades.

Posto isto, é necessária uma visão mais abrangente e consciente da disciplina da Arquitetura, onde às preocupações estéticas e funcionais se devem aliar a valorização do património edificado, natural e cultural. Assume-se ainda como uma profissão que deve servir os interesses públicos, nomeadamente no que diz respeito à luta pela defesa da equidade social e condições de habitabilidade dignas.

As formas através das quais estes princípios podem ser postos em prática e que ferramentas o Arquiteto detém ao seu dispor para contribuir para o bem-estar geral e coesão social, através do envolvimento comunitário, serão abordadas nos capítulos seguintes.



### 3. RESPOSTAS E ALTERNATIVAS

---



## V. *ESTRATÉGIAS GLOBAIS DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DA ARQUITETURA SOCIAL DE QUALIDADE*

---

Na sequência do enquadramento temático anteriormente apresentado, proceder-se-á ao estudo das formas através das quais as estratégias de planeamento urbanístico podem corresponder à mudança de paradigma na Arquitetura, para uma vertente mais social, tendo em vista o facto de a conceção integrada da habitação social nas políticas de desenvolvimento urbano representar uma mais valia para a cidade a nível arquitetónico, económico, político e social.

Assim, no âmbito das normativas em vigor para a problemática da Habitação Social, pretende-se aqui aferir que metodologias e que governança e princípios de atuação serão mais adequadas para ir ao encontro de intervenções que melhor sirvam os interesses da comunidade à luz do contexto atual.

Começa-se então por referir que entre a multiplicidade de tarefas a cargo Estado Social para promover princípios de equidade social, está o dever de promover o acesso à habitação a grupos desfavorecidos e o apoio ao arrendamento por parte de grupos com maiores dificuldades, como jovens e idosos.

A subdivisão dos sistemas de gestão em público ou privado pode falhar em garantir o apoio à habitação a populações com dificuldades económicas, mas que não cumpram determinados requisitos legais ou financeiros de modo a serem abrangidas pelas políticas de habitação social.

Neste sentido, no início do século XXI, o paradigma geral Europeu para a atuação sobre a habitação das classes desfavorecidas apresentava as seguintes diretrizes: desenvolvimento do mercado privado, com contrapartidas financeiras para o enquadramento de grupos com problemas de solvência; apoio público a grupos socioeconómicos específicos; alienação do parque público aos municípios ou instituições encarregues pela sua gestão;

uso de fundos resultantes de investimentos privados nas intervenções; preocupações sociais no sentido de intervir em zonas de maior exclusão através de experiências participativas e preocupações a nível de sustentabilidade, tanto ambiental como financeira.

Em Portugal o contexto é um pouco diferente do europeu, e devido a determinadas características culturais e socioeconómicas, a questão das políticas de habitação pública é complexa. No nosso país a indústria da construção civil encontra-se em dificuldades, na generalidade temos uma cultura habitacional que dá preferência à privacidade e ao habitat individual, o sistema de propriedade tem predileção em detrimento do arrendamento de habitação e ainda nos deparamos com um processo burocrático que levou à proliferação de um grande número de habitações clandestinas nas periferias das cidades.

Isto somado ao enfraquecimento dos laços sociais e à diversidade de formas de vida características da atualidade, onde os indivíduos não partilham os mesmos interesses num vasto conjunto de domínios, torna difícil ao Governo adotar medidas públicas para adereçar a questão da habitação socialmente apoiada e à classe média compreender o problema como uma questão global, onde o seu contributo poderia trazer benefícios ao bem-estar geral da sociedade.

*"...o alojamento é ao mesmo tempo um objecto técnico, uma obra de arquitectura, uma forma de ocupação da cidade e o quadro de vida quotidiano de pessoas e famílias. Na diversidade destes papéis, e dos interesses que suscitam, encontra-se também a complexidade deste objecto de estudo."*

(Lacaze, 1997 in Guerra, 2011, p. 65).

Os bairros sociais, representam habitualmente imagens públicas negativas, tanto a nível da sua interiorização por parte dos moradores, que constroem uma imagem negativa de si próprios, como a nível da sua perceção por parte das classes médias que não se querem ver nas imediações destes bairros ou

associar-se aos seus habitantes. Funcionam assim estes bairros como dispositivos de estigmatização, em espaços de exclusão social e urbana.

*"Na medida em que a identidade resulta de uma construção social, ela parte da complexidade do social. Querer reduzir cada identidade cultural a uma definição simples, 'pura', seria não levar em conta a heterogeneidade de todo grupo social."*

(Cuche, 2006, p.126).

Este facto causa um entrave a uma política de regeneração urbana com consenso e compromisso de atores e de toda a sociedade civil, cuja inércia dificulta a implementação de novos métodos de intervenção.

Assim, é necessário redefinir solidariedades sociais e responsabilidades para a emancipação dos indivíduos, uma vez que os arquitetos são detentores de conhecimentos técnicos e científicos e conhecem as propriedades dos materiais de forma a dominarem a arte da construção, mas não são instruídos de forma equivalente para conceber ambientes ou geri-los, funções para as quais não podem ser estabelecidas leis *à priori*.

Para responder às debilidades do sistema urbano nacional e enfrentar os desafios cada vez mais complexos que se colocam às cidades portuguesas, a Política POLIS XX, apresentada em abril de 2007 pelo XVII Governo Constitucional Português manifesta numa das suas ambições:

*"Assegurar que as Cidades constituam espaços de cidadania, coesão e identidade cultural, tornando mais eficientes os processos de participação, integração e valorização patrimonial e combatendo ativamente os fatores geradores de obsolescência, risco, insegurança e exclusão."*

Numa análise mais alargada sobre o caso português, verifica-se que o investimento nas políticas públicas para habitação por parte do Estado tem sido descontinuado e manifestamente insuficiente após o 25 de Abril, devido

à transferência de fogos da Administração Central para a Administração Local<sup>12</sup>.

No contexto atual, o Estado continua a deter uma pequena parte do património habitacional público, sendo que a maioria está a cargo dos Poderes Locais. Posto isto, a Administração Central reduziu o seu papel na provisão da habitação e reforçou-o na regulamentação dos mecanismos de acesso à mesma, partilhando hoje as suas funções com entidades privadas em parcerias público-privadas.

*"Trata-se de uma alteração na conceção das funções públicas que deu lugar à passagem do Estado provisor para o Estado providenciador e regulador."*

(Bramley *et al.*, 2004 in Pato e Pereira, 2013, p. 2).

Nos municípios, a alienação do património tem sido a principal estratégia de gestão das habitações, tecnicamente justificada como uma medida de promoção do comprometimento com a conservação da casa e envolvimento com o bairro, com a expectativa de facilitar a gestão de conflitos associados à manutenção dos espaços. Tem vindo a ser um processo expressivo em termos de números, porém espacialmente pontuado e temporalmente descontínuo, devido às dificuldades de alienação em bairros com uma estrutura de ocupação dominada por famílias em condições de pobreza extrema.

Esta alienação de fogos fomentou o aumento da distância entre a população e o Poder, que restringe o seu âmbito de intervenção à supervisão, enquanto que o custo das intervenções é suportado pelo financiamento de parceiros locais. Significa isto que as operações são regidas por um jogo de interesses

---

<sup>12</sup> Entre 2004 e 2007, dá-se a transferência do património da administração central para as autarquias. Cerca de ¼ do património do IGAPHE foi vendido aos ocupantes (10 213 fogos), 1/3 permanece património do Estado Central, nas mãos do IHRU, e o restante foi atribuído às autarquias (16 435 fogos). Do total de fogos cedidos aos municípios pelo IGAPHE, 26% localizam-se no distrito de Lisboa (mais de 4 000 fogos). (Plano Estratégico de Habitação: 2008/2013)

entre os parceiros envolvidos enquanto que aos municípios cabe o papel de defender os interesses das comunidades.

A Lei n.º 169/99, de 18 de setembro estabelece o quadro de competências dos municípios em relação aos bairros sociais: a) o planeamento do território, através da elaboração de instrumentos de planeamento; b) a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal; e c) a participação na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da Administração Central e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.

Contudo, a escassez no mercado de terrenos utilizáveis pelos municípios para habitação social condiciona negativamente o objetivo da integração.

Com efeito continuam a faltar estímulos para que os municípios com problemas de habitação e sem terrenos disponíveis antecipem a posse de lotes de terreno situados na continuidade de áreas urbanas consolidadas, onde apesar da menor dimensão dos conjuntos, a população poderia fazer uso dos serviços urbanos existentes.

Já a nível do Governo Central, verifica-se através da fraca dedicação às políticas habitacionais públicas do Orçamento de Estado que intervir sobre estes bairros não é uma prioridade política no plano operativo e por conseguinte é imperativo que as operações a incidir sobre eles tenham em conta a sua sustentabilidade financeira.

Porém, hoje assiste-se a uma transformação do mercado imobiliário. O envelhecimento da população, a diversificação das estruturas familiares, a mudança da dinâmica nas relações trabalho/ casa, a diversidade social ligada aos fenómenos migratórios e a mobilidade social ditaram uma mudança nos modos de vida que se manifesta na diversificação da procura de alojamento, e num desfasamento entre as necessidades reais da população e a oferta

gerada pela sobreprodução de determinado tipo de imóveis destinados a classes mais altas, ficando assim o acesso às áreas centrais das cidades vedado a vários agregados familiares.

Além disto, com a chegada de imigrantes, o aumento dos níveis de pobreza, a subida do custo de vida nos centros da cidade e o agravamento das condições de empregabilidade para os mais jovens, exige-se ao Estado uma atitude mais interventiva junto das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Pode então afirmar-se que a Cidade contemporânea é marcada por situações sociais e urbanísticas contrastantes, o que resulta numa cidade desigual e descontínua, onde os modelos de atuação sobre uma "cidade referência" se tornam desadequados.

Assim, é colocado um enorme desafio à gestão central em relação às políticas públicas de habitação, decorrente da imensa complexidade dos padrões de urbanização, associada à imprevisibilidade das tendências nos modos de vida, que têm transformado as aglomerações nas últimas décadas.

Esta mudança de paradigma ditou que fosse aberto um concurso para repensar as políticas habitacionais para públicos insolventes em 2006 pelo Instituto de Habitação e Renovação Urbana. Em resposta a este concurso é elaborado por uma equipa coordenada pelo Centro de Estudos Territoriais um documento intitulado "Contributos para um Plano Estratégico de Habitação 2008/2012". Este documento define a atuação do Estado enquanto entidade reguladora, de planeamento e fiscalização, enquanto as autarquias, organizações sociais, cooperativas e entidades privadas concentram em si o dever de executar as medidas.

As novas propostas de intervenção abordadas pelo Plano Estratégico definem os seguintes eixos de atuação: a) Integração das políticas de habitação nas políticas da cidade, com o intuito de promover a reabilitação urbana, bem como novas dinâmicas sociais e mobilidade geográfica; b) Utilização do mercado habitacional excedente para inserção socio urbanística da população e seu aproveitamento para satisfazer as necessidades diversificadas de habitação; c) Preferência pelo regime de arrendamento,

tanto no mercado privado, como no mercado público e a disponibilização de fogos para realojamento; d) Melhoria na gestão do parque público existente, através da responsabilização dos agentes e da população pelos custos das intervenções, apoiando-as em necessidades específicas; e) Diversificação das fontes de financiamento e f) Regulamentação central feita em parceria com as comunidades locais, com o desenvolvimento de programas locais de habitação.

Assim, além de tornar a problemática dos bairros sociais uma prioridade política no plano operativo, deve ainda haver encorajamento à sociedade civil e ao Arquitecto no sentido de solucionar problemas de áreas urbanas deprimidas, enaltecendo o seu papel como interveniente na resolução de problemas sociais.

Ora, para que estas diretrizes sejam postas em prática é necessário que exista uma desburocratização dos processos de construção em projetos de cooperação entre o Estado, as autarquias e as entidades privadas para a renovação do parque habitacional público.

Num contexto de dinâmicas habitacionais complexas, não é possível organizar uma estratégia e um modelo para todas as circunstâncias, independentemente do contexto territorial ou do período de implementação e foi devido a essa razão que o Plano Estratégico de Habitação 2008/2012 propôs estratégias suficientemente flexíveis e abrangentes, capazes de ter em conta o princípio da ação/circunstância que Raymond Struyk acentuava há três décadas atrás, onde defendia a escolha dos modelos de atuação dependendo do contexto do mercado, dos rendimentos e estruturas familiares da população e do custo de produção das casas.

Para Geddes *"Não existe uma cidade-tipo no futuro, mas tantas cidades quantos casos particulares(..)"*

(Geddes, 2007 in Nicolau e Mendes, 2015, p. 25).

As decisões públicas e políticas urbanas devem acompanhar os modos de funcionamento da sociedade e assim sendo exige-se hoje uma democracia

mais reflexiva, que tenha em conta a situação e o indivíduo, até porque a legitimidade e eficácia de uma decisão pública depende da "participação" dos seus protagonistas, na tentativa de construção de uma "Cidade Democrática" que se vai desenvolvendo em função dos interesses dos cidadãos.

A "Carta do Novo Urbanismo" defende a integração do homem concreto no planeamento urbano, que deve resultar das motivações de uma comunidade e de uma época, às quais o urbanista deve dar forma. Assim sendo, o Arquiteto não encerra em si o ato de projetar, deve, de outra forma, suscitar a civilidade e promover a reconstrução da coesão espacial e social.

Em termos de governabilidade, os papéis das diferentes esferas de ação da Democracia devem ser repensados e o Poder Central deve ser substituído por escalas de governação mais flexíveis.

O caminho que parece mais óbvio é o da criação de entidades municipais com autonomia administrativa e técnica para poderem resolver as questões da ocupação do solo, infraestruturação e habitação, assumindo parcerias com diversos atores privados, movidos por determinados benefícios fiscais e deveres em relação ao uso do solo para programas públicos.

Estas redes interdependentes de atores, instituições, atividades funcionais e organizações espaciais devem funcionar em cooperação horizontal, substituindo-se a forma hierárquica de governação territorial por novas formas associativas de governança e suas responsabilidades não se devem esgotar na gestão do parque habitacional, mas por outro lado procurar a durabilidade das propostas, a preservação dos habitats e garantir a coesão social e territorial do tecido urbano.

Materializam-se em atribuições ao nível dos processos de seleção de terrenos ou empreendimentos, da escolha e coordenação dos agentes públicos e privados intervenientes nos projetos, das formas jurídicas de atribuição e fruição das casas e do cumprimento das obrigações dos projetos em relação aos clientes e aos destinatários.

Pode então aferir-se que os objetivos atuais da política urbana vão ao encontro de estabelecer relações de proximidade entre o Estado e a Administração Local que favoreçam a criação de cenários de intercâmbio entre diferentes parceiros e representantes. Esta prática pluralista na regulação territorial favorece a construção de relações de proximidade e fomenta a aprendizagem coletiva, enquanto contribui para a adoção de soluções mais flexíveis e adequadas ao contexto específico.

*"O princípio da reposição da igualdade de oportunidades que legitima a discriminação positiva contribui para a naturalização de uma política com elevados níveis de discricionariedade".*

(Keslassy, 2004 in Pato e Pereira, 2013, p. 8).

Le Galès define a Governança Urbana como: *"a capacidade de integrar e formar os interesses locais, organizações, grupos sociais e, simultaneamente, a capacidade para representá-los no exterior, e desenvolver estratégias mais ou menos unificadas (e unificadoras) em relação ao mercado, com o Estado, com outras cidades e outros níveis de governo".*

(Le Galés, 1995 in Crespo, 2015, p. 10).

Esta abordagem ao território implica, portanto, a cooperação ente diferentes níveis de governo na delimitação de políticas setoriais com impacto territorial convergentes para interesses comuns através da formação de organizações de cidadãos mobilizados por ações que tenham em vista garantir a coesão territorial e social.

Neste cenário, o Estado Central fica incumbido de determinar os atores envolvidos e as políticas a aplicar, distribuir recursos, definir as escalas envolvidas nas transformações territoriais e repartir as competências entre fundos da União Europeia, o Governo Central e a Administração local.

As redes de coordenação horizontal, por outro lado, devem organizar a cooperação formalizada entre as diferentes autoridades locais e agentes públicos, definir critérios de regulação das relações entre o Estado e a

sociedade civil, promover a participação intermunicipal em projetos partilhados para o desenvolvimento global do território e delinear mecanismos de gestão dos serviços públicos.

Em suma, às entidades de governo públicas, tanto centrais, como locais, cabe a orientação e planeamento de estratégias, a prestação de serviços públicos à sociedade, a estimulação ao envolvimento e participação da sociedade civil e grupos de interesse de cidadãos nos processos de decisão e a gestão da articulação entre *stakeholders*.

No que à comunidade diz respeito, estes sistemas de Democracia Participativa com movimentos *bottom-up* encontram as suas vantagens no facto de envolverem as comunidades, incentivarem o diálogo e criarem agitação social. As práticas *hands-on* favorecem um sistema de aprendizagem horizontal onde é tirado proveito das competências de todos os intervenientes, em conjunto com os contributos das pessoas que experienciam as vivências locais.

Para os atores privados, os sistemas de cocriação onde colaboram profissionais de diversas competências podem conduzir aprendizagens por meio da experimentação, desenvolver projetos com universidades e contribuir para a instrução das comunidades, servindo-se de "*Housing as a process*".

Segundo a Comissão Europeia (2011), no documento "*Cidades do Futuro - Desafios, visões e percursos para o futuro*", o conhecimento do território "*não pode ser unicamente transmitido pelos peritos, mas tem de ser compreendido e mesmo, por vezes, coproduzido por todos os interessados e implicados*".

Trata-se do princípio da subsidiariedade, que defende a primazia de atuação das esferas inferiores do poder para resolver ou decidir sobre determinada situação, ficando a tomada de decisões o mais próximo possível do cidadão (Ascher, 2012).

Esta forma de governança encontra os seus maiores desafios em melhorar a articulação entre diferentes esferas de Poder e na definição de estratégias intermunicipais para integrar ações benéficas para o território a nível global.

Em termos de atuação, devido à atual avaliação consensual negativa sobre largos empreendimentos destinados a habitação social, as estratégias passam por soluções de “preenchimento” de vazios urbanos em malhas consolidadas ou reabilitação de zonas problemáticas existentes. No entanto, o mercado dos terrenos utilizáveis pelo município é limitado e tanto mais escasso quanto mais próximo do centro da cidade estiver.

Têm de ser encontradas, portanto, formas alternativas para a aquisição de terrenos para a “Habitação Apoiada pelo Estado” e contar com um dispositivo financeiro de fomento de infraestruturação para áreas de intervenção prioritária que combinem taxas municipais de urbanização com capitais de retorno que não façam os municípios incorrer em situações de endividamento.

A somar a isto, é imperativo que a regulamentação consagre a reserva de cedência de quotas de terrenos para habitação social e equipamentos necessários, que não devem sofrer prejuízo em detrimento dos interesses dos agentes privados.

Com este alargamento das áreas urbanizadas periféricas abrangidas pelos municípios, será natural que os novos conjuntos edificados se diluam no mosaico urbano das aglomerações agregadas, para que se garanta uma maior “equiaccessibilidade”, através de esquemas policêntricos em termos de locais de trabalho, educação e lazer.

Por conseguinte, pode concluir-se que no que diz respeito à estratégia global para as cidades, a prioridade é a reurbanização por via de intervenções de menor escala localizadas em pontos estratégicos, onde os programas para habitação social se articulam com os processos de urbanização, incorporando-se no planeamento local. Desta forma, as intervenções afiguram-se como planos de regeneração de áreas urbanizadas com

dificuldades, entre as quais deve constar a integração de modalidades de apoio social à habitação.

*"O recente slogan "fazer cidade com a política da habitação" terá, no futuro, maior razão de ser, se o termo habitação não for entendido no sentido restrito de "bairro social de nova construção", mas apenas como parte de acções em que infra-estrutura e espaço público deverão ser o suporte de diferentes atividades urbanas, incluir áreas construídas e áreas novas onde se justaponham diferentes formas de HAE."*

(Portas, 2012, p. 171)

As tendências contemporâneas de gestão municipal dos bairros sociais na Área Metropolitana de Lisboa prendem-se com o planeamento de intervenções de reconversão pontuais através de planos de ação elaborados por equipas locais de projeto e a definição do Programa BIP/ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária e Zonas de Intervenção Prioritária), também com estruturas locais de apoio e coordenação a cargo dos municípios.

Os programas devem contemplar a probabilidade da alteração dos padrões de habitar e refleti-la nas suas escolhas tipológicas e construtivas, onde os eventuais custos adicionais derivados deste fator podem ser compensados com o aumento da durabilidade das habitações e com a diminuição de situações de fogos devolutos.

Contudo, a discussão em torno das políticas sociais para habitação não se deve circunscrever ao espaço privado da habitação, uma vez que o espaço público é essencial ao desenvolvimento de atividades humanas. Assim, a abordagem ao alojamento social não deve ter em conta apenas os prédios, mas também os arruamentos, alamedas ou parques, que se desenham como elementos de ligação, bem como redes de infraestruturas e transportes públicos para ligação de zonas periféricas e núcleos consolidados já existentes, onde o Bairro no seu conjunto é entendido como uma ferramenta de regeneração física e social da cidade.

Para concluir, é de referir, que as diretivas para as políticas de habitação devem ir ao encontro de uma melhor gestão do parque habitacional público existente, uma vez que se encontram um sem número de fogos que poderiam ser disponibilizados para habitação de cariz social mediante sistemas de apoio ao arrendamento, conduzindo a processos de alojamento ou realojamento mais flexíveis de populações a viver em situações precárias, de acordo com o princípio de "Acupuntura Social".

Por outras palavras, considera-se que no atual panorama lisboeta, o aproveitamento do mercado habitacional excedente para inserção socio-urbanística por meio do incentivo ao arrendamento a populações economicamente carentes, jovens ou idosos poderia delinear uma boa solução para dissipar as discrepâncias habitacionais e socioeconómicas da população nas áreas envolventes, desenvolvendo um caminho para construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Tendo em mente que o direito ao alojamento é um valor universal, devem ser unidos esforços no sentido de compreender custos e responsabilizar agentes pela fiscalização da qualidade do edificado e desburocratização dos processos de intervenção, tendo em vista a eficácia das estratégias de gestão e qualificação do património imóvel, promovendo a cooperação entre o Estado, as autarquias e as entidades privadas.

As decisões públicas supramencionadas idealmente acompanham o funcionamento da sociedade e o propósito de servir interesses coletivos, adequando-se à evolução das necessidades das comunidades ao longo do tempo e dependendo dos contextos. As políticas devem basear-se em soluções *ad hoc*, concebidas em função das dinâmicas dos projetos ao invés do cumprimento de um programa pré-estabelecido.

Deste modo as ações são controladas de forma legislativa, definindo limites gerais empregues nos contextos específicos, ao invés do planeamento executivo que obriga os atores a seguir linhas de procedimentos.

Em termos de governabilidade urbana, impõe-se a requalificação das funções dos poderes públicos a diferentes escalas, criando sinergias de

atores urbanos e regulando a sua atividade em conformidade com quadros comuns de ações e regras tomadas a um nível próximo do cidadão, onde as formas de participação comunitária se afiguram como um complemento à Democracia e não em substituição.

Para isto, os projetos devem responder a um Programa Preliminar que define o conjunto de normas e recomendações, questões orçamentais, uma investigação específica sobre o local de intervenção, um trabalho com a comunidade destinatária, se for caso disso, por forma a dar uma resposta morfológica adequada, à luz dos conhecimentos disponíveis.

A participação das comunidades nos processos deve ser devidamente organizada e regulamentada e no caso de não ser possível a sua participação, não devem ser dispensadas avaliações de usos, transformações e qualidade de vida, que sirvam de aprendizagem para projetos futuros.

Em síntese, perante uma cidade desigual e descontínua e tendo por base uma gestão integrada do parque habitacional público no planeamento da Cidade, enquanto ferramenta de regeneração urbana, para fazer face aos problemas que se afiguram ao Governo Central e às Autarquias na gestão do património habitacional público, os sistemas de governação devem ser transferidos para planos horizontais, incentivando o envolvimento das comunidades e dividindo as responsabilidades entre todos os atores.

Assim, em termos de governança, a cooperação entre o Estado, o Poder Local, os atores privados e as comunidades locais constitui um sistema de planeamento mais democrático, que se desenvolve em função dos interesses dos cidadãos e aproxima o Poder, o Arquiteto e a Sociedade Civil, conduzindo a sistemas de aprendizagem coletiva convergentes para interesses comuns.

Em termos de atuação, o sistema que se crê mais sustentável e mais benéfico social e territorialmente prende-se com o preenchimento de vazios urbanos e aproveitamento do parque habitacional excedente em intervenções pontuais em pontos estratégicos.

## *VI. ARQUITETURA PARTICIPATIVA ENQUANTO FERRAMENTA AO SERVIÇO DO ARQUITETO E DA SOCIEDADE*

---

Uma vez estabelecido o envolvimento das comunidades nos processos de conceção arquitetónica e urbanística enquanto linha estratégica de atuação para responder à problemática levantada, da adequação da Arquitetura à transformação dos modos de vida e enquanto ferramenta capaz de promover a coesão social, ao longo deste capítulo vai ser analisada a história da evolução destes processos participativos através de alguns nomes e obras de referência e os moldes através dos quais podem ganhar forma, de modo a aferir as vantagens que aportam às intervenções, à economia, aos arquitetos e às comunidades.

Primeiramente é de referir que o Direito à Habitação não deve ser entendido somente em termos quantitativos. O número de fogos disponíveis para ocupação ou a capacidade de construir e providenciar mais por parte do Governo Central ou das grandes construtoras não representa necessariamente uma melhoria geral nas condições de vida dos seus residentes, dada a diversidade de fatores em jogo quando se trata de satisfação em relação ao alojamento.

Defendendo esta posição, Turner (2009) acredita que o valor do alojamento não reside na sua aparência, mas na melhoria que é capaz de aportar à vida das pessoas, não podendo, por isso, a satisfação em relação ao local de residência resultar da aplicação de um conjunto de normas.

No entanto, a construção de habitação e mais concretamente de habitação social no último século, está intimamente ligada aos valores capitalistas da sociedade moderna, regida pelo funcionamento do mercado, onde as grandes construtoras rentabilizam economicamente os seus investimentos através de processos standardizados que resultam em grandes empreendimentos homogéneos que não satisfazem as necessidades específicas das comunidades a que se destinam. Apesar de respeitarem

padrões mínimos de habitabilidade e de utilizarem materiais tecnicamente mais evoluídos, os resultados obtidos podem não corresponder a uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

O aparecimento destes processos deveu-se à necessidade de construção rápida e massiva de habitações precipitada pela destruição de cidades causada pela Primeira Guerra Mundial. Foram construídos grandes conjuntos homogêneos, que se serviam dos novos materiais: ferro, vidro e betão com o objetivo de tornar mais económica e eficiente a construção.

Contudo, estes programas entraram em falência e começou a questionar-se a responsabilidade social do Arquiteto, não só como criador de formas, mas também de circunstâncias, e assim a Arquitetura Moderna fica marcada pela dualidade entre o avanço das forças produtivas e a crítica às relações do produto com o contexto físico e realidade social em causa, uma discrepância entre a racionalização linguagem técnica e espacial utilizada pelos arquitetos e as circunstâncias da sua aplicação, geradora de espaços não justificados por imposições objetivas. À emergência de uma cultura de massas seria preciso conectar a produção, de modo a corresponder às demandas reais da população e dos espaços físicos.

O conceito de "Romantismo Revolucionário" proposto por Michael Löwy e Robert Sayre implica a crítica à moderna civilização industrial burguesa e defende "*... instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida.*"

(Löwy e Sayre, 1995 in Kamimura, 2012, p. 16).

A variedade de circunstâncias e prioridades na vida das pessoas já não pode ser antecipada por uma grande entidade centralizadora e também não podemos assumir que as estruturas governamentais estão capacitadas para providenciar uma habitação digna a todos os que não tem condições para ter acesso a ela através do mercado imobiliário.

É neste contexto que podemos falar de Arquitetura Participativa, não como uma solução de última instância derivada das necessidades dos países subdesenvolvidos, um retrocesso tecnológico, mas como uma forma de democracia evoluída onde a participação das comunidades é vista como uma ferramenta útil. Não implica necessariamente a construção *do it yourself*, mas, por outro lado, o envolvimento dos utilizadores nas intervenções de maneira indireta. Pode ganhar forma por meio de um de dois processos: através de uma gestão externa, com consulta dos beneficiários, ou dando maior protagonismo ao utilizador, envolvido também ele na tomada de decisões de acordo com diretrizes de agentes externos, ou na realização de intervenções gradualmente ao longo do tempo:

*"uma aldeia construída pelos próprios habitantes será um organismo vivo capaz de continuar a viver e a crescer".*

(Fathy, 2009, p. 129).

Deve ainda ser tido em conta que os processos devem ser pensados não só a nível da sua execução, como também em termos de comunicação entre todas as entidades envolvidas. Assim, há que identificar responsabilidades e níveis de autonomia que implicam diferentes estratégias de atuação: à Autoridade Central cabe administrar o acesso aos recursos básicos incluindo gerir a disponibilidade dos solos, os municípios estão encarregues de providenciar serviços públicos e infraestruturaração, e por fim, a um nível local, a negociação de estratégias, disponibilização de materiais, ferramentas e maquinaria para construção e a manutenção dos bairros.

A *Law of Requisite Variety* de Ashby (1969) afirma que *"If stability of a system is to be attained, the variety of the controlling system must be at least as great as the variety of the system to be controlled"* (Ashby 1969 in Turner, 2009, p. 32). Significa isto, neste contexto, que a fim de atingir a harmonia e manter a estabilidade dentro de um bairro, a variedade de entidades envolvidas no processo de decisão ou gestão deve ser proporcional à diversidade dos seus utilizadores.

Desta forma, à medida que a complexidade da ação aumenta, no caso atender à diversidade de prioridades das comunidades, é necessário que a escala de autoridade seja reduzida, para um controlo dos bairros a nível local. Este facto é suportado pela aparente instabilidade verificada em conjuntos habitacionais governados por estruturas hierárquicas rígidas. De outra forma, em empreendimentos de maior escala, verifica-se uma necessidade maior de planeamento e gestão centralizada.

Um sistema formado por uma multiplicidade de organizações locais a funcionar em rede permite satisfazer as demandas específicas da população e concretizar todo o potencial do investimento feito, através do *input* dos utilizadores, interessados também eles em investir no habitat, se estiverem satisfeitos com as condições que lhes foram atribuídas, contribuindo, portanto, para uma maior durabilidade do edificado e dos espaços públicos.

Quando se desfaz a suposição de que o cidadão comum está dependente de entidades especializadas para lhe providenciar os serviços básicos através da sua técnica, assistimos a uma quebra dos papéis institucionalizados, onde os consumidores se tornam produtores e administradores e por isso detêm maior capacidade de controlar as condições em que habitam.



*Fig. 27 Las Barriadas, San Martín, Peru, 1963, wordpress.com consultado em dezembro de 2019*

Não se trata aqui da autoconstrução enquanto obrigação, que constitui só por si um meio de opressão, mas de uma escolha livre e voluntária sobre a qual podemos aprender com alguns projetos levados a cabo em países em desenvolvimento, cujas ideias e metodologias podem ser aplicadas àqueles com mais recursos, como é o caso de *Las Urbanizaciones Populares* em Arequipa, no Perú (Turner, 2009).



*Fig. 28 Las Urbanizaciones Populares de Arequipa, Perú, 1957, John F. C. Turner Archive*

Em países em desenvolvimento, os *decision makers* vivem realidades culturalmente mais próximas dos beneficiários de habitação apoiada, então conseguem responder de forma mais eficiente às suas necessidades. Além disto as expectativas das comunidades desfavorecidas em relação à habitação são menores em comparação com as dos demais e a satisfação é maior devido à responsabilidade pessoal envolvida dos processos.

Por outro lado, em países desenvolvidos apesar de o Governo Central providenciar um maior número de habitações socialmente apoiadas, a deterioração prematura dos espaços, o vandalismo e a exclusão social também são exponenciados em relação a países com menos possibilidades de investir financeiramente em políticas públicas de habitação.

Assim, a gestão e manutenção dos bairros de habitação social tem vindo a ganhar relevância no âmbito das políticas públicas, como fatores tão significativos no alojamento como a construção e valoriza-se a durabilidade dos espaços como fator que torna viável o investimento financeiro no mercado habitacional.

Esta durabilidade e manutenção dos espaços depende dos esforços de preservação dos seus utilizadores e conseqüentemente da sua abertura e vontade a fazer esses esforços, de investir energia e recursos e tomar a iniciativa, mais do que das suas capacidades técnicas. Agregados familiares de menores rendimentos já estão tendencialmente mais predispostos a investir na sua habitação, porque têm uma expectativa maior em relação ao que a imagem das suas casas projeta para o exterior, como forma de representação de si próprios perante os outros, mas que para que esta vontade seja exponenciada é fundamental que se verifique algum nível de satisfação em relação ao serviço recebido ou esperado, satisfação esta que está relacionada com experiências passadas, expectativas futuras e sistemas de comparação e implica a condição indispensável de existir uma correlação entre as condições do alojamento e as prioridades dos residentes. Quando, por outro lado, isto não se verifica e o investimento das comunidades no seu habitat é menor, o potencial completo dos investimentos não se concretiza.

De outra forma, o período de vida útil dos edifícios torna-se curto quando os espaços são concebidos de forma heterónoma, resultando em blocos de alojamento uniformizados que oferecem pouca variedade de opções e assim sendo as possibilidades de se ajustarem às necessidades específicas das comunidades são diminutas, uma vez que os seus requisitos não são medidos somente pelas características formais dos espaços, mas também pelas oportunidades que proporcionam, potenciais interações sociais ou acessibilidade a serviços.

*"The live of dwelling structures has more to do with human institutions than building technologies".*

(Turner, 2009, p. 47).

Posto isto, conclui-se que as necessidades habitacionais das pessoas devem ser consideradas em termos de prioridades, sob pena de fazer investimentos ineficientes. Prioridades estas que de acordo com Turner podem ser divididas em três tipos: acessibilidades, abrigo ou posse, e cada indivíduo procura satisfazê-las na medida das suas possibilidades e de acordo com os recursos que tem ao seu dispor e princípios que valoriza, em função do seu modo de estar na vida. A acessibilidade implica a capacidade de chegar a locais dos quais depende a sua subsistência e bem-estar e a pessoas das quais depende a sua integração social; as necessidades de abrigo implicam a existência de condições de conforto e segurança face ao outro e a fenómenos climatéricos; e por fim, o sentimento de posse implica que a durabilidade da estadia num determinado espaço seja suficientemente relevante para merecer o investimento pessoal. Só com o cumprimento destes requisitos, em medidas diferentes de acordo com o indivíduo, uma habitação pode transformar-se num lar.

Em suma, ao atribuir uma habitação com melhores condições físicas ou com uma maior área habitável, o Estado está a investir fundos numa família, para quem a acessibilidade ao local de trabalho ou a possíveis fontes de rendimento ou a proximidade da estrutura familiar pode ser uma prioridade mais importante, mesmo que o objetivo da Administração seja contribuir para a justiça social e o bem-estar geral.

Isto pôde verificar-se pelos largos empreendimentos que foram edificados em Portugal, ao abrigo do PIMP ou do PER, cujos esforços se concentraram nos aspetos materiais das habitações e nas infraestruturas e nem tanto na adequação às necessidades básicas dos indivíduos e das famílias como a acessibilidade a postos de trabalho ou escolaridade. Observamos esta ocorrência no Bairro da Horta Nova, onde foram desmontadas antigas relações de vizinhança devido a uma morfologia dos modelos habitacionais pouco estimulante à interação.



*Fig. 29 Projeto PIMP do Bairro da Horta Nova, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2019*

No contexto da sociedade moderna cujo alojamento é um marcador simbólico do estrato social, em casos de realojamento massivo em grandes blocos residenciais facilmente identificáveis como bairros de habitação social, o bairro e os seus residentes continuam estigmatizados e procuram demarcar-se da má imagem do seu local de residência através do afastamento em relação a outros moradores.

Pode então dizer-se que quanto maior a dependência de uma estrutura hierárquica piramidal, maior a probabilidade de ocorrerem incompatibilidades entre a oferta e a procura em termos de alojamento, uma vez que os legisladores e administradores não compreendem as reais necessidades das famílias de baixos rendimentos, por forma a poderem ditar as regras de quem recebe o quê e em que moldes. A desumanização dos métodos usados pelo Poder Central ou grandes empresas, impenetráveis pelas forças locais, leva a dicotomias materiais e disfunções sociais e a relação uso/ valor dos largos empreendimentos habitacionais é muito baixa.

As organizações mais próximas das comunidades, por outro lado, estão mais aptas a valorizar os investimentos públicos ou de entidades privadas, tirando um maior partido dos recursos materiais e humanos na conceção de espaços esteticamente agradáveis e culturalmente simbólicos para os seus utilizadores.

De acordo com Turner (2009), os recursos pessoais mais valiosos que as comunidades aportam aos processos são a imaginação, iniciativa, dedicação, responsabilidade e poder de trabalho. Além disto, são capazes de utilizar áreas de terreno difíceis e de encontrar materiais e ferramentas de trabalho e de se organizar em grupos locais para cumprirem os seus objetivos.

Nenhum dos recursos aqui mencionados pode ser utilizado pelo Poder Supralocal sem a vontade dos indivíduos e assim a participação das comunidades desenha-se como uma forma de maximizar o potencial do investimento feito pelos sistemas centrais, em cuja participação local na produtividade desses sistemas representa vantagens económicas a longo prazo, apesar da aparente diminuição da eficiência que os projetos de Arquitetura Participativa podem acarretar.

Por outro lado, em termos sociais, o envolvimento das comunidades na construção dos habitats potencia o desenvolvimento de sentimentos de pertença e a identificação e criação de símbolos por parte da população, contribuindo, em consequência, para a manutenção dos espaços, o que em última instância tem impacto sobre toda a cidade, ao mesmo tempo que educa as pessoas para a cidadania e as informa sobre processos políticos. Aliando a isto o facto de a nossa tolerância a condições indesejáveis ser maior no caso de estarmos envolvidos e nos sentirmos responsáveis por elas, verificamos que estes processos podem aportar uma melhoria do bem-estar social em meios urbanos.

A somar ao exposto, os processos de Arquitetura Participativa podem ainda ser vistos à luz das potenciais vantagens em termos ambientais. Se o ritmo de consumo, produção e emissões poluentes não desacelerar, a biosfera vai tornar-se incapaz de produzir recursos para suportar os nossos estilos de

vida. Dito isto, a postura adotada atualmente é a de fazer mais com menos, poupar recursos através de intervenções de pequena escala, "personalizadas" e governáveis a um nível local, evitando os gastos energéticos e a exploração de meios inerentes aos grandes e descaracterizados empreendimentos modernos.

Consideramos então, que o uso da tecnologia deve ser posto ao serviço do fortalecimento dos recursos locais, ao invés da produção e transporte de materiais "de ponta" que podem ou não ir ao encontro das necessidades da população e que as preocupações devem centrar-se em provisionar materiais e equipamentos necessários às intervenções, espaço e condições para poder executá-las legalmente e habilitações técnicas para executar trabalhos de qualidade (Turner, 2009).

Contudo, se por um lado a importação de materiais requer uma logística muito complexa e cara, por outro lado, a opção pela utilização de materiais locais não poderá significar o sacrifício dos recursos naturais. Materiais escassos no local e de preços elevados podem levar os beneficiários a vendê-los e a substituir as estruturas por outras mais débeis.

Note-se ainda que a fim de gerar condições técnicas que garantam o sucesso do processo, a escolha não deverá ser exequível apenas numa fase inicial, deverá ser passível de ser intervencionada posteriormente por parte dos moradores. Então, a escolha dos materiais e técnicas construtivas deve resultar de uma análise sobre as capacidades das comunidades beneficiárias e os recursos disponíveis no local de intervenção.

Importa deixar aqui, a título de curiosidade, uma advertência de Aravena e Iacobelli (2012): quando se desenvolve uma solução de habitação convencional, 1/3 do custo total da obra é direcionado para a construção da estrutura, enquanto os restantes 2/3 são para os interiores e acabamentos. Defende-se aqui que a estrutura deve ser prioritária em termos de investimento e utilização de mão-de-obra e especializada, sendo que o restante trabalho pode estar a cargo das comunidades, através de sistemas simples, que possibilitem intervenções futuras sem supervisão e que não

impliquem a utilização de ferramentas especializadas e técnicas específicas, que podem não estar disponíveis numa fase posterior à da execução das intervenções iniciais. Deste modo, a maioria do investimento na construção da habitação pode ser controlado pelos utilizadores.

Belinda Tato e Jose Luis Vallejo (2011) defendem que a Arquitetura deve ser vista como um processo aberto, capaz de projetar-se para o futuro, possibilitando intervenções de transformação, estabelecendo-se assim uma relação de reciprocidade entre o projeto oferecido pelo desenho do Arquiteto e a personalização aplicada pelos moradores. Esta relação só pode ser obtida por meio do contacto com as comunidades e a vivência dos lugares, evitando a aplicação de estéticas estereotipadas.

*"A história da casa é resultado da história da família, e ao mesmo tempo relaciona-se com a história dos bairros, que por sua vez é recíproca à história da cidade, e por aí adiante".*

(Moreira, 2012, p. 126).

No projeto *Quinta Monroy*, construído em 2004, foi fornecido o núcleo da habitação (50% da construção), sendo que as divisões internas, que não careciam de infraestruturação, foram construídas pelos moradores.



*Fig. 30 Projeto Quinta Monroy, Chile, Alejandro Aravena / Elemental, 2004, archdaily.com consultado em dezembro de 2019*

É evidente que o investimento na construção de fogos para habitação apoiada por si só não gera retorno, por isso o investimento em infraestruturas e recursos básicos, bem como a capacitação de pessoas através de processos que potenciem meios de instrução e de criação de postos de trabalho tornam a dependência face a subsídios estatais muito menor. Para Abraham Cruzvillegas (2008), estes processos devem ser vistos como um sistema de solidariedade/ cooperação entre vizinhos e familiares e deter um caráter educativo e enriquecedor de toda a comunidade.

Dito isto, pode alegar-se que *"...it is what housing does for people that matters more than what it is, or how it looks."* (Turner, 2009, p. 96) e consequentemente o problema do alojamento não pode ser visto só em termos quantitativos, como uma necessidade de suprir uma carência concreta de um determinado número de pessoas por parte do Poder Central. Como referido anteriormente, o valor de uma habitação não reside apenas no seu custo de mercado.

A Arquitetura não se deve constituir, portanto, como um desenho abstrato, regido por um conjunto de regras previamente acordadas, de uma "arquitetura sem dono", deve ser privilegiada, por outro lado, a resposta às necessidades concretas da população, às quais os arquitetos devem atender à luz do saber técnico obtido.

*"... entendendo o arquiteto, nesse sentido, como um mediador "ético-cultural", que busca, através da proposição e da crítica, expressar-se sobre questões mais amplas envolvendo o seu ofício."*

(Kamimura, 2013, p. 2).

A vertente social da prática do ofício da Arquitetura e a reflexão sobre o papel do Arquiteto em servir a sociedade, bem como o envolvimento das comunidades neste processo são questões que têm vindo a ganhar destaque sobretudo desde a segunda metade do último século e sobre as quais se debruçaram uma série de arquitetos relevantes e organizações no panorama internacional, de entre os quais se destacam:

Oscar Niemeyer, apresenta-se como um dos primeiros arquitetos da História a repudiar as práticas arquitetônicas que visavam apenas servir os mais abastados e a refletir acerca das questões sociais relativas à profissão do Arquiteto, afirmando que a arquitetura moderna se havia limitado "*à construção de prédios isolados, edifícios públicos e casas burguesas, obras que logicamente deveriam fazer parte de um Plano Diretor, ajustado indistintamente a todos os problemas sociais e urbanísticos*".

(Niemeyer, 1946 in Kamimura, 2013, p. 5).

Para Hassan Fathy (2009), o Arquiteto devia assumir o papel de um consultor ao serviço das aspirações das comunidades, aproveitando os métodos e os materiais de construção locais. A cidade de Nova Gourná foi desenhada como um processo de realojamento no qual os próprios habitantes poderiam construir as suas casas e equipamentos públicos, contudo encontrou alguns obstáculos por parte da comunidade, que não se queria ver envolvida na construção e não se identificava com modelos mais rústicos, não característicos de um estilo de vida moderno. Apesar disto, esta experiência levada a cabo entre 1946 e 1953 constituiu o ponto de partida para a escrita do seu livro "*Arquitetura para os pobres*", que teve um enorme impacto na consolidação de metodologias de projeto e trabalho com as comunidades.



Fig. 31 Cidade de Nova Gourná, Egípto, wmf.org consultado em dezembro de 2019

Após o 9º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em 1953, por sua vez, a Team X, um grupo informal de arquitetos reúne-se para contestar os processos tradicionais de concepção da arquitetura, regidos pelos princípios normativos da Carta de Atenas.

Destacam-se neste âmbito Giancarlo de Carlo, com o seu trabalho na Vila Matteotti ou Ralph Erskine, que também defendiam o envolvimento das comunidades no processo de trabalho dos arquitetos, como uma parte vital do dever do Arquiteto para com a sociedade. Tal como defende Peter Collymore: "*Their architectre is based on two fundamental precepts: the buildings must be related to the climate and to the people who will inhabit and use them*".

(Collymore, 1985, p. 28).



*Fig. 32 Vila Matteotti, Italia, Giancarlo de Carlo, 1974, divisare.com consultado em dezembro de 2019*

A partir de então, por volta dos anos 60, foram surgindo vários movimentos sociais e grupos informais contestatários das normas vigentes, lançando novas teorias e abordagens à Arquitetura e ao Planeamento Urbano.

Paul Davidoff (1965) destaca-se por defender a existência de um mediador ou facilitador entre as pessoas e os técnicos, por forma a melhor responder às necessidades das comunidades.

Em 1969, o Relatório de Skeffington é elaborado e constitui-se como um marco legal para a participação ativa dos cidadãos, passando a integrar os mecanismos participativos nos processos de planeamento na legislação de alguns países.

No mesmo ano Sherry Arnstein (1969) elabora uma teoria sobre os níveis e normas de participação, na sua obra "*A Ladder of Citizen Participation*", que muito resumidamente define os passos dos processos participativos de acordo com a seguinte ordem: 1) Informação, 2) Consulta; 3) Debate; 4) Consenso e 5) Delegação e 6) Controlo dos cidadãos, como podemos observar na figura abaixo.

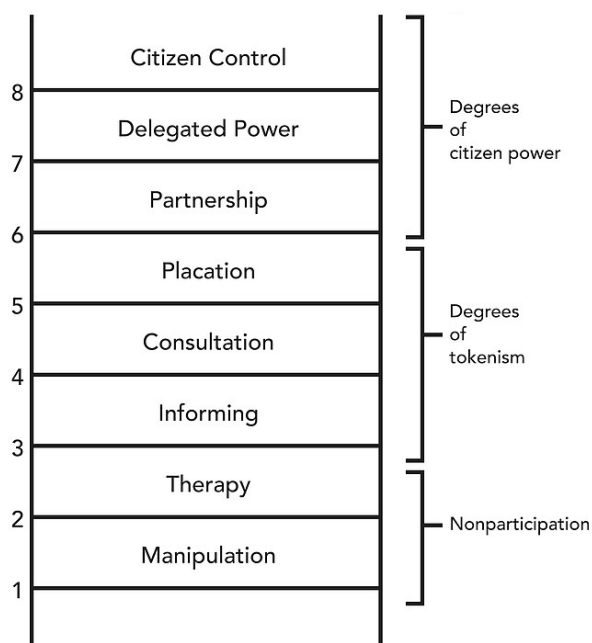


Fig. 33 Ladder of Citizen Participation, Sherry Arnstein, [connectionnewspapers.com/](http://connectionnewspapers.com/) consultado em dezembro de 2019

John Turner tentou, de igual forma, realçar a capacidade que as populações demonstram na resolução dos problemas habitacionais, envolvendo-se com as comunidades e testando processos participativos na construção, promovendo sistemas de autogoverno e a valorizando a necessidade de economização de energia, recursos e meios.

Assume-se ainda relevante destacar as práticas de Shigeru Ban ou Alejandro Aravena, que procuram aliar a investigação académica à execução dos projetos, de acordo com uma lógica de diálogo entre as entidades empresariais geridas pelos próprios e as comunidades, em abordagens que lhes têm permitido explorar soluções criativas e inovadoras para "*emocionar as pessoas e melhorar as suas vidas*". (Shigeru Ban in Quinejure, 2011, p. 9). A persistência e continuidade dos seus trabalhos tem-lhes permitido afinar as metodologias, desde a avaliação das necessidades das populações e disponibilidade de recursos até a fase da construção, tirando proveito da capacidade dos futuros ocupantes, para que com as suas capacidades possam proceder à transformação das suas habitações.



*Fig. 34 Paper Log Houses, Shigeru Ban, Índia, 2001, archdaily.com consultado em dezembro de 2019*

Em finais da década de 60 destaca-se ainda a importância dos escritos de Henry Lefebvre, que na sua obra "O Direito à Cidade" (2011) defende o direito à participação ativa dos cidadãos na transformação da Cidade, valorizando as pessoas enquanto coautoras dos processos de planeamento e conceção urbana e arquitetónica.

Mais recentemente, devido às catástrofes naturais que têm vindo a tomar lugar um pouco por todo o mundo e a deixar milhares de pessoas desalojadas, aguçou-se o interesse pelas formas de construção com o envolvimento das comunidades, por força das necessidades de promover a economia de recursos e rapidez de processos. Desta forma, têm aparecido nos últimos anos cada vez mais programas humanitários levados a cabo por associações que presam o envolvimento em ações coletivas de carácter colaborativo para a criação de abrigos capazes de responder de forma eficaz à mais ampla variedade de circunstâncias, cujos métodos têm vindo a ser largamente difundidos para que possam ser tiradas considerações que possam ser aplicadas a outros contextos.

O sistema cooperativo encontra a sua essência no trabalho voluntário e no apoio financeiro de entidades públicas e privadas, derivado de uma nova consciência mais pluralista da Arquitetura. Os projetos conduzidos pelo Atelier Elemental são bons exemplos desta prática, na medida em que promoveram diversos fóruns e discussões, nas quais as intervenções foram sendo moldadas de acordo com as necessidades das comunidades. Destaca-se aqui a importância da criação de oficinas de trabalho participativo, onde é estabelecida *a priori* a parte da habitação que vai ser construída através de subsídios e aquela que será *a posteriori* construída individualmente, onde foram feitas inclusive algumas advertências de carácter estético e arquitetónico no sentido de as ações individuais não prejudicarem a linguagem do conjunto (Aravena e Iacobelli, 2012).



*Fig. 35 Villa Verde Housing, Chile, Elemental, 2010, archdaily.com consultado em dezembro de 2019*

Em 1993, através do programa *Rural Studio*, DK Ruth e Samuel Mockbee integraram a vertente educacional nos trabalhos com as comunidades, com a participação de estudantes de arquitetura na construção de novas habitações, aproximando-os da vertente prática do seu trabalho através do envolvimento no contexto local, que ao mesmo tempo servia o propósito de ajudar as comunidades necessitadas.

Em 1994 surge a plataforma de divulgação e debate de experiências *Humanitarian Practice Network at the Overseas* que tem vindo a disponibilizar relatórios e ensaios sobre trabalhos realizados por Organizações Não Governamentais no terreno, bem como o jornal *Humanitarian Exchange Magazine*, que revela casos de estudo de boas práticas um pouco por todo o mundo.

Em 2006 a ONG *Architecture for Humanity* editou um compêndio de projetos inovadores de resposta às necessidades urgentes de populações em situações de carência, chamado "*Design Like You Give a Damn: Building Change from the Ground Up*", que inclui testemunhos e registos pessoais produzidos pelos protagonistas das operações e populações beneficiárias.

Enuncia ainda a vontade de alargar abordagem das suas práticas a questões relacionadas com a sustentabilidade construtiva e o uso estratégico dos recursos.

Em 2008 o conjunto *Shelter Projects* introduz um sistema de avaliação do impacto real das suas intervenções, ferramenta essencial de aprendizagem, enquanto que o Programa das Nações Unidas *Un-Habitat* mantém a missão de promover a construção de cidades sustentáveis a nível ambiental e social, procurando colmatar as lacunas habitacionais em territórios problemáticos através de parcerias com governos, autoridades locais e a sociedade civil.

Em Portugal a investigação em torno de processos participativos teve a sua maior expressão através de experiências levadas a cabo pelo SAAL entre 1974 e 1976, que apesar de apresentar poucas concretizações em termos práticos, foi capaz de promover um amplo debate em torno das metodologias de projeto em função da riqueza e diversidade de contextos, que veio a ser considerado modelo de análise difundido um pouco por toda a Europa.

Nos anos 90, depois da entrada do nosso país na Comunidade Económica Europeia em 1986 e com o apoio do Fundo Monetário Internacional surgem os Orçamentos Participativos como mecanismos informais de gestão urbana com a participação dos cidadãos. Trata-se de fundos atribuídos para a execução dos projetos aprovados em votação, depois das propostas terem sido apresentadas e de sofrerem uma triagem por parte dos municípios ou freguesias.

Atualmente, para além da definição da participação pública no sistema formal de planeamento e gestão territorial, assiste-se à formação de coletivos constituídos por equipas multidisciplinares que procuram promover práticas com o envolvimento das comunidades locais, contribuindo para a utilização mais consciente dos recursos do planeta, com a adoção técnicas tradicionais e materiais locais. A opção por um sistema de construção tradicional, aliado a novas possibilidades de garantir sistemas construtivos mais seguros, permitem a utilização da mão-de-obra dos futuros utilizadores,

ao mesmo tempo que os dota de capacidades que se podem constituir como um impulso ao desenvolvimento local e inserção social.

*"...adquirido ao longo de gerações, poderemos mais facilmente criar uma arquitetura sustentável, enriquecida com o saber contemporâneo e adaptada às necessidades de hoje, em contraponto à novidade pela novidade, que tanto caracteriza a prática arquitectónica dos nossos dias".*

(Blaanc, 2011, Baptista e Malâneo, 2011, p. 105).

O atelier *2012 Architecten* desenvolveu o conceito *Superuse*, que consiste na utilização de materiais recuperados perto do estaleiro de obra, utilizando-os no seu estado original por forma a evitar o investimento na transformação dos materiais.



*Fig. 36 Aplicação do conceito de Superuse no projeto Recycled Playground, Holanda, 2012 Architecten, 2008, landezine.com consultado em dezembro de 2019*

Exige a conceção das obras de acordo com princípios de flexibilidade que viabilizem a adaptabilidade das intervenções à medida que vão surgindo novos materiais, cujo exemplo de aplicação podemos observar no projeto *Diez Casas para Diez Familias*, em Guadalupe, no México, desenvolvido entre 2009 e 2010 pela Ball State University College of Architecture and Planning para famílias de baixos rendimentos.



*Fig. 37 Processo de construção do Projeto Diez Casas para Diez Familias desde a casa original até à construção modular com vigas de aço, México, 2009-2010, 2012 Architecten, "Design Like You Give a Damn: Building Change from the Ground Up"*

No nosso País, destacam-se também alguns exemplos bem conseguidos de processos participativos que tomaram lugar na última década, de entre os quais destacamos, em Lisboa:

A Cozinha Comunitária em Terras da Costa, Almada, projeto a cargo do Coletivo Warehouse em colaboração com o Ateliernob, cujo processo se pretende aqui enfatizar, mais do que o resultado final. Uma intervenção cujo principal objetivo foi trazer água ao bairro, criando ao mesmo tempo um espaço de reunião entre moradores, numa zona sem eletricidade e água canalizada onde o tráfico de droga era uma realidade sobre a qual a câmara municipal não tinha capacidade de dar resposta às dificuldades da população. Para isto, através de um processo de discussão com a comunidade residente, fomentado pela organização de eventos paralelos que potenciaram o envolvimento local, chegou-se à conclusão de qual seria o programa mais indicado, que forma tomaria e onde se localizaria.

Foram levados a cabo jantares, festas de angariação de fundos e reuniões para atrair o interesse dos mais diversos atores e contou-se com uma rede de voluntários internacional, responsável por garantir as condições de segurança, alojamento e alimentação durante os trabalhos.

A nível de materiais, procurou-se financiamento e apoios de carpintarias locais e grandes empresas para cortar nos custos com empresas de construção.



*Fig. 38 Cozinha Comunitária Terras da Costa, Almada, local de intervenção, Coletivo Warehouse e Ateliernob, 2015, archdaily.com consultado em dezembro de 2019*



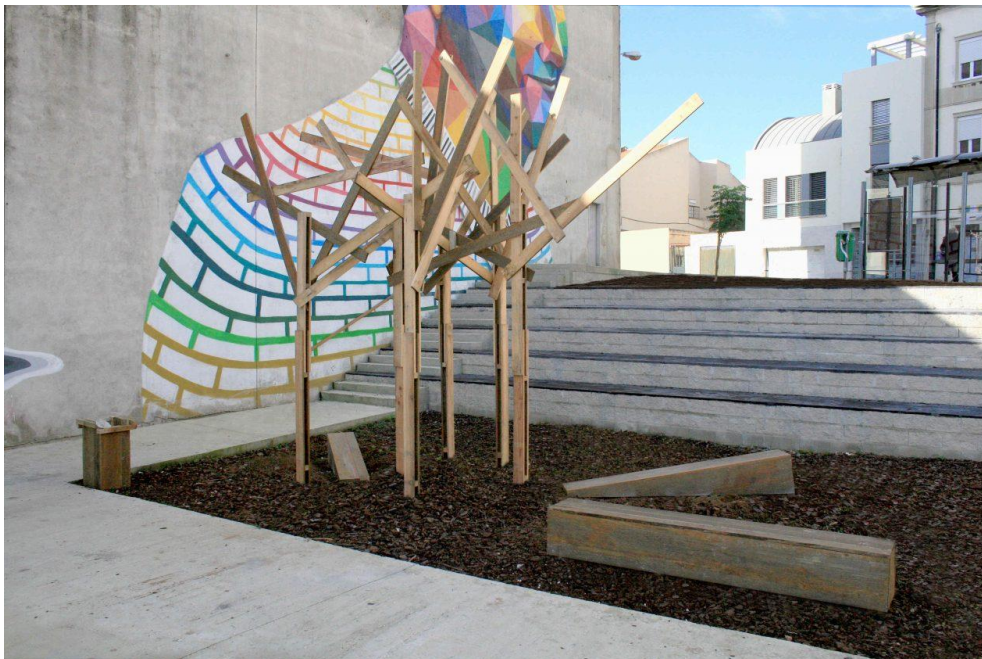
*Fig. 39 Cozinha Comunitária Terras da Costa, Almada, Coletivo Warehouse e Ateliermob, 2015, archdaily.com consultado em dezembro de 2019*

No âmbito de um bairro BIP/ZIP e também a cargo do Coletivo Warehouse e do Ateliermob, com o auxílio de estudantes universitários, é de referir o Parque Intergeracional de Marvila. Um parque público para crianças e idosos, construído com o auxílio de diversos voluntários e membros da comunidade local num lote abandonado situado no antigo bairro lisboeta.

Numa zona deslocada da cidade e de acessos precários, com uma população maioritariamente envelhecida, foi verificado após algumas visitas ao local e conversas informais que era importante para os moradores a existência de um espaço de interesse para as crianças que incentivasse a visita de familiares e a interação com novos visitantes.



*Fig. 40 Parque Intergeracional de Marvila, Lisboa, processo de construção, Coletivo Warehouse e Ateliermob, 2015, warehouse.pt consultado em dezembro de 2019*



*Fig. 41 Parque Intergeracional de Marvila, Lisboa, Coletivo Warehouse e Ateliermob, 2015, mar-vila.org consultado em dezembro de 2019*

Após esta análise, considera-se que a autoconstrução e os processos de Arquitetura Participativa podem ser bem-sucedidos quando os projetos são simples e as técnicas familiares, onde a resposta aos problemas se dá por meio do encadeamento de múltiplas operações e atividades a curto prazo. De outra forma, quando as operações atingem dimensões demasiado grandes ou complexas, a participação local torna-se um entrave à eficiência e rapidez da execução das intervenções.

Quando a relação custo/produzividade é desfavorável, os processos participativos não são opções estratégicas vantajosas: em grandes empreendimentos modernistas o sistema de gestão não deve estar a cargo de pequenas autoridades locais e capacidade de ação sobre eles por parte das comunidades está limitada devido a diversos tipos de condicionalismos. A altura dos edifícios, os materiais e técnicas de construção utilizados e a rigidez das estruturas que não possibilita a separação entre propriedades podem tornar as intervenções pontuais difíceis, de qualidade precária em relação ao desejável e até trazer prejuízo ao conjunto.

A somar a isto, a prática de processos participativos encontra obstáculos no conflito entre os interesses e competências dos intervenientes e no elevado custo dos recursos que por vezes se constitui como um entrave à execução dos projetos, bem como no tempo empregue com a formação das comunidades, que deverão ser ponderados em termos de se apresentarem uma vantagem global ao objetivo pretendido.

Dependendo dos objetivos a atingir, do tempo a despende e dos recursos disponíveis, os processos participativos nem sempre podem ganhar forma por meio do envolvimento direto das comunidades da execução prática das intervenções.

Contudo, existem diversas outras formas através das quais os cidadãos podem estar contemplados na tomada de decisões e na conceção dos projetos. Podem dar-se por meio de técnicas ativas, como conversas informais com a população visada, inquéritos, debates ou maquetes, ou passivas, por meio de visualizações e recolha de informação acerca do local.

Assim, uma vez que nem sempre é possível ou desejável a participação das comunidades na execução das intervenções, existem um sem número de outras formas que podem integrar os contributos da população local na conceção dos projetos, através do *input* que a sua experiência e conhecimento prático pode aportar ao trabalho dos profissionais especializados. Passeios guiados, montagens fotográficas, concursos de ideias, ou lançamento de dados por meio de gráficos para a tomada de consciência da visão da população em relação ao espaço, bem como maquetes onde as imagens podem tornar-se mais claras, inquéritos locais para recolha de informação ou grupos focais para a interação com as comunidades e debates sobre determinadas questões podem ser fundamentais para enriquecer a visão dos arquitetos sobre os locais por forma a adequar os seus projetos às necessidades reais da população a que se destina a sua obra.

Os gabinetes de gestão local nos bairros municipais podem servir como espaços de apoio a estes encontros onde os técnicos e equipas de apoio aos projetos se reúnem com as comunidades em processos abertos de desenho, maquetes, fotos, montagens ou simplesmente para a discussão conjunta de ideias.

O Método Delphi é baseado no princípio de que as previsões elaboradas por um grupo estruturado de especialistas são mais precisas quando comparadas com as de grupos informais ou de indivíduos em particular. Desta forma podem ser desenvolvidas ideias representadas em painéis ou de forma virtual e interativa.

O Processo Ringii busca, de igual forma, a aprovação de uma proposta iniciando a sua trajetória de aprovação de baixo para cima na hierarquia da tomada de decisões, num esquema em que todos dão a sua opinião sobre determinada ideia indiscriminadamente.

O Method Map, por sua vez, parte da definição de objetivos para um determinado local, relacionados com as necessidades aí presentes e as motivações para o estudo ou trabalho no local; seguidamente procura-se

compreender o local de forma holística, por meio da recolha de dados, trabalho de campo e posterior representação dessa informação; findos esses passos deve ser desenhada uma estratégia de atuação dentro dos limites impostos pelo local e explorando as suas potencialidades, e por fim estimular a mudança, procurando garantir a concretização dos projetos e a sua continuidade, dotando as comunidades das capacidades necessárias para garantir a sua autonomia e longevidade.



Fig. 42 Workshop "Projetar a Cidade com a Comunidade", Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017

O que aqui se pretende é dar voz aos cidadãos, de modo a que sintam que têm uma palavra a dizer no que diz respeito às políticas que lhes são impostas ou às formas construídas que vão condicionar os seus estilos de vida, em atividades que promovam a inclusividade. As propostas apresentadas deverão assim corresponder a intervenções úteis, pertinentes e valorizadas pelos seus utilizadores.

Para concluir, a Arquitetura Participativa que aqui se valoriza, visa a vinculação das formas construídas ao território e ao utilizador, questionando as convenções e metodologias tradicionais e incitando o papel ativo da Comunidade no desenho da paisagem urbana e na construção de espaços

que venham suprir as necessidades reais dos utilizadores. Sabemos que esse papel nem sempre se pode manifestar na mesma medida e com a devida importância, mas adaptado ao contexto e no caso de constituir um benefício geral para a construção da Cidade.

Defende-se que a aposta na emancipação do cidadão e no seu envolvimento nas intervenções levadas a cabo por arquitetos e urbanistas, de maneira direta ou indireta, dá origem a projetos em relação aos quais os utilizadores estão positivamente conectados, com os quais estabelecem ligações de identificação e simbolismos, e desta forma é melhorada a sua satisfação em relação ao espaço físico, que tendencialmente será mais bem cuidado e por isso terá uma maior durabilidade. Por outro lado, constitui ainda um meio de economizar recursos, educar as comunidades e dotá-las de capacidades para a transformação dos habitats, o que se afigura como uma mais valia em termos políticos, sociais e económicos.

## *VII. INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NO ESPAÇO ARQUITETÓNICO COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO LOCAL E AGREGAÇÃO SOCIAL*

---

Por fim, como resposta à questão da identificação positiva com o lugar e criação de sentimentos de pertença comunitária, é lançada a hipótese do potencial das intervenções artísticas nos espaços arquitetónicos. Assim, no decorrer deste capítulo será desenvolvida a importância dos aspetos sensoriais na nossa relação com o meio físico e de que forma a Arte Pública pode contribuir para a valorização local e coesão social, através da análise de alguns exemplos que se consideram pertinentes.

Em primeiro lugar, importa definir as cidades em que habitamos, nos movimentamos e interagimos enquanto organismos vivos cuja forma resulta de momentos de transformação sociais e culturais. O impacto que o desenho urbano exerce sobre os seres humanos prende-se com o modo como essas transformações no tempo são capazes de acompanhar os diferentes padrões de vida social, formas de uso e identidades.

Neste âmbito, pode ser construída uma relação com o lugar e o espaço urbano pode definir-se também com um espaço social e emocional coletivo, onde são criados significados e imagens através das experiências que nos são proporcionadas pela ativação dos nossos sentidos, emprego das materialidades, cores e luz.

Tal como menciona Lynch (1960), os vínculos que estabelecemos com a Cidade dependem da sua constituição física e da representação mental que fazemos dela ao longo do tempo. Significa isto as vivências que experienciamos através das imagens apreendidas dependem da significação que lhes atribuímos, determinada pelas nossas necessidades, memórias, aspirações ou valores.

Em contraponto à crença cega na experiência dos sentidos e da percepção, basilar para a Ciência Moderna, a visão descrita parte do pressuposto de que

um objeto nunca está dado no mundo, o seu sentido só pode ser construído na relação com o sujeito.

Assim, a experiência sensível não existe em abstrato, é condicionada por dados culturais e inúmeros fatores subjetivos aos quais o indivíduo confere um sentido particular.

Deste modo, a relação das pessoas com os espaços não se circunscreve à satisfação das suas necessidades básicas de abrigo, mas por outro lado pode representar um desejo, quando a necessidade de proteção se torna um símbolo de realização pessoal, abrigando as nossas memórias e imaginação.

*"A arte e o design social urbano evidenciam a importância do espaço como instância de mediação de experiências desejadas, imaginadas e vividas."*

(Remesar, 2007 in Simões, 2015, p. 60).

Depois da crise na relação entre a Arte e o Urbanismo vivida durante a Revolução Industrial, onde a Arte era vista somente como forma de embelezar a Cidade ou utilizada com funções comemorativas, esta recupera no último século o seu valor social, tornando-se um veículo de emancipação do indivíduo, dando-lhe voz e poder de ação para que possa deixar a sua marca na cenografia urbana, revelando-se então a Arte como uma forma de expressão democrática.

Assim, a partir de meados da década de 1950, tanto nos Estados Unidos como na Europa, servindo o propósito de reanimar as cidades pós-industriais em declínio, os artistas procuram uma nova relação com a cidade e o ambiente, marcada por uma maior proximidade com o utilizador. As lacunas no planeamento urbano de outrora tinham tornado as cidades permeáveis e passíveis de serem apropriadas pela singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva da população.

Neste cenário surge-nos o conceito de "Estética Relacional", enunciado por Nicolas Bourriaud (2009): a Arte emancipa-se em relação aos espaços expositivos, criando nos artistas o ímpeto da libertação dos

constrangimentos formais clássicos e dando origem ao aparecimento de movimentos artísticos informais ou efêmeros como o *graffiti*, a *Pop Art* ou as performances.

A Arte Pública, além de um elemento estético que dinamiza a Cidade, configura-se também como símbolo de um determinado lugar pelo reflexo das experiências das comunidades, construindo assim um discurso formal que perpetua a memória daquele lugar e faz perdurar no tempo a sua herança. Para Remesar (1997), a Arte Pública é a prática social que dá sentido à paisagem urbana, atribuindo sentido e significado a uma determinada área territorial através da componente estética.

Na mesma linha de pensamento, Pedro Brandão (2011), em "*O Sentido da Cidade*", considera que a memória de um lugar é constituída por camadas, pelas diferentes vivências de cada pessoa, pelas memórias coletivas e pelas memórias associadas à história do próprio lugar, marcado por determinados acontecimentos que formam a sua narrativa. Quer isto dizer que um espaço urbano simbólico é um elemento da estrutura urbana capaz de representar alguma dimensão relevante da vida dos grupos sociais que o frequentam.

Não obstante, nas últimas décadas temos vindo a assistir a uma valorização crescente da preocupação com a imagem, condição cultural que afeta todas as áreas da atividade humana. Augé (1998) enuncia esta tendência atual como uma "invasão de imagens" e assume que afeta a nossa vida quotidiana ao ponto de não se conseguir distinguir o que é informação, publicidade ou ficção e que em conjunto com a aceleração dos ritmos de vida impostos pelo desenvolvimento dos meios de transporte e vias de comunicação, veio a traduzir-se numa alteração constante dos padrões de representação da sociedade através das formas físicas e conseqüentemente a exigir uma mudança na natureza do ato projetual por parte do Arquiteto.

Pode então afirmar-se que a velocidade de transformação nos modos de viver desajusta o modo de espacialização contemporânea e dificulta a articulação entre o espaço construído, a materialização das formas, e o espaço vivido, aquele que é de facto percebido pelos seus utilizadores.

Desta forma, o Design Urbano tem tido um papel determinante ao procurar estruturar um conjunto de estratégias que resignifiquem os lugares à luz dos valores sociais e culturais vigentes, procedendo a uma reconfiguração material levada a cabo devido a uma complexidade de motivações simbólicas, ideológicas económicas e sociais e imprimindo na paisagem humanizada determinadas qualidades expressivas e morfológicas próprias inerentes a um contexto.



*Fig. 43 Pintura mural no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017*

É neste sentido que se apresentam os espaços públicos como lugares polissémicos, cuja apropriação e inter-relação entre formas espaciais e práticas sociais potencia manifestações de criatividade. Assim, a sua transformação por meio de operações artísticas estimula a convivência de diferentes usos, evitando que se transformem em espaços residuais, fontes de insegurança a propícios a vandalismo, ao mesmo tempo que são criadas possibilidades de impulsionar atividades de lazer, culturais, educacionais e até o comércio local.

À medida que aumenta a complexidade das relações e das referências, os elementos estruturais e figurativos do espaço tendem a criar efeitos,

experiências sensoriais e percepções que conduzem à descoberta de novas dimensões que os espaços podem assumir. Para Lynch *"To heighten the imageability of the urban environment is to facilitate its visual identification and structuring."*(Lynch, 1960, p. 95).

Verifica-se, então, uma necessidade para atrair para o objeto através do uso da cor, luz, materialidade ou texturas que respeitem as sensibilidades dos utilizadores da cidade.

Para Kevin Lynch (1960), a experiência espacial de um lugar é essencialmente sensorial, é a percepção a que acedemos através dos nossos sentidos e que é condicionada pela envolvente construída, na medida em que define o modo como apreendemos o som, a luz e as formas.

Em suma, desenha-se então o espaço urbano como lugar de materialização sensorial na medida em que exista um planeamento estratégico participativo e multidisciplinar, onde a Arte pode desempenhar um papel determinante no processo de interação cultural e social, assumindo-se como uma ferramenta válida na reconversão de áreas problemáticas e não consolidadas, que através do redesenho do espaço urbano podem beneficiar de melhorias na imagem local e da melhoria das relações interpessoais.



*Fig. 44 Arte urbana no Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017*

Pode então considerar-se que nas últimas duas décadas a Arte Pública passa a ser concebida como veículo de regeneração urbana, não só como forma de embelezamento de edifícios, mas também como geradora de novas possibilidades de apropriação do espaço urbano.

*"Art returns to play a primary role in designing the city and artists are more and more asked to use their sensitivity in order to transform "spaces" into "places."*

(Salice, 2011, p. 66).

O documento *"The Economy of Culture in Europe"* (2006, p. 25), por sua vez, enuncia que *"o campo das artes é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento local (...) ajuda a reforçar a integração social e assegura a coesão territorial"*.

A somar a isto, no âmbito da agenda europeia de transformação das políticas de regeneração urbana em torno de áreas urbanas degradadas, a participação dos cidadãos é vista como um ponto de vantagem inovador. Às

comunidades é requerida a capacidade de superar a sua condição de “consumidores passivos”, para contribuírem positivamente para a valorização dos habitats.

Esta participação na construção do espaço físico aumenta a confiança dos atores locais, desenvolvendo a sua autoestima e inculcando em si um sentido de pertença a um determinado território, o que potencia a vontade de investir criativamente sobre ele.

Entende-se, então, que embora seja difícil de avaliar o seu impacto sobre o território em termos quantitativos, o desenvolvimento das indústrias culturais e artísticas fomenta o crescimento económico, no sentido em que uma imagem da cidade enquanto espaço dinâmico e vibrante promove a atração de novos visitantes e investidores.

Por conseguinte, os profissionais da área cultural necessitam também eles de ser reconhecidos como importantes agentes urbanos e alguém que através do seu trabalho tem a capacidade de estimular a criatividade e promover a capacidade crítica das comunidades.

Então, o desafio que se coloca aos setores políticos e administrativos de incorporarem em si competências artísticas e culturais deve ser encarado com abertura, no sentido de pouco a pouco se ir formando uma organização multidisciplinar onde a participação e a cidadania se desenvolvem em conjunto, promovendo a competitividade dos territórios através da valorização das heranças culturais locais em conjunto com a aposta em novos projetos para intervenções que ressalvem as especificidades do contexto físico e social em questão.

Perante a emergência de padrões culturais provenientes de um mundo cada vez mais globalizado, verifica-se a tendência para a diferenciação enquanto fator de atratividade, onde o desenho urbano pode ser utilizado como um meio de distinção de local para local de crescente importância. Deste modo, os atuais valores da economia urbana que testemunhamos reivindicam um novo ambiente físico que os suporte e inculquem nos municípios a pressão de desenvolver um sentido de distinção local em termos culturais, promovendo

o orgulho cívico das comunidades locais e a sua ligação emocional aos espaços. Surgem-nos assim, apropriações informais do espaço público como alternativas formuladas pela população para satisfazer as suas necessidades, enquanto que amenizam as perdas de autenticidade do património local.

Conclui-se então, que a noção de planeamento cultural se baseia numa formação interdisciplinar, composta por elementos da economia urbana e regional, história, sociologia, política, geografia e planeamento (Bianchini e Parkinson, 1993) e a sua associação com o planeamento urbano tem vindo a ganhar expressão no contexto das políticas europeias.

Neste contexto surgiu o ideal de “Cidades Criativas”, que devem estimular a mobilização das pessoas em tornos de projetos de desenvolvimento comunitário como forma de regeneração urbana. Considera-se, pois, que a Arte Pública deve contribuir para tornar os espaços públicos, praças, ruas, passeios e edifícios em elementos mais atrativos e funcionais e do interesse do maior número de pessoas quanto possível, possibilitando a interação ente indivíduos de diferentes origens, estratos sociais e faixas etárias.

Assim, quando os espaços públicos se desenham como cenários para os quadros de vida das comunidades, podem funcionar como substitutos temporários dos espaços privados ou em complementaridade com os mesmos, criando a necessidade e o desejo de investir neles por parte dos cidadãos. Este processo através do qual a identidade individual é associada à personalização dos espaços estará na base do enriquecimento de uma ampla variedade de habitats.

Neste âmbito, Hertzberger (1999) considera que quanto mais influência exercermos sobre o espaço que nos envolve, mais emocionalmente envolvidos estamos e por consequência, com mais cuidado o tratamos.

No entanto, regidas por princípios capitalistas, as imagens que as cidades têm interesse em veicular podem confundir-se com a real representação das comunidades, numa sociedade onde a produção do espaço é influenciada por valores comerciais que se sobrepõem ao valor do uso. Movidos pelas necessidades de competitividade económica e a fim de tornar as cidades

atrativas às massas turísticas com poder de compra, os governos procuram instituir uma imagem ideal de cidade, para Rem Koolhaas (1995) as “Generic Cities”, são destituídas de identidade própria. Resultando isto numa diminuição da participação dos intervenientes diretos na construção do capital social urbano e das marcas da sua experiência quotidiana, que podem por si só constituir um fator de atratividade local.

Para Lefebvre (2011) o valor de uso associa-se à apropriação pelos cidadãos, enquanto o valor de troca está ligado à dominação, quer isto dizer que a leitura do espaço público enquanto dominação implica processos verticais que alteram o carácter dos espaços públicos das cidades e não realidades socialmente construídas pelos seus utilizadores. Por outro lado, no caso da apropriação da cidade pelo uso, as relações estabelecidas revelam-se como uma metáfora das trajetórias pelo espaço das pessoas no seu quotidiano, modificam-se e são modificadas e conferem uma significação aos lugares.

Desta forma, o espaço urbano constitui um campo moldado tanto pelo Estado, como pelas camadas sociais que ocorre em paralelo, mas onde a dinâmica de produção capitalista fez com que a primeira se sobrepusesse à segunda.

*"A experiência corporal da cidade é o exato oposto da imagem urbana fixada por um logotipo publicitário."*

(Jaxques e Jeudy, 2006 in Souza e Braz, 2015, p.74).

Deste modo, a desigualdade entre a oferta cultural no centro da cidade e em bairros periféricos aguça-se, até devido à crescente privatização de espaços públicos, o que contradiz a ideia de heterogeneidade, acessibilidade e, no fundo, de democratização dos espaços. Os novos meios urbanos reforçam assim as desigualdades e separações sociais e neste âmbito é pertinente falar do “Direito à Cidade” de Lefebvre (2011), enquanto direito à apropriação de um espaço, maximizando o seu uso independentemente do poder socioeconómico da população e dessa forma revalorizar os espaços públicos por forma a reconstruir continuidades no seio de um ambiente urbano.

De outro modo, o pensar a rua e o espaço público como palcos de expressão artística e política das comunidades leva-nos à reflexão acerca da espetacularização urbana como forma de repressão de manifestações sociais, dado que a territorialidade, ou a necessidade de deixar a nossa marca no território e nos demarcarmos perante dos demais contra as suas intrusões, é um dos mais básicos instintos do ser humano.

Parece consensual num plano teórico que a imagem de uma cidade não deve ser só uma questão de *marketing*, deve ser reflexo de iconografias e narrativas da realidade dos elementos que compõem a identidade de um determinado local. Para Caetano e Bezzi (2010) a transformação do espaço além de envolver o domínio, controlo ou tomada de poder, requer uma apropriação simbólico-cultural, relacionada com vivência quotidiana e com os ritmos de vida e em consequência disto, os espaços assumem configurações diferentes de acordo com as culturas e mentalidades, o que resulta na mais vasta diversidade de ambientes socialmente construídos.

Posto isto, pode considerar-se que afetas a um determinado espaço encontram-se as possibilidades de uso diretamente sugeridas pelo ambiente construído, mas também as possibilidades que o ser humano é capaz de desenhar, motivadas pelos seus desejos e aspirações.

Os observadores do espaço público sugerem cada vez mais a necessidade da existência de espaços públicos não regulamentados: *slackspaces* ("espaços de folga") ou *loosespaces* ("espaços de diversidade"), como zonas capazes de servir funções sociais úteis, derivadas das necessidades das comunidades (Worpole e Knox, 2008).

Assim, na tentativa de conquistar o seu espaço, alguns grupos encontram na transgressão de limites arquitetónicos novas maneiras de produzir espaços, como forma de superação em relação aos constrangimentos físicos impostos pelos projetistas, como podemos observar pelo exemplo de *skaters* que se apropriam de bancos ou estudantes que povoam escadarias com as suas atividades lúdicas.

Ao Arquiteto ou Urbanista é incumbida a missão de diferenciar os espaços não por meio de funções pré-definidas, mas através de diferentes dimensões e tipologias de materiais utilizados, de modo a que os espaços ofereçam diversas possibilidades de uso aos diferentes grupos de utilizadores, criando lugares multifuncionais e inclusivos que encorajem a experimentação e a criatividade de forma democrática.

Deste modo, conclui-se que na dinâmica contemporânea de apropriação do espaço existe uma relação recíproca, onde o espaço proporciona algo à pessoa e a pessoa através da sua ação contribui para o enriquecimento do espaço. Após esta análise, tem-se vindo a verificar que a ação humana em intervenções de pequena escala em ruas e quarteirões resulta muitas vezes em melhorias significativas nas condições de habitabilidade no seio das cidades.

À luz desta visão podemos falar do conceito de "Urbanismo Tático" como uma abordagem de construção da Cidade definida sumariamente pelos seguintes traços, de acordo com Lydon *et al.* (2014): uma abordagem consciente e gradual aos problemas para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para responder aos desafios do planeamento à escala local; um compromisso a curto prazo e de expectativas realistas; uma atividade de baixo risco com possibilidades de gerar recompensas relevantes; e por fim, o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de capacidade institucional entre organizações públicas, privadas, não lucrativas e ONG's e os seus membros.

No fundo este novo conceito surge como uma forma de testar novos conhecimentos por parte de atores locais antes de assumir compromissos financeiros significativos através da criação de laboratórios para experimentação onde são observados e avaliados os resultados de intervenções temporárias, de pequena escala, e de baixo custo enquanto ferramenta para instigar a mudança, podendo mais tarde vir a ser transformados em ações a longo prazo.

É um conceito que promove uma visão participativa de reestruturação urbana no sentido de construir estruturas adaptáveis, flexíveis e de interesse comum a baixo custo, como forma de “reapropriação do espaço urbano”.

Pode ter aplicações na recuperação de projetos suspensos ou em experimentações mais criativas em projetos de planejamento participativo e as suas práticas podem ser mobilizadas tanto pela Administração, como pelas comunidades, distinguindo-se das apropriações informais pelo envolvimento das classes criativas nos processos e pela função social que as intervenções desempenham.

Manifesta-se em atos de apropriação e ativação de espaços da cidade movidos pelas necessidades de as populações proporcionarem vivências à escala humana e entre as suas práticas mais recorrentes podemos destacar a reconversão de terrenos baldios, intervenções artísticas em praças, a criação de hortas comunitárias ou cinemas ao ar livre.

Tem vindo a ganhar bastante notoriedade, sobretudo na última década, através de eventos como a exposição *"Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good"*, na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2012 ou *"Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities"*, no Metropolitan Museum of Modern Art de Nova Iorque.



Fig. 45 Modular Parkour, América do Norte, GroundisLava, 2016, [uneven-growth.moma.org](http://uneven-growth.moma.org) consultado em dezembro de 2019

Entre as suas vantagens encontramos o *empowerment* da população, a lógica do “aprender fazendo”, o incentivo à organização social e tomada de decisões conjunta na luta pelo um objetivo comum, bem como o desenvolvimento do sentido crítico da população perante as múltiplas interpretações que se podem fazer de um fenómeno artístico e o emancipar o cidadão do papel de espectador em relação ao seu meio físico.



*Fig. 46 Decoração da vedação de um recreio para crianças pela população local, Harmen de Hoop, Europa, 2015, uneven-growth.moma.org consultado em dezembro de 2019*

O antropólogo inglês Victor Turner (1974) traça um olhar sobre os agentes urbanos e negociações quotidianas que podem constituir uma ferramenta valiosa para a análise de diversos fenómenos sociais, de onde concluí que a primeira fase do “Drama Social” consiste na rutura de uma norma, a segunda fase é a crise, onde se põe em causa o estado das coisas, a terceira fase é a da ação corretiva, quando mecanismos formais ou informais de regeneração e ajuste são acionados para controlar a difusão da crise e por fim a reintegração do grupo social perturbado ou no reconhecimento e legitimação social.

Desta forma, contornando as burocracias estatais, os cidadãos podem alertar as forças de poder acerca das suas necessidades específicas, instigando a mudança e desenvolvendo o capital social entre cidadãos e a cooperação com as forças de poder.

Ancorado ao conceito de "Urbanismo Tático", está o de *Placemaking*, que em tradução literal significa "fazendo o lugar". Termo nascido nos Estados Unidos nos anos 1980, traduz um processo de planeamento, criação e gestão dos espaços públicos voltado para o utilizador, cujo objetivo é transformar as ruas, calçadas, parques, edifícios ou qualquer outro espaço público em pontos de sociabilidade, promovendo a convivência entre comunidades.



*Fig. 47 Transformação do Centro Cultural de Perth através de operações de Placemaking, Austrália, 2009, pps.org consultado em dezembro de 2019*

Constitui, portanto, uma abordagem multifacetada aos processos de criação e gestão urbanas envolvendo a participação dos seus utilizadores e implica a constante adaptação dos espaços às suas necessidades, tendo em vista a realização de uma visão comum para um determinado lugar a uma pequena escala. Tem por base o princípio que o desenho de um lugar não o cria, e que um projeto não se esgota no momento da sua implementação e que por outro lado, a execução de pequenas ações a curto prazo ajuda a manter o

dinamismo local e a obter resultados rápidos que valorizam o espaço público e como consequência a Cidade.

Este conceito de Urbanismo Tático pode ganhar forma por meio de um amplo espectro de intervenções, algumas das quais se materializam em formas artísticas. Perante estas manifestações, escolhemos adiante analisar algumas pela sua relevância, diversidade de contextos e repercussões na s comunidades.

O Bairro de Trekroner, a aproximadamente 50km da cidade de Copenhaga, na Dinamarca, tem vindo a ser alvo de um conjunto de iniciativas de projeto de habitação, comércio e serviços, de acordo com princípios de sustentabilidade ecológica e social.

Com o objetivo de atingir uma nova vitalidade social, e partindo da premissa de que a Arte pode contribuir para adicionar um sentido de identidade local de uma nova área urbana, a artista Kerstin Bergendal foi convidada a apresentar uma proposta que pudesse integrar a área de Trekroner no tecido urbano da cidade, envolvendo a participação ativa da população local.



*Fig. 48 Intervenções Temporárias no Espaço Público em Trekroner, Dinamarca, Kerstin Bergendal, 2011, kerstinbergendal.com consultado em dezembro de 2019*

Em conjunto com uma equipa multidisciplinar, composta por artistas plásticos, arquitetos, urbanistas, representantes de Organizações Não Governamentais e associações de moradores têm vindo a ser executadas intervenções desde 2001.

Em espaços de vazio urbano foram asseguradas as possibilidades de cultivar e recriar tradições através de práticas sociais efémeras como jogos, performances ou instalações; foram de igual forma criadas instalações de arte efémeras que permitiram desenvolver um dinamismo visual no espaço, renovadas de tempos a tempos; por fim, através da participação da população local, foi criada uma plataforma de divulgação de vídeos, fotografias, desenhos, textos e depoimentos. Estas formas de intervenção permitem a renovação constante da história do local e funcionam como um foco de comunicação através de estímulos sensoriais que incitam novas formas de relação com o espaço físico e novas possibilidades de vivências sociais, instigadas pelos materiais, cores e luz.

No Bairro da Rocinha, um aglomerado residencial de condições precárias e fortemente estigmatizado na cidade do Rio de Janeiro, têm vindo a ser implementadas ações ao abrigo de programas de iniciativa pública e privada. O projeto "Rocinha: Um Bairro Singular", liderado pelo arquiteto Jorge Jáuregui constitui um exemplo da articulação entre o formal e o informal, tirando partido das pré-existências do local e da participação social.



*Fig. 49 O Bairro da Rocinha, Jornal Extra, Brasil, 2010, jauregui.arq.br consultado em dezembro de 2019*

Em Portugal, dos projetos levados a cabo nos últimos anos, importa analisar o trabalho do Frame Colectivo a nível do envolvimento da comunidade em pequenas intervenções de cariz artístico para a requalificação de espaços públicos.

No bairro de Santos ao Rêgo foi projetado e construído um parque de lazer com um mural pintado por artistas em colaboração com os residentes locais, bem como uma carpintaria ao ar livre onde teve lugar um *workshop* sobre construção em madeira, material escolhido pela sua durabilidade e facilidade de manuseamento, que possibilitou a construção de canteiros, bancos, mesas e várias outras formas de mobiliário urbano por parte dos membros da comunidade. Neste processo, a pintura do mural serviu como meio para abrir o diálogo com os moradores e futuros usufrutuários do parque e compreender as suas necessidades, enquanto se expressavam de forma artística, criando um elemento diferenciador local.



*Fig. 50 Pintura Mural Colaborativa no Pátio no Bairro de Santos, Lisboa, Frame Colectivo, 2016, framecolectivo.com consultado em dezembro de 2019*

Consideramos ainda relevante mencionar o Pátio Ambulante, um projeto de curadoria participativo concebido pelo mesmo coletivo e ao qual foi atribuído um Orçamento Participativo, pela Câmara Municipal de Lisboa. Surge como um projeto de arquitetura de intervenção para a construção coletiva de espaços comunitários cujas intervenções tiveram lugar na cidade de Lisboa entre 2014 e 2016, resultantes da participação de artistas de várias áreas no desenvolvimento de estratégias de reapropriação de espaços públicos. Desta forma, através de uma carrinha de bombeiros antiga, foram levados a vários pontos da cidade momentos para jogar, sentar, reunir, pintar, dialogar com algum autofinanciamento suportado pela gelataria que a carrinha alberga no seu interior.

Assim, foram desenhadas e construídas estratégias para intervenções e ocupações urbanas experimentais, desenvolvendo os impulsos que introduzem a Arquitetura e a Arte como ferramentas participativas de criação de espaço e coesão social.



*Fig. 51 Pátio Ambulante: carrinha de bombeiros e workshop, Lisboa, Frame Colectivo, 2014, framecolectivo.com consultado em dezembro de 2019*



*Fig. 52 Pátio Ambulante: Atelier de Azulejos Translúcidos no Pátio Dom Fradique, Lisboa, Frame Colectivo, 2014, framecolectivo.com consultado em dezembro de 2019*

Contudo, o envolvimento da comunidade em termos da execução destas intervenções não é imperativo. De outra forma, as manifestações de Arte Urbana podem contribuir para o enriquecimento e valorização patrimonial, diferenciando os espaços através do contributo de artistas cujo trabalho cria elementos de diferenciação local intensificadores do sentimento de pertença de quem habita e sente a cidade como sua. Neste âmbito, podemos destacar na Amadora o projeto *Conversas na Rua*, que colocou a cidade da Amadora na Rota da Arte Urbana através da criação de seis propostas visuais concebidas por seis artistas diferentes para diferentes locais da cidade, onde através da sua obra enaltecem diversas temáticas da cultura artística portuguesa, aqui impressas sobre edifícios enquanto forma de reconhecimento visual e dinamização local. Assim, Odeith presta um tributo ao cinema português; Pantónio dedica-se ao imaginário teatral e cinematográfico na sua obra sobre a fachada da Escola Superior de Teatro e Cinema; Daniel Eime manifesta a sua visão artística contemporânea; Frederico Draaw & Contra homenageiam a ilustração científica e o Estúdio Altura dedica a sua reflexão ao tema da dança.

Esta prática pela cidade da Amadora revelou-se em mais de cem registos de pintura mural que a tornam uma referência da expressão artística no espaço público e na cultura urbana de Lisboa. As intervenções de Arte Pública Mural articuladas com o património e paisagem urbana promovidas pela Câmara Municipal da Amadora visam estimular a participação, o diálogo e a reflexão sobre a cidade.



*Fig. 53 Projeto "Conversas na Rua", Escola Superior de Teatro e Cinema, Amadora, Pantónio, 20018, cm-amadora.pt consultado em dezembro de 2019*



*Fig. 54 Projeto "Conversas na Rua", Amadora, Odeith, 2019, cm-amadora.pt consultado em dezembro de 2019*

Em síntese, ao longo deste capítulo ficou patente que a relação humana com os lugares também é emocional e depende das experiências oferecidas pelos sentidos. Os espaços não servem somente o propósito de abrigar as atividades humanas e o desenho dos lugares não se esgota no momento da implementação do projeto, mas, por outro lado, através da Arte Pública, os espaços podem constituir-se como uma forma de expressão democrática representativa da memória, imaginação e experiência das comunidades locais.

Neste cenário, a expressão artística afirma-se como um meio de dinamização da Cidade e uma ferramenta de reconversão de áreas desqualificadas, com potencial para resignificar os lugares e torná-los atrativos, fomentando assim a regeneração urbana e o desenvolvimento económico local.

Cabe então ao Arquiteto conceber espaços multifuncionais, inclusivos e passíveis de serem apropriados de diversas formas, pelos usos que o Ser Humano é capaz de lhe conferir.

4. NO BAIRRO  
DO CASALINHO DA AJUDA



## VIII. CARATERIZAÇÃO LOCAL

---

Ao longo dos próximos capítulos desenvolver-se-á um estudo do caso prático sob o qual incide este trabalho: o Bairro do Casalinho da Ajuda, de modo a averiguar em que medida as hipóteses levantadas se podem aplicar a este caso específico.

Assim, por meio de uma análise ao nível da estrutura física, demográfica e da análise das potencialidades e oportunidades que o local oferece, pretende-se chegar a um conjunto de pistas para possíveis intervenções que potenciem “a Construção da Comunidade a Partir do Bairro”.

Começando pelo contexto geográfico: situado na orla do Parque Florestal de Monsanto, entre o Polo Universitário da Ajuda e o Palácio da Ajuda, a origem do Casalinho da Ajuda remonta ao final da Monarquia Portuguesa, com as primeiras casas a serem edificadas por volta de 1907, junto ao portão da Tapada da Ajuda. A sua origem etimológica está ligada a um antigo casal aí residente.

De origens essencialmente rurais, nos primórdios da sua existência o Bairro era um espaço essencialmente rural, resumido a um pequeno aglomerado de edifícios rodeado por terras de cultivo, estado em que veio a permanecer até à data de 1960, quando se deu início à construção das primeiras barracas em madeira, integrantes da Política de Urbanismo Social do Estado Novo, para albergar a população desalojada em resultado da construção da Ponte 25 de Abril.

Deste modo, até à data de 1968 as famílias permaneceram em alojamentos temporários em madeira, altura em que habitaram pela primeira vez as “Casas para Famílias Pobres” do Bairro do Casalinho da Ajuda, programa no qual estava inserido, dirigido às famílias de menores recursos, às quais o programa das “Casas Económicas” se encontrava inacessível.

Derivado de um exaustivo levantamento sobre os núcleos de habitações precárias existentes em Lisboa, onde foram identificadas 22 mil famílias a

viver em condições insatisfatórias, em finais de 1970 o Gabinete Técnico foi incumbido de apresentar um Plano para a Irradicação de Barracas que deu origem à construção de diversas urbanizações na cidade de Lisboa. Eram contempladas todas as soluções de habitação exceto modelos prefabricados e autoconstruídos e as suas primeiras operações realizaram-se sobretudo no Bairro do Casalinho da Ajuda, onde foram realojadas um total de 323 famílias e 1405 indivíduos e na Musgueira, mediante o pagamento de uma renda simbólica, manifestamente insuficiente para fazer face ao investimento conduzido (Antunes, 2017).

As primeiras construções encontram-se atualmente reabilitadas, sendo que o Bairro conheceu as suas últimas intervenções em 1995, no âmbito do Programa Especial de Reajuntamento para acolher as famílias provenientes do Bairro Branca Lucas, em 1997. A sua última fase de reajuntamento deu-se em 2002, onde recebeu algumas famílias ciganas residentes em alojamentos precários no Bairro 2 de Maio.

Desde novembro de 2003, o Casalinho da Ajuda encontra-se sob a gestão da GEBALIS, entidade responsável pela gestão do arrendamento social e requalificação dos bairros municipais em Lisboa, que se encarrega aqui de 351 dos 461 fogos atualmente construídos no Bairro, de acordo com o Censos do Instituto Nacional de Estatística, de 2011. Estes fogos encontram-se divididos em 41 lotes, sendo que de acordo com dados da GEBALIS, 39.1% dos alojamentos se encontram alienados mediante o pagamento de uma renda média de 61.60€ (Gebalis.pt - Portefólio de Bairros da Zona Sul).

Devido à data da construção e à ausência de obras de reparação recentes, o Bairro encontra-se hoje num avançado estado de degradação, evidenciando patologias construtivas que põe em causa o bem-estar e a segurança dos seus habitantes. Por esta mesma razão foi abrangido pelo programa BIP/ZIP que define Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária na cidade de Lisboa, tanto no que diz respeito ao alojamento municipal, como a zonas históricas em condições de degradação avançada.

Perante aquilo que nos é apresentado à data de 2020 e de acordo com várias observações efetuadas ao longo do tempo, procedeu-se a um diagnóstico sobre as condições de habitabilidade que aborda as seguintes questões: características gerais do edificado; tipos de usos da ocupação construída; acessibilidades e condicionamentos à circulação; tipos de pavimento e relações com a rua; acessos e circulações referentes aos edifícios; forma urbana da envolvente próxima; relações de proximidade com comércio, serviços e equipamentos; uma análise social a respeito do tecido humano, que abordaremos no capítulo adiante; sistema de hierarquias viárias e circulação pedonal, automóvel e de transportes; por último, os espaços verdes e espaços exteriores de utilização coletiva.

Foram escolhidos estes fatores por se considerarem pertinentes no âmbito deste trabalho, sobre a integração social e territorial do Bairro na Cidade.

No que concerne ao edificado, o Casalinho da Ajuda é composto por edifícios de largas empenas dispostos em banda de acordo com um acesso vertical comum a convergir para corredores-galeria abertos ao exterior.



*Fig. 55 Planta de Cobertura do Bairro do Casalinho da Ajuda, imagem da autora, setembro de 2014*

Os materiais de construção são precários e apresentam-se num elevado estado de degradação, onde podemos registar infiltrações na cobertura e nas fachadas, degradação dos revestimentos e pintura em condições de desgaste, bem como algumas manifestações de vandalismo e apropriação indevida de espaços comuns.

Quanto à sua tipologia, como podemos ver pela tabela 1, verificamos que o Bairro concentra em si um total de 35 edifícios, na sua grande maioria de três ou 4 pisos e que todos eles assumem a função exclusivamente residencial.

<b>EDIFICADO</b>	<b>1 / 2 PISOS</b>	<b>3 / 4 PISOS</b>	<b>5 / + PISOS</b>	<b>TOTAL</b>
EDIFÍCIOS CLÁSSICOS	3	30	2	35
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	100%			

*Tab. 1 Tipos de edifícios por função e por número de pisos no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.*

Verifica-se que a linguagem arquitetónica similar aplicada nos bairros municipais projetados pelo GHT contribuiu para a criação de uma imagem estética simbólica modernista dos edifícios de habitação social construídos neste período, materializada em grandes edifícios coletivos padronizados com funções essencialmente residenciais, contruídos com materiais precários e com pouca capacidade de conservação, resultando isto em espaços descaraterizados, segregados e monofuncionais, o que posteriormente veio a representar problemas de índole social, hoje amplamente discutidos.



*Fig. 56 Blocos de habitação em banda no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

O índice de ocupação dos edifícios de habitação é alto, sendo que dos 461 fogos construídos apenas 17 se encontram vagos, como podemos constatar pela observação da tabela 2.

### **ALOJAMENTOS**

EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO	35
ALOJAMENTOS	461
ALOJAMENTOS VAGOS	17
ALOJAMENTOS ARRENDADOS	205

*Tab. 2 Alojamentos e ocupação no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.*

Quanto aos sistemas de acessibilidades, em termos de transportes públicos, na zona do Bairro do Casalinho da Ajuda podemos encontrar uma paragem de autocarro, servida pelos autocarros números 60 e 42 da Carris, que descrevem os percursos entre o Cemitério da Ajuda e a Rua Gomes Freire, perto do Campo Mártires da Pátria e o Polo Universitário da Ajuda e o Bairro Madre Deus, respetivamente. No que diz respeito à circulação automóvel, é feita essencialmente pelo perímetro exterior do bairro e não representa um forte volume de tráfego devido à ausência de pontos de interesse nas proximidades. As ruas no interior do bairro, onde se encontram os espaços públicos são essencialmente pedonais, porém devido à escala do Bairro, de grandes dimensões o seu atravessamento a pé pode tornar-se inviável ou injustificado devido também à ausência de momentos de interesse que tornem o percurso atrativo.

A circulação pedonal não é claramente um aspeto valorizado no seu desenho urbano, ou pelo menos pelos residentes, que muitas das vezes servem-se dos passeios para estacionar as suas viaturas. Esta situação condiciona o acesso aos espaços verdes, bem como a sua visibilidade e oportunidade de fruição por parte dos transeuntes. Além disso pode causar dificuldades de circulação a pessoas de mobilidade reduzida ou carrinhos de bebé. Dificuldades essas agravadas pela diferença de cotas que se verifica no acesso aos espaços públicos interiores ao bairro, somente acessíveis por escadas.



*Fig. 57 Diferença de cotas no interior do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, googlemaps.com consultado em dezembro de 2019*

No que diz respeito à configuração dos arruamentos, são pontuados por um vasto número de lugares de estacionamento ao redor de passeios em calçada portuguesa de pequenas dimensões em largura, o que uma vez mais não oferece possibilidades convidativas ao percurso pedonal. Os fogos apresentam na sua generalidade duas frentes de rua, voltadas uma para o exterior do bairro e outra para o interior e são servidos por um corredor exterior que confere às habitações uma relação franca com o espaço público, onde as habitações nos pisos mais elevados podem usufruir do sistema de vistas sobre o Rio Tejo.



*Fig. 58 Relação dos arruamentos e estacionamento com o edificado no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

É ainda de salientar a existência de algumas habitações de cariz rural, de baixa dimensão com logradouros frontais que os residentes, na sua generalidade de idade mais avançada, usam como hortas onde cultivam alguns legumes para seu próprio sustento. Esses espaços são ainda utilizados como zonas de permanência pelos residentes, o que lhes permite interagir socialmente com os vizinhos e observar a vida geral do Bairro.



*Fig. 59 Hortas formadas pelos residentes em habitações de cariz rural no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

Em relação à envolvente próxima, o Bairro do Casalinho da Ajuda afigura-se como contrastante devido à enorme densidade construída, tanto em área de implantação como no que diz respeito à cêrcea, ao invés do seu enquadramento territorial, que a Este se encontra na zona limite da encosta com um sistema de vistas voltado para o jardim da Tapada da Ajuda, e a Oeste é formado por um amplo terreno ainda não completamente urbanizado, onde estão presentes somente uma escola e já razoavelmente afastadas um conjunto de habitações unifamiliares em banda com um ou dois pisos.



*Fig. 60 Vista da frente Oeste do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, googlemaps.com consultado em dezembro de 2019*

Quanto às relações de proximidade com alguns pontos de interesse, a paisagem confinante é marcada essencialmente por edifícios exclusivamente residenciais, dos quais se excluem a escola no terreno adjacente e o Polo Universitário do Alto da Ajuda, o que não se afigura como um ponto de relevante para a generalidade dos moradores, possivelmente devido ao seu potencial inexplorado. Destaca-se a inexistência e locais de comércio ou serviços úteis à população nas redondezas imediatas, bem como equipamentos de lazer coletivos.

Os espaços verdes, por sua vez, situam-se fundamentalmente no interior do bairro, encerrados sobre os edifícios de alturas consideráveis, que dificultam o acesso ou até a visibilidade por parte de residentes de zonas exteriores ao Casalinho da Ajuda. Para além disto, estão muitas vezes descaracterizados, não oferecendo nenhuma possibilidade de apropriação que permita o desenrolar de atividades sociais e devido ao desnível que a área de implantação do terreno do bairro, podem estar inacessíveis a populações com dificuldades de deslocação. Existe ainda um campo desportivo que não se verificou ter uma grande afluência de utilizadores e um parque infantil com espaços de estar para adultos em seu redor, num espaço chamado Jardim do Miradouro, situado junto à encosta, de onde se pode tirar proveito do melhor sistema de vistas, esse sim com forte possibilidade de utilização

por parte dos moradores e eventualmente de outras pessoas, se ocorrerem algumas transformações na configuração do espaço circundante que assim o possibilitem.



*Fig. 61 Campo de jogos inutilizado no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*



*Fig. 62 Jardim do Miradouro do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

Em suma, considera-se que apesar da localização privilegiada do bairro na zona da encosta do Parque Natural de Monsanto, estruturada de modo a tirar partido da vista sobre o rio Tejo e da exposição solar, indo ao encontro da inspiração ambientalista das cidades-jardim, que promoviam um estilo de vida rural, o Bairro do Casalinho da Ajuda cumpre apenas o objetivo de albergar as populações em situação de carência, facto este que se depreende pela inexistência de diversidade tipológica e funcional no edificado e de um desenho estruturado e funcional dos espaços públicos.

Pode então considerar-se que o Bairro se desenha como um grande empreendimento de construção massiva para alojamento do maior número de pessoas possível, onde pouco resta para investir na “construção da Cidade”.

## *IX. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO*

---

No panorama nacional, somente 2% do total de alojamentos corresponde a habitação socialmente apoiada (118 570 fogos), sendo que na Área Metropolitana de Lisboa essa percentagem quase que duplica, para 3,6%, o que perfaz um total de 52 119 fogos, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística.

Quer isto dizer que a percentagem de população em situações de carência económica é substancialmente maior em Lisboa, comparativamente com a média do país, devido sobretudo à edificação massiva de grandes empreendimentos para habitação social construídos para realojar população residente em barracas, desalojada devido à construção de novas infraestruturas e obras públicas após a queda do Estado Novo, e ainda para dar resposta ao regresso a Portugal dos retornados das ex-colónias aquando da queda do Regime.

Como já visto anteriormente, o capital humano do Bairro do Casalinho da Ajuda resulta da acumulação e sobreposição de diferentes indivíduos em diversas fases de processos de realojamento, o que deu origem a uma variedade social em termos de faixas etárias, devido à segmentação temporal da chegada de novos moradores e também em termos de modos de vida devido à inclusão de residentes de outros bairros, de diversas origens, etnias e costumes.

Em relação à estrutura demográfica do Bairro em estudo, foram analisados alguns fatores considerados relevantes, inseridos numa macro escala - no contexto da cidade de Lisboa, e a um nível de maior proximidade - a freguesia da Ajuda. Posto isto, a fim de ter uma amostra relativamente precisa das características dos habitantes do Casalinho da Ajuda, considerou-se o número de famílias alojadas, as faixas etárias dos residentes, a sua divisão por género, o nível de instrução, as atividades económicas respetivas e a localização do posto de trabalho. Faz-se, no entanto a ressalva de que a

informação analisada tem por base os Censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística, e pese embora o facto de este levantamento ter sido efetuado há nove anos atrás e de alguma informação poder não estar precisa à data de hoje, acreditamos, contudo, que pode constituir uma boa fonte de informação pela relativa estabilidade da mobilidade dos residentes desde então.

Assim, em relação às faixas etárias, a população residente no Casalinho da Ajuda é maioritariamente constituída por indivíduos em idade ativa (entre os 24 e os 65 anos), como podemos constatar pela análise da tabela 3. Comparativamente com os dados relativos a Lisboa ou à Ajuda, verifica-se que a percentagem total de população apta a desempenhar uma atividade profissional é um pouco menor, possivelmente devido ao número relativamente alto de crianças residentes ou reformados e pensionistas. Como já vimos, a percentagem de crianças em idade escolar é relativamente maior do que a da Cidade ou na freguesia, que somada à de adolescentes e jovens representa um aumento significativo comparativamente com o enquadramento. Pode então concluir-se que o Casalinho da Ajuda apresenta uma população ligeiramente mais jovem, comparativamente com a Freguesia ou a Cidade onde se insere.

Neste cenário, tal como a Cidade em geral e sem nenhuma surpresa, o Casalinho da Ajuda apresenta uma percentagem relativamente alta de idosos com idade superior a 65 anos, expressa também na tabela 3.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>LISBOA</b>		<b>AJUDA</b>		<b>CASALINHO DA AJUDA</b>	
<9 ANOS	47040	9%	1225	8%	101	10%
10-19 ANOS	479119	9%	1233	8%	97	9%
20-24 ANOS	29050	5%	777	5%	68	7%
25-64 ANOS	292772	53%	7749	50%	514	49%
>65 ANOS	130960	24%	4601	29%	260	25%
<b>TOTAL</b>	<b>547733</b>	<b>100%</b>	<b>15584</b>	<b>100%</b>	<b>1040</b>	<b>100%</b>

*Tab. 3 População residente na cidade de Lisboa, no município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda por faixas etárias, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011*

Quanto às estruturas familiares, expressas na tabela 4, pode constatar-se que um pouco mais de metade da totalidade dos agregados familiares residentes no Casalinho da Ajuda é composto por uma ou duas pessoas, sendo que cerca de 35% dos agregados são compostos por três a quatro pessoas e apenas 39 famílias são compostas por cinco ou mais pessoas. Ora o número elevado de núcleos familiares de dimensões reduzidas pode ser devido à percentagem de pessoas idosas a viver sozinhas ou com um companheiro, já o número de famílias com cinco ou mais elementos é relativamente baixo em proporção, mas provavelmente representa um número demasiadamente elevado em relação às condições que as tipologias apresentam ou à sua área útil, uma vez que a esmagadora maioria dos fogos tem uma área entre os 50m<sup>2</sup> e os 100m<sup>2</sup>, também de acordo com dados obtidos nos Censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística.

<b>FAMÍLIAS</b>	<b>1 / 2 PESSOAS</b>	<b>3 / 4 PESSOAS</b>	<b>5 / + PESSOAS</b>
NÚMERO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS	214	145	39
TOTAL FAMÍLIAS	398		

*Tab. 4 Número de famílias por composição dos agregados familiares, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011.*

No que diz respeito ao género dos residentes, verifica-se que os residentes do Bairro são maioritariamente do género feminino, como aliás no geral da Cidade, provavelmente devido ao facto da esperança média de vida das mulheres ser superior à dos homens e a presença da população idosa na área em análise ser significativa.

Relativamente ao nível de instrução dos moradores, através da tabela 5 pode verificar-se que a percentagem de analfabetismo no Bairro do Casalinho da Ajuda é muito superior, comparativamente com a de Lisboa ou a da Ajuda e a percentagem de indivíduos com um grau académico correspondente ao ensino superior é muitíssimo inferior à de Lisboa e até à da Ajuda. Aqui se

podem verificar as maiores discrepâncias no seio do bairro de habitação social, comparativamente ao contexto onde se insere, com os níveis de instrução gerais da população muito mais baixos, fator este que condiciona negativamente as oportunidades de mobilidade e inserção social dos residentes do Bairro, bem como as atividades profissionais que podem desempenhar e os serviços a que têm acesso.

<b>HABILITAÇÕES LITERÁRIAS</b>	<b>LISBOA</b>		<b>AJUDA</b>		<b>CASALINHO DA AJUDA</b>	
ANALFABETO	16186	3%	690	5%	94	11%
1º CICLO ENSINO BÁSICO	107156	22%	4410	33%	343	40%
2º CICLO ENSINO BÁSICO	49333	10%	1714	13%	157	18%
3º CICLO ENSINO BÁSICO	74782	16%	2426	18%	163	19%
ENSINO SECUNDÁRIO	80869	17%	2039	15%	75	9%
ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO	5142	1%	128	1%	4	0.5%
ENSINO SUPERIOR	148413	31%	2136	16%	22	2.5%
<b>TOTAL</b>	<b>481881</b>	<b>100%</b>	<b>13543</b>	<b>100%</b>	<b>858</b>	<b>100%</b>

*Tab. 5 Habilitações literárias por indivíduo na cidade de Lisboa, no Município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda, considerando apenas o ciclo de estudos completo, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011*

Na sequência do exposto anteriormente, foram recolhidos os dados em termos de atividades económicas e empregabilidade também ao nível de Lisboa, da Ajuda e do Casalinho da Ajuda. Através da tabela 6 pode notar-se que a percentagem de população empregada é significativamente menor no bairro, ao passo que os números de desemprego e de reformados e pensionistas é maior. Esta situação pode eventualmente ser associada aos baixos níveis de instrução da população, que vive em situações limite e à presença de um alto número de indivíduos que usufruem de subsídios estatais.

<b>ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>	<b>LISBOA</b>		<b>AJUDA</b>		<b>CASALINHO DA AJUDA</b>	
EMPREGADOS	229566	42%	5512	35%	318	31%
DESEMPREGADOS	24811	5%	831	5%	90	8%
REFORM. E PENSION.	140676	26%	5201	33%	310	30%
POPULAÇÃO INATIVA	150680	27%	4040	27%	322	31%
TOTAL RESIDENTES	547733	100%	15584	100%	1040	100%

*Tab. 6 Atividades económicas por indivíduo na cidade de Lisboa, no município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011*

No que diz respeito à população empregada, observamos por meio da tabela 7 que a esmagadora maioria dos indivíduos encontra o seu setor de atividade na área do comércio e serviços, como aliás é reflexo da generalidade da população residente na capital do País. No entanto o nível de indivíduos empregados no setor secundário é ligeiramente maior do que os termos de comparação em questão, possivelmente devido ao baixo nível de instrução dos moradores do Bairro do Casalinho da Ajuda.

<b>SETOR DE ATIVIDADE</b>	<b>LISBOA</b>		<b>AJUDA</b>		<b>CASALINHO DA AJUDA</b>	
SETOR PRIMÁRIO	685	0,3%	13	0,2%	-	
SETOR SECUNDÁRIO	24195	10,5%	631	11,5%	41	12,9%
SETOR TERCIÁRIO	204686	89,2%	4868	88,3%	277	87,1%
TOTAL EMPREGADOS	229566	100%	5512	100%	318	100%

*Tab. 7 Setor de atividade da população empregada por indivíduo na cidade de Lisboa, no município de Algés e no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011*

Por fim, a última questão estudada relativamente à demografia do caso em questão foi o local de trabalho, de onde se conclui, pela observação da tabela 8, que a larga maioria dos residentes tanto de Lisboa, como da Ajuda, como do Casalinho da Ajuda encontra o seu local de trabalho no município de residência. Ora este facto pode não ser relevante ao lançar o olhar sobre a

Grande Lisboa, porque o facto de o local de trabalho estar circunscrito ao local de residência pode não implicar necessariamente isolamento social, porém, ao confrontarmos-nos com os mesmos dados em relação a um bairro de habitação social podemos encarar como um alerta devido ao facto de aos moradores serem apresentadas motivações diminutas a saírem da sua área de residência e, portanto, de lhes serem ainda mais dificultadas as possibilidades de integração no tecido social e territorial da cidade, de interagir com outras pessoas, com outros estilos de vida e ter acesso a outro tipo de espaços e serviços.

<b>LOCAL DE TRABALHO</b>	<b>LISBOA</b>		<b>AJUDA</b>		<b>CASALINHO DA AJUDA</b>	
NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	187703	82%	4382	79%	268	84%
TOTAL EMPREGADOS	229566	100%	5512	100%	318	100%

*Tab. 8 Localização do local de trabalho face à área de residência na cidade de Lisboa, no município da Ajuda e no Bairro do Casalinho da Ajuda, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011*

De forma resumida, as conclusões retiradas desta análise da população residente no Bairro do Casalinho da Ajuda são as seguintes: a percentagem de população jovem é maior do que a média da Cidade, o género dos habitantes é predominantemente feminino, o nível de instrução dos residentes é francamente baixo em relação ao da envolvente em que se insere, e regista-se a presença de um largo número de indivíduos sem atividade económica, reformados ou pensionistas.

Conclui-se ainda que devido aos diversos processos de realojamento que integraram populações oriundas de diversos bairros e em diferentes épocas, hoje coexistem no Casalinho da Ajuda indivíduos de diversas origens, étnicas e culturas.

Noutra nota, numa análise acerca do futuro, considera-se que as alterações sociais e culturais generalizadas verificadas nos últimos tempos, como o envelhecimento populacional e o aumento do custo de vida no centro de

Lisboa, são matérias que têm vindo a tornar-se cada vez mais relevantes no nosso contexto.

Estima-se que em 2050 a proporção de população idosa sobre a população geral atinja os 32% (Instituto Nacional de Estatística, 2010). Dado este que, entre outros, revela a urgência de intervir sobre o espaço, capacitando-o para receber as mudanças decorrentes da evolução temporal, dos utilizadores dos espaços e das suas necessidades.

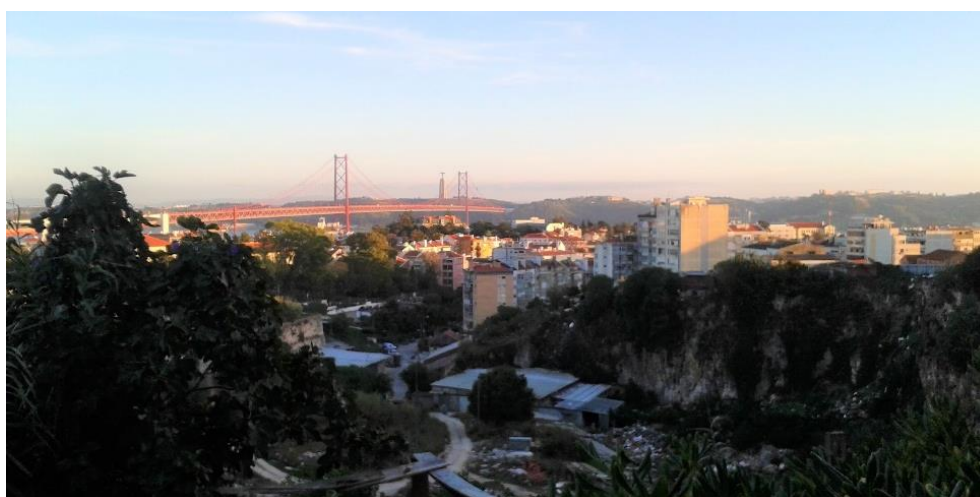


## X. ANÁLISE SWOT

---

Depois de várias observações no local e do estudo das características do Bairro - territoriais e geográficas, assim como sociais e demográficas, e até de uma abordagem em termos projetuais no âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, foi conduzida uma análise SWOT, cuja sigla em inglês significa *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*, ou seja, a definição de pontos fortes, pontos fracos, elementos que constituem oportunidades e outros que constituem ameaças ao objeto de estudo em questão, a fim de se poder traçar uma possível linha de estratégias a aplicar que conduzam à definição de um conjunto de diretrizes para a intervenção local adequadas ao contexto.

Começando pelas *Strengths*, consideramos que o Bairro do Casalinho da Ajuda se encontra num local privilegiado em termos de enquadramento paisagístico, inserido na zona da encosta do Parque Natural de Monsanto, a sua localização estrutura-se de forma a tirar partido da vista sobre o Rio Tejo e da exposição solar, que se afiguram como um ponto de valorização local cujo aproveitamento pode resultar na atratividade do local a visitantes não residentes.



*Fig. 63 Vista sobre a Ponte 25 de Abril a partir do Jardim do Miradouro do Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

Além disso, a sua localização geográfica, na Ajuda, tira partido do facto de estar perto do centro de Lisboa, sem os problemas inerentes à vida no centro da Capital, ao trânsito, dificuldades de estacionamento, ruído, maiores níveis de poluição, custo de vida mais elevado e inflacionado preço das rendas.

Quanto ao seu desenho urbano, apresenta uma área considerável de espaços públicos exteriores, que podem ser requalificados para servirem o interesse das comunidades e também eles se tornarem um ponto de atratividade local.

No que diz respeito à estrutura demográfica, já tinha sido verificado anteriormente que a presença de população jovem é relevante, facto este que se pode afigurar como uma potencial fonte de interações sociais, uma vez que através das crianças podem ser criados laços com a ausência de preconceito ou estigma relativamente aos moradores de bairros de habitação social. A somar a isto, o elevado número de jovens presentes no Bairro do Casalinho da Ajuda representa a longevidade do Bairro no caso de se investir na sua instrução e poder de trabalho, através do possível envolvimento em associações locais e ou em projetos participativos de melhoramento local.

Em termos de *Weaknesses* destaca-se sobretudo a monofuncionalidade dos edifícios presentes, exclusivamente residenciais e desta forma o Bairro não oferece comércio ou serviços de interesse tanto para os moradores, como para a restante comunidade, dificultando a sua integração no tecido urbano e a comprometendo a vitalidade local.

A par disto, no âmbito das operações que se tem vindo a abordar ao longo do trabalho, das possibilidades que os processos participativos e até que as intervenções artísticas em espaços arquitetónicos aportam a este tipo de situações, destaca-se a altura e monotonia dos edifícios que compõem um enorme conjunto edificado com uma cêrcea relativamente alta, fatores que podem dificultar pequenas intervenções de valorização por parte dos moradores, e encarecer os custos destes processos, demovendo potenciais iniciativas das autarquias ou de agentes privados. A somar a isto, os edifícios na sua generalidade encontram-se num avançado estado de degradação, o

que coloca em causa a segurança do conjunto edificado aquando destas operações, se as condições de segurança não forem devidamente acauteladas. Assim sendo, pode ser imprudente levar a cabo grandes operações arquitetónicas sem considerar os riscos que implicam e estas avaliações podem ser morosas e requerem pessoal e indústrias especializadas.



*Fig. 64 Blocos residenciais em elevado estado de degradação no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

Enquanto ponto fraco podemos ainda destacar o facto de estes grandes blocos exclusivamente residenciais se encontrarem fortemente demarcados da envolvente, reforçando a imagem negativa associada aos bairros de habitação social pela construção massiva destes edifícios monótonos. Não oferecem equipamentos de lazer, serviços ou espaços de comércio que dinamizem a vida local, o que acaba por resultar numa desertificação dos espaços públicos, propícia à ocorrência de situações de criminalidade e vandalismo dos espaços coletivos, como podemos observar na imagem acima.

Posto isto, perante a visível uniformidade arquitetónica, a falta de diversidade tipológica e funcional, a ausência de espaços públicos de interesse ou espaços públicos pouco qualificados, a falta de equipamentos coletivos e a ausência de contínuos urbanos, é inevitável a guetização e a degradação dos espaços físicos e estruturas sociais do Bairro. Estes edifícios denotam ainda fracas condições de habitabilidade, com áreas reduzidas e muitas vezes sobrecarregados pelas dimensões dos agregados familiares.



*Fig. 65 Degradação dos espaços construídos no Bairro do Casalinho da Ajuda, Lisboa, fotografia da autora, setembro de 2018*

Em termos topográficos, a área onde se implanta o Bairro regista uma diferença de cotas que por um lado torna a tarefa da construção mais dificultosa, e por outro torna alguns espaços públicos inacessíveis por parte de pessoas com dificuldades de circulação ou difíceis de apropriar, pelo seu desnível que não incentiva à permanência.



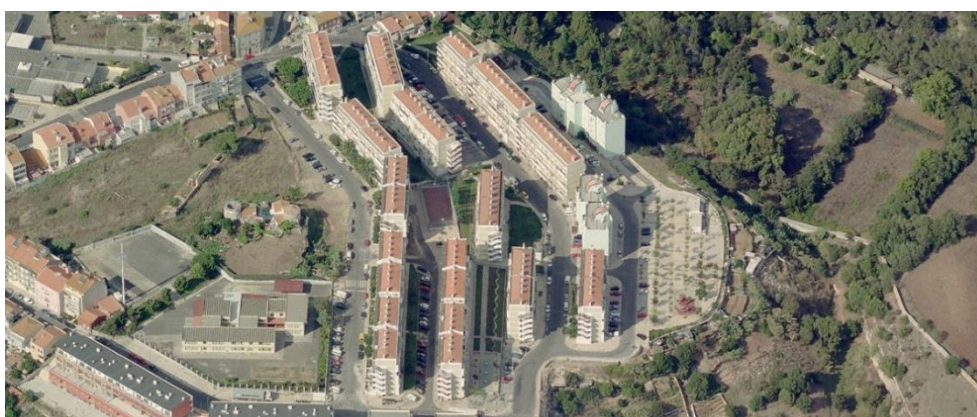
*Fig. 66 Bairro do Casalinho da Ajuda inserido na maquete de turma do Parque Urbano do Vale do Rio Seco, fotografia da autora, 2013*

No que diz respeito à população residente, por sua vez, considera-se uma *Weakness* o nível de instrução baixo, que condiciona as oportunidades de emprego e a existência de uma elevada percentagem de indivíduos desempregados ou sem atividade económica, facto este que mais uma vez potencia o aumento dos níveis de marginalidade e criminalidade, por falta de ocupação ou fontes de rendimento da população em idade ativa.

A nível de oportunidades, considera-se a proximidade do Polo Universitário do Alto da Ajuda e mais concretamente da Faculdade de Arquitetura, que por um lado pode beneficiar os alunos e professores em termos de formação social e técnica num contexto real, onde podem levar a cabo pequenas experimentações, e por outro lado cria possibilidades de interação dos moradores com o tecido social da sua envolvente, com pessoas de outras estratos sociais e com outros modos de vida.

Entende-se ainda a localização do Bairro do Casalinho da Ajuda como uma fonte de oportunidades a nível de investimentos em espaços públicos ou até em habitação de cariz privado, com o crescente aumento das rendas no centro de Lisboa, bem como as dificuldades da burocratização da construção em zonas históricas, a localização menos central da Ajuda pode constituir uma boa oportunidade de construção.

Além do mais, os terrenos por urbanizar nas zonas de proximidade do bairro podem também eles ser fonte de um potencial inexplorado de construção ou inspiradores de um desenho a nível de paisagismo que sirva como unificador dos elementos construídos com os naturais.



*Fig. 67 Vista aérea do Bairro do Casalinho da Ajuda e sua envolvente, bingmaps.com consultado em dezembro de 2019*

Para finalizar, as ameaças que podem ser encontradas assumem o sentido reverso das oportunidades: a localização privilegiada do Casalinho da Ajuda pode ser alvo de uma forte pressão urbanística por parte de entidades privadas que tenham na sua agenda satisfazer outros interesses que não o de responder às necessidades habitacionais das populações em situação de carência económica. Devido às rendas simbólicas pagas pelos residentes existe a possibilidade de o Município ceder à pressão de vender as propriedades públicas para a transformação em habitação, comércio ou serviços não acessíveis aos moradores do Casalinho.



## *XI. DIRETRIZES PARA UMA POSSÍVEL INTERVENÇÃO LOCAL*

---

A política urbana é importante para estruturar a evolução das cidades, numa complexa rede de interligações entre habitação, planeamento urbano e ordenamento do território, conferindo às cidades uma identidade expressa na paisagem. A paisagem constitui-se assim como um reflexo da História, dos tempos, das mudanças de paradigma, das mutações económicas e sociais.

Nesta senda, no Colóquio sobre a Política da Habitação, de 1969, desenvolvido ao abrigo do Ministério das Obras Públicas, foram discutidas uma série de reformas que tinham como pressuposto o reconhecimento à habitação por todos. Assim sendo, as políticas de habitação social deveriam atuar em seis diferentes focos de trabalho: "Enquadramento da Habitação no Desenvolvimento Económico e Social", "Integração da Habitação no Planeamento Urbanístico", "Política de Solos", "Financiamento da Habitação", "Execução da Habitação" e "Estrutura Orgânica do Sector Público do Domínio da Habitação", áreas estas a serem tidas como ponto de partida na conceção da habitação social.

Mais recentemente, o protocolo Lisboa/Europa 2020 aponta como uma das linhas estratégicas de desenvolvimento da Cidade o investimento na regeneração urbana através de intervenções integradas para a valorização do potencial de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (Programa BIP/ZIP). A proposta "Uma Praça em cada Bairro" tem por base a valorização de um polo referenciador em cada bairro, tanto a nível do espaço público, por meio de equipamentos de interesse ou zonas de comércio. Por fim, aponta que a reabilitação dos bairros deve ter por base a sua memória social, enquanto fator de produção de bens culturais que fixem as pessoas aos bairros e que as conectem emocionalmente.

Por último, no que se refere à regeneração urbana de bairros em condições precárias, o protocolo Lisboa 2020 anuncia a intenção de criar gabinetes

locais de apoio aos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, que possam articular-se com cada bairro de forma mais individualizada e defender os seus interesses.

Posto isto, o que se pretendeu com esta dissertação de natureza científica não foi chegar a um conjunto de diretrizes em termos projetuais, por se considerar que é uma abordagem que não pode ser tida em termos teóricos e sobretudo porque como temos vindo a defender ao longo do trabalho, acreditamos nos processos participativos enquanto ferramenta útil na conceção arquitetónica e urbanística.

A somar ao exposto, defendendo o papel do Arquiteto enquanto agente social e perante as lacunas que se observam no sistema educativo em capacitar o estudante para intervir em determinado contexto, com as suas particularidades sociais, o que aqui se propõe é o desenvolvimento de oficinas de *placemaking* no seio do Bairro do Casalinho da Ajuda em colaboração com os estudantes da Faculdade.



*Fig. 68 Workshop "Projetar a Cidade Com a Comunidade", Bairro Padre Cruz, Lisboa, fotografia da autora, abril de 2017*

Tirando partido da estrutura etária jovem do Bairro, facto já aferido anteriormente, bem como da proximidade da Faculdade de Arquitetura, pensamos que pode ser um processo benéfico para todas as partes envolvidas.

No que diz respeito aos alunos, formulou-se este processo como “A Metáfora do Social”, em vez da “Metáfora do Vegetal” ou “Metáfora do Animal”, trabalhadas em anos anteriores. Desta forma, o aluno enquanto convivia com distintas realidades sociais, desencadeava um pensamento em termos de projeto aplicado a uma situação real, que poderia eventualmente resultar em algumas intervenções práticas, também elas interessantes para a sua formação.

Do ponto de vista da comunidade, este processo poderia constituir uma fonte de dinamização do bairro, com a presença de indivíduos de outras classes sociais, com outros modos de vida enquanto usufruíam de *getting things done* em conjunto com os alunos a um baixo custo.

Reconhecemos que para tornar viável esta proposta há muito a ser feito e que constituía um desafio para a Faculdade em termos curriculares e para o Bairro em termos logísticos. Assim sendo, o próximo passo lógico seria averiguar junto dos professores de projeto qual a disponibilidade e interesse na concretização deste projeto, junto da GEBALIS, qual a viabilidade em termos de espaço físico para os encontros e reuniões e averiguar entre a Faculdade de Arquitetura, a Autarquia e entidades privadas, a disponibilidade para cedência de materiais e fundos para possíveis intervenções.

De seguida abordaremos experiências semelhantes a esta que se propõe levadas a cabo noutros contextos: uma no Brasil e outra em Viseu. Os projetos em causa ganham forma em realidades socioeconómicas diferentes, um num país em desenvolvimento, marcado por situações de vida de precariedade extrema e outro no nosso país, mas em contexto rural.

Contudo ambos foram escolhidos por terem aportado melhorias significativas às realidades em questão através reunião de esforços em contextos

universitários após a imersão dos intervenientes no seio das comunidades a que se destinavam as intervenções.

Mencionamos em concreto a intervenção na Praça da Alvorada no bairro Sapiranga, na cidade de Fortaleza, como uma maneira prática de fomentar a compreensão dos alunos de arquitetura e urbanismo dos assuntos estudados na sala de aula a uma escala mais próxima da realidade quotidiana, enquanto contribuíam para um processo de maior apropriação dos espaços públicos da Cidade.

O *Placemaking* forneceu aos alunos uma experiência de imersão que demonstrou oportunidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, ao mesmo tempo que engrandeceu a sua capacidade de compreender as necessidades reais das pessoas para quem trabalhamos.

Antes de se dar início ao trabalho com as comunidades, tomaram lugar uma série de palestras que contaram com a presença de atores de diversas áreas: arte, arquitetura, ambiente e urbanismo, bem como coletivos locais com experiência em trabalhos similares.

Através do diálogo entre a comunidade e os alunos, desencadeou-se um processo de lançamento de ideias e ações colaborativas que estimularam a ação na transformação dos espaços públicos. Desenvolveram-se jogos, caminhadas, discussões por forma a fazer um diagnóstico local, averiguar os pontos fortes e pontos fracos em questão, escolheu-se um local para a realização das oficinas e o local sobre o qual iriam incidir as intervenções.

Constituiu-se um sistema de reuniões semanais de modo a garantir o compromisso com as intervenções onde se instruíam os alunos e a comunidade, garantindo o envolvimento local através das associações presentes. Foram ainda convidados coletivos locais e artistas urbanos a participar nos trabalhos.

À Faculdade foram solicitados materiais e transporte enquanto que pela comunidade académica eram realizadas várias visitas informais à Sapiranga para a aproximação à comunidade.

O programa foi divulgado numa rádio local, de modo a envolver um número cada vez maior de atores locais e no dia da ação, depois das propostas já amadurecidas junto das comunidades e em ambiente académico, iniciou-se o transporte de materiais como tintas, sprays, pincéis, serras, pregos, martelos, pneus, plantas, etc, que foram usados com a colaboração do conhecimento técnico de alguns membros da comunidade.

Uma vez findo o processo, foi realizada uma cerimónia comemorativa e de avaliação dos resultados através da partilha de depoimentos.



*Fig. 69 Dia da Ação das Oficinas de Placemaking na Praça da Alvorada, em Fortaleza, Luciana Otoch, 2016*

Em Portugal, por sua vez, destacamos o projeto Terra Amada. Uma iniciativa do curso de Arquitetura da Universidade Católica de Viseu desenvolvida em 2016 em colaboração com associações locais com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida oferecidas em territórios rurais.

A sua motivação foi a realização de intervenções de conservação, reabilitação e valorização do parque habitacional rural no interior do território português, uma problemática encontrada a nível local, com a qual os estudantes se envolveram por meio do trabalho voluntário, ao qual se aliaram engenheiros, mestres-de-obras e técnicos do setor.

Foram estabelecidas parcerias com agentes locais, autarquias e a Igreja de forma a garantir a viabilidade logística das intervenções e foi tirado partido do uso de materiais assegurados pelas empresas associadas.

Esta iniciativa já foi posta em prática em diversas localizações de características similares, com o apoio de campanhas de *crowdfunding* desenvolvidas pelos estudantes.



*Fig. 70 Intervenções da Iniciativa Terra Amada, Viseu, 2016, [portugalparticipa.pt](http://portugalparticipa.pt) consultado em dezembro de 2019*

Para concluir, em termos de resultados práticos não acreditamos que as intervenções produzidas nestas experiências no Brasil e em Viseu se possam comparar ao que eventualmente se proporia para o Bairro do Casalinho da Ajuda.

Contudo, ambas resultam de uma vontade de exercer uma influência positiva sobre as condições de vida da população dos locais onde tomam lugar. Esta vontade resulta do conhecimento das realidades socioculturais em questão, valorizando desta forma a vertente social da prática da arquitetura que se tem vindo a defender ao longo do trabalho.

A partir daqui, podemos tirar ensinamentos sobre metodologias, processos de envolvimento com a comunidade, participação de atores locais, angariação de fundos e materiais e métodos de ensino que poderiam ser replicados e adaptados a outras realidades.

O que com isto se pretende é apenas demonstrar a viabilidade e benefícios de processos como estes de trabalhos com a comunidade em contextos universitários e inferir algumas pistas para que numa abordagem futura se possam concretizar, adaptados ao nosso contexto específico.

## 5. NOTAS CONCLUSIVAS

---



Ao longo do desenvolvimento desta dissertação de natureza científica foram cumpridos os objetivos de estudar e compreender o papel do Arquiteto na construção do ambiente físico e as repercussões desse facto a nível social.

Por meio da análise da evolução das políticas de habitação públicas em Portugal e do estudo de casos paradigmáticos no nosso contexto conseguiu-se tirar ilações sobre a influência do panorama sociopolítico na elaboração de estratégias de intervenção sobre o parque habitacional público.

Percebeu-se ainda que com a evolução dos tempos e com a diferenciação das características sociais das comunidades foi necessário que a postura do Arquiteto e do Urbanismo se adaptasse de forma a responder às especificidades dos contextos. Compreende-se atualmente um sistema de medidas definidas *a priori* para a conceção de espaços físicos tornou-se obsoleta e entende-se que o *input* das comunidades no projeto arquitetónico e planeamento urbanístico pode ser uma ferramenta útil e vantajosa.

Entendeu-se também a Arquitetura Social como parte integrante do planeamento estratégico de uma Cidade, cujos princípios de conceção determinam formas de coesão social e espacial que possibilitam às pessoas um conjunto de interações e vivências sociais.

Através da análise de vários exemplos e autores de referência ao longo dos tempos entendeu-se o valor das formas de Arquitetura Participativa e das mais valias que podem aportar às comunidades, aos profissionais e às esferas de Poder.

A somar ao último ponto, verificou-se que as medidas para qualificar os espaços não precisam necessariamente de passar por grandes intervenções a nível de construção, podem, de outra forma, funcionar de acordo com um sistema de "Acupuntura Urbana" em intervenções de pequena escala em locais estratégicos que possam fazer diferença na apropriação dos espaços e conseqüentemente na qualidade de vida das comunidades.

Estas intervenções podem ser levadas a cabo com o envolvimento das comunidades, em cooperação com o Governo Central, as autarquias,

instituições locais, atores privados e profissionais especializados num sistema de governança horizontal, mais próximo do utilizador, de acordo com os princípios de uma Democracia Participativa.

A nível do caso de Estudo, o Bairro do Casalinho da Ajuda, procederam-se a observações, registos fotográficos, conversas informais com os moradores, à análise de dados estatísticos e registos cartográficos que nos permitiram fazer uma avaliação sobre as situações deficitárias e as mais valias aí encontradas para que se pudesse delinear uma possível estratégia de intervenção.

Considera-se, contudo, que o trabalho de imersão na Comunidade poderia ter sido mais exaustivo, por forma a poder apresentar diretrizes de intervenção mais concretas. Ou seja, na proposta que se apresenta no último capítulo poderia ter-se-ido mais além e partir para a fase prática.

Neste sentido, essa seria a próxima fase lógica: averiguar as condições sob as quais o que se propõe no último capítulo se poderia tornar viável e eventualmente fazer uma proposta mais discriminada com todas as fases de atuação e delimitação dos agentes envolvidos.

Contudo, não deixa este trabalho de se constituir como uma reflexão sobre formas de ação futuras e de abrir portas para que numa próxima fase o que aqui se sugere seja posto em prática.

O facto de lançar pistas, levantar hipóteses, criar diálogo, inovar em possibilidades, indagar sobre métodos de atuação, constitui só por si um impulso à ação, o que confere valor a estes trabalhos teóricos, fundamentados pela análise de experiências passadas e de outros casos relevantes sobre os quais podemos refletir e dar início ao nosso próprio processo criativo.

## BIBLIOGRAFIA

**Abreu**, Adriana (2012), *"A arte e a cultura na transformação do território e do cidadão"*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território.

**Agarez**, Ricardo (2018), 'Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção', in Agarez, Ricardo (coord.) *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-40.

**Alexander**, Christopher *et al.* (1985), *"The production of houses"*, New York, Oxford University Press.

**Alvaro**, Daniel (2008), *"Los conceptos de comunidad y sociedad de Ferdinand Tönnies"*, La Plata, Universidade Nacional de la Plata – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion.

**Alvaro**, Daniel (2010), 'Los conceptos de comunidad y sociedad de Ferdinand Tönnies', in *Papeles del CEIC*, Vol. 2010/1, nº 52, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, pp. 1-24.

**Alves**, Sónia (2011), "Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas", in *Revista do ISCTE-IUL, Dinâmias CET-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 23, Lisboa, pp. 41-59.

**Antunes**, Gonçalo (2017), *"Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa"*, tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

**Aravena**, Alejandro e **Iacobelli**, Andrés (2012), *"Elemental: Manual de Vivienda Incremental y Diseño Participativo"*, Ostfildern, Hatje Cantz.

**Architecture for Humanity** (2012), *"Design like you give a damn"*, New York, Abrams Publisher.

**Arnstein**, Sherry R. (1969) "A Ladder of Citizen Participation" in *Journal of the American Planning Association*, Vol. 35, nº. 4, pp. 216-224.

**Ascher**, François (2012), "*Novos princípios do Urbanismo, Novos compromissos urbanos*", Lisboa, Livros Horizonte.

**Augé**, Marc (1998), "*A guerra dos sonhos*", Oeiras, Celta.

**Balula**, Luís (2010), "Espaço Público e Criatividade Urbana, A dinâmica dos lugares em três bairros culturais", in *Revista do ISCTE-IUL, Dinâmias CET-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 20/21, Lisboa, pp. 43-58.

**Bandeirinha**, José *et al.* (2018), "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 235-280.

**Baptista**, Luís e **Malâneo**, Paula (2011), "Entrevista Arquitectura: Blanc", in *Arq./a*, novembro-dezembro, Lisboa, pp. 104-107.

**Barcellos**, Vicente Quintella (2001), "Unidades de Vizinhança: notas sobre a sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil", in *Cadernos eletrónicos da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília*, pp. 1-28.

**Bauman**, Zygmunt (2001), "*Comunidade, A busca por segurança no mundo atual*", Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

**Bianchini**, Franco e **Parkinson**, Michael (1993), "*Cultural Policy and Urban Regeneration: The West European Experience*", Manchester, Manchester University Press.

**Bourriaud**, Nicolas (2009), "*Estética Relacional*", São Paulo, Martins Fontes

**Bottom**, Alain de (2008), "*The Architecture of Happiness*", New York, Random House USA Inc.

**Brandão**, Pedro (2011), *"O Sentido da Cidade - Ensaio sobre o mito da imagem como arquitetura"*, Lisboa, Livros Horizonte.

**Cabecinhas**, Rosa e **Cunha**, Luís (2008), *"Comunicação Intercultural - Perspectivas, dilemas e desafios"*, Porto, Campo das Letras.

**Caetano**, Jessica e **Bezzi**, Meri (2010), "Território, Paisagem e Cultura: A Influência Portuguesa na (Re)construção Espacial do Município de Cruz Alta", in *Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências -PPGGEO-UFSM*, pp. 133-155.

**Cardoso**, Flávio (2011), *"Habitar e Envelhecer no séc. XXI Interior/Exterior – Vivências Sociais"*, dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional das Beiras.

**Carvalho**, Carla (2011), *"Comunidade, A escala do lugar para o arquitecto de hoje"*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

**Cohen**, Phillippe (1999), *"Protéger ou disparaître – Les élites face à la montée des insécurités"*, Paris, Éditions Gallimard.

**Collymore**, Peter (1985), *"The Architecture of Ralph Erskine"*, Londres Architect.

**Cordeiro**, Graça e **Figueiredo**, Tiago (2012), "Intersecções de um bairro online, Reflexões partilhadas em torno do blogue Viver Lisboa", in Mendes, Maria *et al.* (coords.), *A Cidade entre Bairros*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 9-20.

**Crespo**, José (2012), "Algumas complexidades do bairro no contexto da cidade: o caso do bairro da Bela Vista", in Mendes, Maria *et al.* (coords.), *A Cidade entre Bairros*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 65-74.

**Crespo**, José (2015), "A governança territorial como abordagem integradora na investigação", in *Revista Espaços Vividos e Espaços Construídos: estudos sobre a cidade*, nº1, Lisboa, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/ CIAUD, pp. 7-19.

**Cruzvillegas**, Abraham (2008), *"Autoconstrucción"*, Glasgow, Centre for Contemporary Arts.

**Cuche**, Denys (2006), *"A noção de cultura nas ciências sociais"*, Lisboa, Fim de Século Edições.

**Davidoff**, Paul (1965), "Advocacy and Pluralism in Planning", in *Journal of the American Institute of Planners*, Vol. 31, pp. 421-432

**Fathy**, Hassan (2009), *"Arquitetura para os Pobres – Uma Experiência no Egípto Rural"*, Lisboa, Dinalivro.

**Ferreira**, Mauro (2011), 'Habitação Social e Expressionismo na Alemanha de Weimar', in *Ciência et Praxis*, vol. 4, nº 8, Lisboa, pp. 31-34.

**Fisher**, Thomas (2008), *"Architectural Design and Ethics - Tools for Survival"*, Oxford, Architectural Press.

**Fisher**, Thomas (2010), *"Ethics for Architects - 50 Dilemmas of Professional Practice"*, New York, Princeton Architectural Press.

**Freire**, Dulce e **Borges**, Pedro (2018), 'O Problema da habitação rural: Debates e políticas públicas durante o Estado Novo', in Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 119-160.

**Gehl**, Jan (2011), *"Life Between Buildings"*, Washington DC, Island Press.

**Goldberger**, Paul (2009), *"Why architecture matters"*, Pennsylvania, Yale University Press.

**Gonçalves**, António (1988), "Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais", in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. IV, Porto, pp. 15-31.

**Gonçalves**, Eliseu (2018), "A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 41-82.

**Guerra**, Isabel (2011), "As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos", in *Revista do ISCTE-IUL, Dinâmia'CET-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 22, Lisboa, pp. 41-68.

**Guerreiro**, Filipa (2018), "Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa – Diversidade, circunstância e experimentação", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 161-196.

**Hall**, Edward T. (1982), "*The hidden dimension*", New York, Anchor Books Editions.

**Hertzberger**, Herman (1999), "*Lições de Arquitetura*", São Paulo, Martins Fontes.

**Hobsbawm**, Eric (1996), "The cult of identity politics", in *New Left Review*, 217, pp. 38-47.

**Jacobs**, Jane (1984), "*The Death and Life of Great American Cities: The Failure of Town Planning*", Harmondsworth, Penguin Books in association with Jonathan Cape.

**Kamimura**, Rodrigo (2013), "*Arquitetura do povo, com o povo, para o povo: teoria e crítica – J.B. Vilanova Artigas, Sérgio Ferro, Lina Bo Bardi*", São Paulo, Universidade de São Paulo -Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos.

**Koolhaas**, Rem (1995), "*The Generic City*", New York, The Monacelli Press Inc.

**Lacerda**, Joana (2013), "*A função social do arquitecto (a intervenção do arquitecto em situações limite)*", dissertação de mestrado, Universidade Lusíada do Porto - Faculdade de Arquitetura.

**Lebbeus**, Woods (1993) "*War and Architecture = rat I arhitektura*", New York, Princeton Architectural Press.

- Lefebvre**, Henri (2011), "*O Direito à Cidade*", São Paulo, Centauro.
- Lepik**, Andres (2010), "*Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement*", New York, The Museum of Modern Art.
- Lydon**, Mike *et al.* (2014). "*Urbanismo Tático: Ação a Curto Prazo, Mudança a Longo Prazo*", The Street Plans Collaborative.
- Lynch**, Kevin (1960), "*The image of the City*", Harvard, MIT Press.
- Lynch**, Kevin (2007), "*A Boa Forma da Cidade*", Lisboa, Edições 70.
- Madeira da Silva**, Teresa *et al.* (2011), "Edifícios de Habitação Social: Diagnóstico e Cenários de Intervenção no Edificado", in *Revista do ISCTE-IUL, Dinâmia/CET-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 22, Lisboa, pp. 82-98.
- Mendes**, Maria; **Sá**, Teresa; **Crespo**, José; **Ferreira**, Carlos (Coords.) (2012), "*A Cidade entre Bairros*", Casal de Cambra, Edições Caleidoscópico.
- Morano**, Raquel e **Santiago**, Zilsa (2016), "Urbanismo Tático: como (re) criar o sentimento de pertencimento e incentivar o uso do espaço público urbano", in *Revista Encontros Universitários da UFC (Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação, 9)*, Fortaleza, v. 1, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- Moreira**, Paulo (2012) "Dossier: Investigação Prática", in *Arq/a*, nº 103, setembro-outubro, Lisboa.
- Misra**, Bijayanand (2009) "Conflict Reduction between Growth, Eco-development and Sustainability in Cities - Toward a Strategy in Developing Countries", in Bjoeness, H. C. (org.), "*Transformation of Cities in an Eco-development Perspective*", Vol. II.
- Naspolini**, Vicente (2009), "*Paradigmas do Urbanismo: A Contribuição de François Ascher*", Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
- Nicolau**, Jorge e **Mendes**, Maria (2015) "Urbanismo e Democracia: a cidade e o projeto – o projeto urbano como elemento segregador", in *Revista Espaços Vividos e Espaços Construídos: estudos sobre a cidade*, nº1, Lisboa,

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/ CIAUD, pp. 20-37.

**Niemeyer**, Oscar (2005), *"Minha Arquitetura 1937-2005"*, Rio de Janeiro, Editora Revan.

**Nogueira**, Pedro (2017), *"Do urbanismo tático à tática urbana: cirpo e política na poética do coletivo Opavivará!"*, dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Oliveira**, Maria Aline e **Szücs**, Carolina (2006), *"O conceito de unidade de vizinhança para a qualificação de áreas de interesse social"*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

**Pato**, Isabel e **Pereira**, Margarida (2013), "Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa. Tendências da gestão municipal contemporânea", in *Revista do ISCTE-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 26, Lisboa, pp. 1-15.

**Pereira**, Virgílio *et al.* (2018), "Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 83-118.

**Pinto**, Ricardo (2014), *"Um novo começo, por uma arquitetura de ajuda e desenvolvimento"*, dissertação de mestrado, Universidade do Porto - Faculdade de Arquitetura.

**Pinto**, Teresa e **Gonçalves**, Alda (2000a), "Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: Imagens, conflitualidades e insegurança", in *Revista do ISCTE-IUL, Dinâmia CET-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 1, Lisboa, pp. 101-111.

**Pinto**, Teresa e **Gonçalves**, Alda (2000b), "Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: Actores, Imagens Públicas e Identidades", in *Revista do ISCTE-IUL*,

*Dinâmia CET-IUL - Cidades, Comunidades e Territórios*, ISSN: 2182-3030, nº 3, Lisboa, pp. 111-131.

**Portas**, Nuno (2004), *"A Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura"*, Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura.

**Portas**, Nuno (2005), *"Os Tempos Das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita"*, Guimarães, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho EAUM/ Guimarães.

**Portas**, Nuno (2012), *"Os Tempos Das Formas, vol. II: A Cidade Imperfeita e a Fazer"*, Guimarães, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho EAUM/ Guimarães.

**Quinejure**, Michel (2011), *"Shigeru Ban: Arquitectura de emergência"*, Barcelona, Fundación caja de arquitectos.

**Redfield**, Robert (1971), *"The Little Community and Peasant Society and Culture"*, Chicago, University of Chicago Press.

**Remesar**, Antoni (1997), *"Urban Regeneration, a Challenge for Public Art"*, Barcelona, Monografias de Barcelona.

**Rito**, Susana (2011), *"Grelha de caracterização habitacional para pessoas idosas"*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro.

**Rodrigues**, Luís (2017) *"Manual de crimes urbanísticos"*, Lisboa, Guerra e Paz, Editores S.A.

**Rossi**, Aldo (2001), *"A Arquitectura da Cidade"*, Lisboa, Edições Cosmos.

**Rudofsky**, Bernard (1964), *"Architecture without architects, an introduction to nonpedigreed architecture"*, New York, The Museum of Modern Art.

**Sá**, Teresa (2012), "Ainda há bairros na cidade?", in Mendes, Maria *et al.* (coords.), *"A Cidade entre Bairros"*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 21-32.

**Salice**, Silvia (2011), "Art contribution to cities' transformation. The role of Public Art management in Italy", in *Encatc Journal of Cultural Management*

*and Policy*, Vol 1 - Issue 1 – December, Universidad Cattolica del Sacro Cuore, pp. 64-73.

**Salingaros**, Nikos *et al.* (2011), "Habitação socialmente organizada, uma nova abordagem à estrutura urbana II: sugestões práticas para que os projetos funcionem", in *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, ISSN: 2175-3369, vol. 3, nº 1, Brasil, pp. 125-136.

**Sennett**, Richard (1999) "*Growth and failure: the new political economy and its culture*", London, Sage Publications Inc.

**Serpa**, Filipa (2015), "*Entre Habitação e Cidade, Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910|2010*", tese de doutoramento, Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitetura.

**Simões**, Zélia (2015), "*Arte e Design Social Urbano: Visibilidade e Sentidos*", in *Revista Espaços Vividos e Espaços Construídos: estudos sobre a cidade*, nº1, Lisboa, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, pp. 59-69.

**Souza**, Marina e **Braz**, Vítor (2015) "Espaços Públicos e Cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público", in *Revista Espaços Vividos e Espaços Construídos: estudos sobre a cidade*, nº1, Lisboa, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/ CIAUD, pp. 59-69.

**Taquenho**, Luísa (2011), "*A sustentabilidade dos bairros municipais*", dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura.

**Tato**, Belinda e **Vallejo**, José (2011), "*Shigeru Ban: Arquitectura de emergência*", Barcelona, Fundación Caja de arquitectos.

**Tavares**, Maria e **Duarte**, João (2018), "O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 197-234.

**Tönnies**, Ferdinand (1980), "*Community and Civil Society*", New York, Basic Books Inc. Publishers.

**Trigueiros**, Catarina (2012), "*Componentes da Identidade e Simbolismo - Arte Pública e Eventos no Espaço Público do Núcleo Antigo de Vila Franca de Xira*", dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico.

**Turner**, John (2009), "*Housing by People, Towards Autonomy in Building Environments*", London, Marion Boyars Publishers Ltd.

**Turner**, Victor (1974), "*Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*", London, Cornell University Press.

**Vaz**, Rita (2015), "*Os Espaços Públicos como Lugares de Apropriação Informal*", dissertação de mestrado, Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia.

**Vilaça**, Eduardo e **Ferreira**, Teresa (2018), "Os anos do crescimento (1969-2002)", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habituação, cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 317-364.

**Wacquant**, Loïc (1998), "A black city within the white'; revisiting America's dark ghetto", in *Black Renaissance 2.1*, pp.141-151.

**Weeks**, Jeffrey (2008), "Rediscovering values", in Squires, Judith (Eds.), *Principled Positions. Postmodernism and the Rediscovery of Value*, London, Lawrence and Wishart, pp. 189-211.

**Whyte**, William H. (2001), "*The Social Life of Small Urban Spaces*", New York, Project for Public Spaces.

**Worpole**, Ken e **Knox**, Katherine (2008). "*The social value of public spaces*", Joseph Rowntree Foundation.

**Xerez**, Romana *et al.* (2018), "A política de habitação em Portugal, de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas", in Agarez, Ricardo (coord.), *Habituação, cem anos de políticas*

*públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 465-511.

## WEBGRAFIA:

<https://www.arquitectos.pt/documentos/1219079694A7bDQ1rv7Mr86QB5.pdf>

[https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011\\_apresentacao&xpid=CENSOS](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS)

<https://cidadania.lisboa.pt/>

<http://www.cm-amadora.pt/2485-conversas-na-rua-a-amadora-na-rota-da-arte-urbana.html>

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/cidades/polis\\_xxi/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/cidades/polis_xxi/)

<https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos#1>

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/201065/details/maximized?filterEnd=1969-12-31&filterStart=1969-01-01&q=1969&perPage=100&fq=1969>

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/274242/details/maximized>

[https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf)

[https://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow\\_summary\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_summary_pt.pdf)

<http://framecolectivo.com/PT/>

<http://www.gebalis.pt/Paginas/default.aspx>

<https://kerstinbergendal.com/>

<https://www.lisboa.pt/>

[https://www.lisboa.pt/fileadmin/municipio/camara/documentos/Carta\\_Estrategica\\_Lisboa\\_2010\\_2024.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/municipio/camara/documentos/Carta_Estrategica_Lisboa_2010_2024.pdf)

<http://mapas.ine.pt/map.phtml>

[https://www.portaldahabitacao.pt/openscms/export/sites/ihru/pt/ihru/estudos/plano\\_estrategico/relatorio1\\_planoestrategico\\_habitacao.pdf](https://www.portaldahabitacao.pt/openscms/export/sites/ihru/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/relatorio1_planoestrategico_habitacao.pdf)

<http://shelterprojects.org/>

<https://toponimialisboa.wordpress.com/2017/04/28/do-sitio-do-casalinho-a-rua-do-sitio-do-casalinho-a-ajuda/>

<http://warehouse.pt/about/?lang=pt-pt>